



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA

**KATYUSCIA KARLA MENDES AROUCHE**

**A PRODUÇÃO ARTESANAL EM FIBRA DE BURITI:** uma análise da qualidade de vida  
de artesãs ludovicenses.

São Luís-MA

2020

**KATYUSCIA KARLA MENDES AROUCHE**

**A PRODUÇÃO ARTESANAL EM FIBRA DE BURITI:** uma análise da qualidade de vida  
de artesãs ludovicenses.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação *Scripto Sensu* em Psicologia da  
Universidade Federal do Maranhão - UFMA para  
obtenção do título de mestre.

Orientadora: Dra. Yldry Souza Ramos Queiroz  
Pessoa

São Luís-MA

2020

**KATYUSCIA KARLA MENDES AROUCHE**

**A PRODUÇÃO ARTESANAL EM FIBRA DE BURITI:** uma análise da qualidade de vida  
de artesãs ludovicenses.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação *Scripto Sensu* em Psicologia da  
Universidade Federal do Maranhão - UFMA para  
obtenção do título de mestre.

Aprovada em: 18/11/2020

BANCA EXAMINADORA

---

**Profa. Dra. Yldry Souza Ramos Queiroz Pessoa** (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

---

**Profa. Dra. Socorro de Fátima Moraes Nina**

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

---

Prof. Dr. Tadeu Gomes Teixeira

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

---

**Prof. Dr. Ramon Luis de Santana Alcantara**

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

MENDES AROUCHE, KATYUSCIA KARLA.

A PRODUÇÃO ARTESANAL EM FIBRA DE BURITI: : uma análise da qualidade de vida de artesãs ludovicenses / KATYUSCIA KARLA MENDES AROUCHE. - 2020.

138 p.

Coorientador(a): KATYUSCIA KARLA MENDES AROUCHE.

Orientador(a): Yldry Souza Ramos Queiroz Pessoa.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, 2020.

1. Artesã. 2. Qualidade de vida. 3. Trabalho artesanal. I. MENDES AROUCHE, KATYUSCIA KARLA. II. Souza Ramos Queiroz Pessoa, Yldry. III. Título.

A Deus pelo fôlego de vida e por sua graça sustentadora.

A meus pais, Pedro Carlos e Aurilene, pelo suporte extraordinário em minha carreira.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS, por sua fidelidade e por me conceder a oportunidade de viver, sonhar e realizar meus projetos.

A minha família: mãe, pai e irmão, por serem meu chão em todos os momentos, principalmente nos mais difíceis. Amo vocês!

A meu namorado Fábio Moreira, que não mediu esforços para ajudar na reta final desta dissertação. Obrigada por sua dedicação, paciência e carinho.

A minha amada orientadora Yldry Pessoa, que, de forma tão profissional e humana, me orientou com excelência, me inspirando a atuar e continuar nesse mundo da pesquisa e docência.

Às artesãs da Associação Mulheres de Fibra em São Luis -MA, ao me permitirem conhecer a realidade do universo artesanal e me encantar ainda mais pelo trabalho artesanal.

À Superintendência do Centro de Comercialização da Produção Artesanal do Maranhão, em especial, à Viviane de Jesus e Carlos Martins, coordenadores do Programa do Artesanato Brasileiro no Maranhão nas gestões de 2015 a 2019, 2019 até os dias atuais, respectivamente. Grata pelo apoio em compartilhar informações e experiências sobre toda beleza do artesanato.

A amigos que tornaram essa caminhada mais leve. Citarei alguns. Leiane Mota, exímia fisioterapeuta e pesquisadora, que sempre se dispôs a colaborar nessa trajetória. À administradora e pesquisadora, Jéssica Mila, que a graduação me proporcionou conhecer. Ao turismólogo e pesquisador Dionatan França, amigo de longas horas de estudos na biblioteca da UFMA e que sempre me fazia lembrar que eu era capaz de superar os desafios que essa caminhada acadêmica apresentava. Aos Psicólogos João Victor e Thais Carvalho, amigos que o mestrado me deu e que levarei para a vida toda. Obrigada pela força!

Ao meu Pastor Jackson Douglas pelo apoio espiritual e também acadêmico.

À professora Amanda Aboud do curso de Administração – UFMA, por sempre contribuir em minha formação.

À professora Rosani Brune -UFMA e ao geógrafo André Leal, pela generosidade em contribuir para esta pesquisa com seus conhecimentos.

À Universidade Federal do Maranhão representada pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia. Aos professores, em especial, Ramon Alcantara, Tadeu Teixeira, Carla Vaz e Denise Leda. À equipe administrativa competente e atenciosa representada por Macdowell Sousa e Luciana Marques.

A todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho.  
Meus sinceros agradecimentos!

*O artesanato satisfaz uma necessidade não menos imperativa que a fome ou a sede: a necessidade de se encantar com as coisas que vemos e tocamos, quaisquer que sejam seus usos diários.*

Octavio Paz



## RESUMO

O estudo da Qualidade de Vida (QV) se expressa como uma área de conhecimento complexa e em crescente discussão, uma vez que inclui o tema saúde em sua pauta, que passa ser dialogado com outros conhecimentos, tais como biológico, psicológico, político, econômico etc. Os diversos campos do saber que constituem o estudo da QV permitem dialogar com o universo do trabalho, sendo o interesse de investigação desta pesquisa o trabalho artesanal. Sob o objetivo de analisar a qualidade de vida a partir do trabalho da artesã em fibra de buriti no município de São Luís-MA e as repercussões em sua saúde, este estudo exploratório, mediante uma análise quali-quantitativa, descreveu o processo de trabalho artesanal em distintas etapas e identificou, por meio da observação em campo, a presença de cargas de trabalho do tipo física, química, fisiológica e psíquica, e processos de desgastes durante sua realização pelas artesãs investigadas. Sobre a qualidade de vida, definiu-se os domínios comportados no instrumento metodológico WHOQOL-Bref, com adaptação ao cenário do presente estudo. A qualidade de vida para as pesquisadas apresenta diferentes interpretações a partir de suas representações sociais, valores e crenças. Conclui-se que o domínio psicológico e relações sociais refletem uma boa qualidade de vida para as entrevistadas; já os domínios físico e meio ambiente apresentam-se comprometidos em relação a qualidade de vida das artesãs. Diante dessa proposta, deve-se pensar o trabalho artesanal mediante discussões de estratégias que promovam a qualidade de vida nesse meio, pois trata-se de um saber-fazer que agrega benefícios pessoais, culturais e sociais.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Trabalho artesanal. Artesã.

## **ABSTRACT**

The study of Quality of Life (QOL) expresses itself as a complex area of knowledge and in growing discussion, since it includes in its agenda the health theme that can be discussed with other knowledge, such as biological, psychological, political, economic, etc. The different fields of knowledge that make up the study of QoL allowed a dialogue with the universe of work, being of interest for the investigation of this research the craft work. Under the objective of analyzing the quality of life from the work of the buriti fiber artisan in the city of São Luís-MA and the repercussions on her health, this exploratory study, through a quali-quantitative analysis, described the process of artisanal work in different stages and identified through the observation in the field the presence of workloads, of the physical, chemical, physiological and psychic type and wear processes during its performance by the investigated artisans. Regarding quality of life, the domains included in the WHOQOL-Bref methodological instrument were defined, with adaptation to the scenario of this research. The quality of life for those surveyed presents different interpretations based on their social representations, values and beliefs. It is concluded that the psychological domain and social relations reflect a good quality of life for the researched ones, whereas the physical and environmental domains are compromised in relation to the quality of life of the artisans. In view of this proposal, artisanal work should be considered through discussions of strategies that promote quality of life in this environment, as it is a way of knowing how to add personal, cultural and social benefits.

**Keywords:** Quality of life. Artisanal Work. Craftswoman.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Classificação da Produção Artesanal .....	37
Figura 1	Mapa de localização do Distrito Industrial de São Luís-MA .....	61
Figura 2	Instalações físicas da Associação Mulheres de Fibra .....	62
Quadro 2	Domínios propostos para análise da Qualidade de Vida pelo instrumento WHOQOL-Bref .....	67
Quadro 3	Ilustração da elaboração das categorias temáticas .....	71
Figura 3	Matéria Bruta- olho do buriti .....	82
Figura 4	Matéria Bruta - separação das folhas do broto .....	82
Figura 5	Matéria Prima - fibra do buriti .....	82
Figura 6	Matéria Prima – anilina.....	82
Figura 7	Matéria prima - borra após coloração .....	83
Figura 8	Panela onde é manuseada fibra para tingimento.....	86
Figura 9	Tear de prego .....	86
Figura 10	Serra tico-tico.....	86
Figura 11	A Micro Retífica .....	86
Figura 12	Furadeira com serra-copo acoplado .....	87
Figura 13	Artesã aplicando a técnica do trançado.....	88
Figura 14	Produtos- bolsa, estojos, porta moedas .....	89
Figura 15	Produto - porta copo .....	89
Quadro 4	Mapeamento de cargas de trabalho na produção artesanal.....	90
Figura 16	Artesã sentada confeccionando as peças .....	91
Figura 17	Mobiliário (cadeira) .....	91
Gráfico 1	Satisfação das artesãs quanto a renda .....	107

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Produção de fibra de buriti por unidade da Federação .....	62
Tabela 2	Cruzamento das variáveis local de nascimento e endereço atual .....	73
Tabela 3	Cruzamento das variáveis grau de escolaridade e estado civil .....	74
Tabela 4	Cruzamento das variáveis idade e número de filhos.....	75
Tabela 5	Cruzamento das variáveis Tempo de Exercício com o Artesanato em Fibra de Buriti e Tempo de Exercício na Associação.....	75
Tabela 6	Relação entre a Avaliação da saúde e Dor/Desconforto Físico na realização do trabalho artesanal .....	95
Tabela 7	Relação entre a Medicação/ Tratamento médico e o Acesso aos serviços médicos .....	96
Tabela 8	Relação entre Qualidade de Vida e Dor ou Desconforto Físico na realização do trabalho artesanal .....	96
Tabela 9	Relação entre Qualidade de Vida e Tempo para Dormir/Repousar.....	97
Tabela 10	Relação entre a Qualidade de Vida e Saúde .....	98
Tabela 11	Relação entre a Avaliação da capacidade de memória ou concentração e Sentimentos positivos .....	100
Tabela 12	Relação entre Religião ou Crença e Sentimentos positivos.....	101
Tabela 13	Relação entre Sentimentos negativos e Sentimentos positivos.....	102
Tabela 14	Relacionamento com familiares, amigos e conhecidos e Ajuda no momento difícil.....	104
Tabela 15	Relação entre Avaliação quanto a moradia e Condições de segurança, transporte, saneamento básico e assistência social .....	106
Tabela 16	Relação Qualidade de Vida entre Tempo de lazer e .....	109

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

I ENA	- Primeiro Encontro Nacional de Artesanato
CBO	- Classificação Brasileira de Ocupações
CEPRAMA	- Centro de Comercialização da Produção Artesanal no Maranhão
DISAL	- Distrito Industrial do município de São Luís
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	- Instituto de Desenvolvimento do Artesanato Maranhense
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OCT	- Organização Científica do Trabalho
PAB	- Programa do Artesanato Brasileiro
PNDA	- Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato
QV	- Qualidade de Vida
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
WHOQOL	- <i>World Health Organization Quality of Life group</i>
WHOQOL-Bref	- <i>World Health Organization Quality of Life-BREF</i>
WWC	- Conselho Mundial de Artesanato

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2</b>	<b>MARCO TEÓRICO</b> .....	18
<b>2.1</b>	<b>As Transformações do Mundo do Trabalho</b> .....	18
<b>2.2</b>	<b>Processo de Trabalho</b> .....	24
<b>2.3</b>	<b>Cargas de Trabalho</b> .....	27
<b>2.4</b>	<b>O Trabalho Artesanal</b> .....	31
2.4.1	As metamorfoses no universo laboral e seus reflexos no trabalho artesanal .....	40
2.4.2	O artesanato e o trabalho feminino .....	46
<b>2.5</b>	<b>Qualidade de Vida</b> .....	51
<b>3</b>	<b>METÓDO</b> .....	59
<b>3.1</b>	<b>Tipo de Estudo</b> .....	59
<b>3.2</b>	<b>Local da Pesquisa</b> .....	60
<b>3.3</b>	<b>Participantes</b> .....	63
<b>3.4</b>	<b>Procedimentos de Coleta de Dados</b> .....	64
<b>3.5</b>	<b>Instrumentos da Pesquisa</b> .....	67
3.5.1	Questionário para avaliação da Qualidade de Vida .....	67
3.5.2	Entrevista semi-estruturada.....	68
3.5.3	Observação.....	69
<b>3.6</b>	<b>Procedimentos da Análise</b> .....	70
<b>3.7</b>	<b>Procedimentos Éticos</b> .....	71
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS</b> .....	73
<b>4.1</b>	<b>Perfil das Artesãs</b> .....	73
<b>4.2</b>	<b>O Processo de Trabalho do Artesanato em Fibra de Buriti</b> .....	76
4.2.1	O trabalho artesanal .....	76
4.2.2	Matéria-bruta e matéria-prima na produção artesanal .....	81
4.2.3	Meios de trabalho na produção artesanal .....	85
4.2.4	O produto na produção artesanal .....	88
<b>4.3</b>	<b>As Cargas de Trabalho e Desgastes no Processo de Trabalho Artesanal em Fibra de Buriti</b> .....	90
<b>4.4</b>	<b>Qualidade de Vida e o Trabalho Artesanal</b> .....	95
4.4.1	Domínio físico .....	95

4.4.2	Domínio psicológico.....	99
4.4.3	Domínio das relações sociais.....	103
4.4.4	Domínio meio ambiente.....	105
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>112</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>116</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>126</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>135</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*Com efeito, todos nós, em algum momento, de alguma forma, somos artífices de algo e com isso exercemos os princípios norteadores da atividade artesanal.*

Com base na afirmação de Davel, Cavedon e Fischer (2012, p. 13), assim se inicia essa pesquisa. A lógica do fazer artesanal parte do desejo de realizar um trabalho bem feito, e é sob esse mesmo sentido que a pesquisa científica revela-se como um verdadeiro artefato, pois é “[...] construída artesanalmente por um artífice do trabalho intelectual”, o qual desenvolve “[...] um caráter que tem como núcleo as qualidades do bom trabalho” (MINAYO, 2013, p. 31; MILLS, 2009, p. 22).

A partir dessa metáfora do fazer humano e bem feito, entende-se que a elaboração desta pesquisa também assemelha-se à construção um artefato, pois é “[...] tanto fruto da mão de obra, intencionalmente criado, quanto no sentido de ser resultado do uso de métodos particulares de pesquisa” (MINAYO, 2013, p. 31). Assim, concebe-se a presente investigação como fruto de um trabalho vivo que, a partir de esforços intelectuais, alicerçados em um plano teórico e empírico, articulou os conhecimentos apreendidos em busca de resposta(s) à questão central deste estudo.

Curiosamente, este mundo onde prepondera o desejo de realizar bem um trabalho e vê-lo bem feito, é o mesmo de interesses para o qual diversas pesquisas, inclusive esta, têm direcionado atenção de suas investigações: o trabalho artesanal.

É importante ressaltar que o trabalho artesanal apresentado neste estudo refere-se a uma atividade que resulta da transformação da matéria prima, por meio de técnicas de produção artesanal, que expressa criatividade, identidade, habilidade e qualidade, cuja importância transcende no plano econômico e cultural (BRASIL, 2018a).

Sob a dualidade dessa importância, é preciso atentar para a contribuição do trabalho artesanal no contexto econômico brasileiro, que segundo Borges (2019, p. 2012), é responsável por absorver “[...] mão de obra intensiva por gerar uma melhoria de renda sobretudo nos estratos inferiores da sociedade”. No entanto, a autora salienta que a análise desse impacto enfrenta dificuldade devido à falta de informações mais precisas sobre essa atividade como um todo, a começar pelo próprio monitoramento do aumento de renda ocorrer apenas no âmbito de cada programa.



Ainda segundo a autora, desde 2001, órgãos do Governo vêm publicando a existência de 8,5 milhões de artesãos no País, porém alertam sobre a imprecisão desses dados, pois há um número significativo de trabalhadores informais. Trata-se de uma atividade primordialmente feminina, estimando-se que 85% sejam mulheres. No entanto, muitas dessas trabalhadoras alternam a prática artesanal com demais ocupações; outras, deixam de se cadastrar nos projetos governamentais de artesanato por receio de serem excluídas de benefícios assistenciais como Bolsa família e aposentadoria.

As lacunas encontradas nessas informações foram percebidas na própria trajetória desta investigação, refletida na dificuldade em encontrar dados precisos sobre o número de artesãos no País. Isso gerou a reflexão que o quantitativo apresentado pela maioria da literatura é tímido e distante da real participação do trabalho artesanal no plano econômico do Brasil. Logo, este estudo apresenta um trabalho que abarca números ainda maiores, o que salta aos olhos a importância desta pesquisa.

O universo artesanal adentra ainda em profundas discussões, principalmente em relação às transformações que vêm passando ao longo das décadas. Sobre isso, Freitas (2017) alerta que o setor vem sendo alvo de avaliações e reestruturações no tocante ao processo produtivo, ao produto e ao mercado, aspectos que levantam uma necessidade de revisão no processo de trabalho, na aquisição de conhecimento, práticas e técnicas, e de gestão, aspectos aos quais os artesãos, anteriormente, não precisavam estar atentos.

Falar sobre transformações no universo artesanal permite também resgatar as implicações nesse trabalho advindas a partir da Revolução Industrial, discutidas em diversos aportes teóricos, conforme serão apresentados neste estudo. Pena, Freitas e Cardim (2011) explicam que, com o fim da hegemonia do modo de produção artesanal, as sociedades modernas focalizaram-se no desenvolvimento dos direitos trabalhistas e da proteção à saúde nas relações dos trabalhos assalariados. Ao mesmo tempo, o trabalho artesanal ainda é uma atividade, de uma forma geral, não regulamentada no Brasil e sem normas específicas para a proteção à saúde e à segurança no trabalho.

Por sua característica natural, o trabalho artesanal impõe ao seu trabalhador um dispêndio de força humana e psíquica, ensejando um processo saúde-doença. Os agravantes causados pelas condições realizadas no trabalho artesanal impactam na saúde do seu trabalhador podem ser constatados infimamente em dados de pesquisas a respeito desse cenário.

Segundo do próprio Ministério do Trabalho, a família ocupacional “artesãos” (Código 7911) exerce suas atividades sem supervisão em ambiente fechado em horários

irregulares e de forma presencial, e a depender da tipologia da matéria prima que trabalham, ficam expostos a fagulhas, materiais tóxicos e ruídos intensos. Somado a isso, para uma grande maioria que colhe matéria prima em lagoas, rios e outros locais naturais, há um risco de insalubridade (BRASIL, 2019a). Essa situação torna-se ainda mais preocupante à medida que gera adaptações e comprometimento na qualidade de vida do trabalhador inserido na dinâmica do trabalho artesanal.

A qualidade de vida tem sido um tema constante nas discussões científicas e passa ser integrada no âmbito de diversos conhecimentos, seja humano, psicológico, social, político ou econômico. Nesse cenário, como não pensar a qualidade de vida no trabalho artesanal? É sob essa inquietação que a temática da presente pesquisa de mestrado repousa suas discussões.

Assim, buscou-se, em campo, afirmações concretas sobre essa suspeita mediante a definição de um objeto de estudo. A pesquisa optou pelo município de São Luís por ser uma região que tem apresentando maiores participações de trabalhadores no artesanato nos últimos anos no estado do Maranhão, seguido de um recorte mais específico, delimitando-se ao grupo de produção artesanal Mulheres de Fibra localizada na Vila Primavera, precisamente na área do Distrito Industrial.

Ressalta-se que objeto de estudo comporta predominantemente o público feminino. Conforme informações concebidas presencialmente pela Superintendência do Centro de Comercialização da Produção Artesanal no Maranhão - CEPRAMA, ainda no início desta pesquisa, em 2018, o Brasil contava com 155.637 artesãos cadastrados no Programa Artesanato Brasileiro, conferindo 121.058 mulheres e 34.579 homens no Brasil; no Maranhão, apresentava 1.291 artesãos, totalizando 814 mulheres e 477 homens; no município de São Luís, os números revelaram 304 artesãos, por sua vez 205 mulheres e 99 homens.

Considerando esse cenário, a presente dissertação trouxe, por meio de um estudo exploratório com delineamento quali-quantitativo, a discussão da qualidade de vida de artesãs ludovicenses, a partir das percepções das participantes desta pesquisa.

Desse modo, as peculiaridades do trabalho artesanal e sua relação com a qualidade de vida incitam o seguinte questionamento: como o trabalho do artesão impacta na sua qualidade de vida? Na tentativa de atender essa questão, esta investigação propõe, como objetivo geral, analisar a qualidade de vida a partir do trabalho da artesã em fibra de buriti no município de São Luís-MA e as repercussões em sua saúde. Quanto aos objetivos específicos, descrever o processo de trabalho artesanal em fibra de buriti; compreender a percepção das artesãs sobre a qualidade de vida; e identificar como as condições de trabalho repercutem na

saúde das artesãs.

Frisa-se que a proposta deste estudo é fruto de uma trajetória, iniciada em 2016, com o trabalho de conclusão de curso intitulado “Um por todos e todos pela fibra: relevância dos stakeholders para um caso de economia solidária”, o qual possibilitou a aquisição de experiências pessoais com os participantes dessa economia, em especial, as artesãs da associação pesquisada.

Com ingresso no mestrado, uma identificação maior emerge, estimulando a busca de conhecimento sobre a saúde e subjetividade do trabalhador em seu contexto de trabalho, especificamente sobre a qualidade de vida. Assim, adequou-se a proposta de pesquisa à continuação do trabalho iniciado anteriormente. Esse momento, no entanto, refere-se a um público específico que desenvolve um artesanato tipificado como tradicional, em vista da sua dimensão cultural e econômica na região em que atua.

A dissertação está organizada em cinco capítulos, incluída esta seção de Introdução. No segundo capítulo, “Marco Teórico”, fundamenta-se as discussões que permeiam a temática deste estudo. Para tanto, foi apresentado previamente a subseção “As transformações do Mundo do Trabalho”, na qual discute-se a concepção de trabalho à luz do entendimento marxista, visto como uma categoria central e fundamental na existência humana. Apresenta-se ainda um resgate histórico do trabalho sob distintos modos de produção, em direção a compreensão da dinamicidade dessa categoria.

Nesse mesmo capítulo, apresenta-se o “Processo de Trabalho”, discutido a partir de três elementos constitutivos na relação homem e natureza: trabalho, objeto e instrumentos. Sob uma vertente técnica e social, esses elementos passam ser referenciados como pontos de análise para compreensão do processo de trabalho artesanal investigado nesta pesquisa. Na subseção “Cargas de Trabalho”, de forma ampliada, o processo de trabalho passa ser dialogado sob uma perspectiva de processo saúde-doença, considerando as leituras da Medicina Social e Latino-americana, Laurell e Noriega, que abordam os conceitos de cargas de trabalho e desgastes.

Ainda nas fundamentações teóricas, aborda-se o “Trabalho Artesanal”, compreendendo a origem histórica do artesanato, no contexto universal e brasileiro, e as diversas conceituações sobre o que é o artesão, o artesanato e suas tipologias. Segue-se com “As Metamorfoses no Universo Laboral e seus Reflexos no Trabalho Artesanal”, destacando as implicações do modo de produção capitalista e suas distintas formas de gestão (taylorismo, fordismo e toyotismo) na dinâmica do trabalho artesanal. Considerando o objeto de estudo desta pesquisa, abre-se, ainda, uma reflexão teórica sobre o “Artesanato e o Trabalho

Feminino”, levando em consideração as motivações históricas que determinaram e alocaram a mulher no meio artesanal.

Por fim, a subseção “Qualidade de Vida” aborda importantes discussões teóricas, tratando da sua dimensionalidade e presença em diversos campos do conhecimento. A Qualidade de Vida é comentada a partir de aspectos históricos e conceituais. Busca-se um diálogo com o trabalho artesanal, elencando sua necessidade em ser pensada e abordada no cerne desse tema.

No terceiro capítulo, “Método”, trabalha-se os dados identificados em campo a partir da pesquisa quantitativa e qualitativa e dos instrumentos metodológicos desenhados e adaptados para esta dissertação: observação sistemática, entrevistas semiestruturadas e questionário adaptado World Health Organization Quality of Life-BREF - WHOQOL-Breff, voltadas à análise da qualidade de vida a partir do trabalho das artesãs definidas para este estudo.

No quarto capítulo, “Análise e Discussões dos Resultados”, apresenta-se apreensões da análise da realidade investigada. Diante de um universo de significações, buscou-se responder ao problema central desta pesquisa. Para isso, foi descrito e discutido o processo de trabalho artesanal executado pelas pesquisadas, o mapeamento das cargas de trabalho identificadas no cotidiano laboral dessas artesãs e, por último, os domínios do WHOQOL-Breff adaptados para os objetivos deste estudo.

Por último, o quinto capítulo “Considerações Finais” comporta as principais conclusões do problema central norteador deste estudo, com reflexões e recomendações aos atores envolvidos com o universo artesanal, no intuito de proporcionar melhorias nas condições de trabalho das artesãs que desenvolvem e perpetuam o artesanato por gerações e gerações.

## 2 MARCO TEÓRICO

### 2.1 As Transformações do Mundo do Trabalho

Estudos não se esgotam em conhecer e explorar a categoria trabalho. O interesse por esse conhecimento intensifica-se à medida que o trabalho, ao longo da história, apresenta uma série de transformações que refletem sua evolução e seu lugar de centralidade ocupado na sociedade.

Para tanto, antes de iniciar as reflexões acerca das modificações promovidas no mundo do trabalho, importa esclarecer que a concepção abordada nas pautas desta pesquisa parte do entendimento marxista cujo discurso central volta-se à explicação da sociedade a partir do trabalho.

De forma categórica, Marx (2013, p. 211) assevera que “[...] antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. Em continuidade, afirma que o homem atuando “[...] sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza”, ou seja, o trabalho enseja uma transformação mútua, de ordem externa e interna, pois à medida que o homem transforma a natureza pelo seu trabalho, também modifica a si mesmo.

Pensar o trabalho à luz da perspectiva marxista, é compreendê-lo como uma categoria eminentemente humana que se depreende do seu aspecto instintivo ou animalesco. Assim, discute-se o trabalho não somente orientado para o atendimento das necessidades humanas imediatas, mas por uma intencionalidade que promove o planejamento e, posteriormente, sua execução. Essa particularidade, explica Antunes (2015, p. 169), permite “[...] o ser humano ter ideado, em sua consciência, a configuração que quer imprimir ao objeto do trabalho antes de sua realização”, remetendo a capacidade teleológica do trabalho.

Marx (2013, p. 256-257) discorre sobre essa singularidade e superioridade encontrada no trabalho humano:

Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No final do processo do trabalho, aparece um resultado que existia antes de idealmente na imaginação do trabalhador.

Outro aspecto relevante no pensamento marxista consiste na historicidade do trabalho, questão central do materialismo histórico, proposto inicialmente por Marx, que se

propôs observar as transformações econômicas e sociais, afirmando serem determinadas pelos modos de produção, os quais são vistos como fatores decisivos para compreender a sociedade em sua totalidade. Marx tratou em observar os detalhes, as singularidades de cada época, entendendo que o homem não é um indivíduo estático que apenas produz, mas que é moldado pelo o que e como produz, regido por um processo histórico.

Entretanto, convém destacar previamente que as considerações aqui expostas não se detêm em um esforço exaustivo em explorar cada período histórico perpassado pela categoria em estudo, trabalho humano, mas objetivam debater as principais mudanças que o transcenderam, principalmente, no que se refere aos elementos constitutivos do processo de trabalho, tal como elenca Marx (2013, p. 2014): “[...] o que distingue as diferentes épocas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz”.

Ao estudar a gênese da história do trabalho, diversos autores corroboram que essa origem se confunde com o aparecimento da raça humana na Terra, onde o homem, na ânsia de satisfazer suas necessidades vitais, começa a agir sobre a natureza, transformando-a e utilizando seus recursos para garantir sua própria sobrevivência (KLEIN, 2014; OLIVEIRA, 2006).

Ao olhar para esse momento inicial, entende-se que o trabalho é “[...] meramente predatório. O homem é caçador, coletor/extrator e pescador, usufruindo, por meio do desenvolvimento das rudimentares técnicas pré-históricas, daquilo que a Natureza primordial o oferecia” (ALVES, 2007, p. 77). Ou seja, o trabalho baseia-se em um caráter essencialmente de subsistência e sem qualquer cunho comercial, características típicas de um modo de produção primitivo.

Esse modo específico de produção está relacionado às comunidades primitivas, nas quais as atividades como coleta, caça e pesca coexistiam de forma coletiva; os meios de trabalho, a terra, meio universal de trabalho, bem como tudo que era produzido estavam sob condições iguais entre os membros da comunidade (PAULO NETTO; BRAZ, 2006).

Contudo, a forma de apropriação da natureza pelo homem perpassa por um aperfeiçoamento de técnicas e conhecimentos acerca do trabalho no decorrer da história, como resultado nota-se sua sedentarização em determinados espaços, enquanto que, anteriormente, permeava diversos lugares em busca de melhores condições naturais para atender suas necessidades (RODRIGUES, 2009).

Essas implicações culminam em uma evolução do trabalho humano. Como consequência, tem-se a iminência da domesticação de animais e a agricultura, em especial, que passa impor à espécie humana novas formas de relação com a natureza e consigo mesmo.

Logo, o homem deixa para trás a relação puramente extrativista e passa ter maior ação e controle sobre natureza e a produzir além das necessidades de consumo. Começa-se, então, a falar dos excedentes econômicos, que motivaram o desenvolvimento das práticas comerciais e das primeiras formas de exploração do trabalho humano (ALVES, 2007; COSTA, 2017; PAULO NETTO; BRAZ, 2006).

No que concerne essa evolução, entende-se que o trabalho transita de um modo de produção primitivo para o modo de produção escravista, base da civilização grega, que teve continuidade com o Império Romano. Acentuado pela produção dos excedentes, nesse modo de produção “[...] figurativamente duas mãos passam a produzir o suficiente para alimentar mais de uma pessoa” (CASSIN; BOTIGLIERI, 2009, p. 113).

Reflete-se, então, a maneira como o trabalho passa a ser disposto: antes, a terra era pertencente a todos e agora passa ser de domínio de alguns, os proprietários, que se apropriam tanto dos meios de produção quanto dos trabalhadores escravos (KLEIN, 2014). No cerne da produção escravista, Paulo Netto e Braz (2006) apontam que as relações sociais passaram ser regidas pelo antagonismo entre escravos e proprietários, cuja relação provoca uma discussão mais ampla sobre trabalho, que não se detém somente em suas mudanças técnicas, mas também na sua concepção, pode-se dizer também, no seu valor sob o referido contexto.

Ao discorrer sobre o mundo antigo, particularmente a Grécia, Bendassolli (2006) pontua a importância atribuída ao trabalho, que possuía uma relação direta com seu valor econômico, o qual subordinava-se aos valores culturais e políticos predominantes no discutido cenário, considerando sua natureza e finalidade, ou seja, se é para benefício próprio ou em função de outro, trazendo consigo diferentes relevâncias.

O instante em destaque determinava que o trabalho manual competia somente aos escravos, que do ponto de vista econômico era traduzido como um produtor direto, responsáveis pelo esforço físico no trato da terra e um meio de produção que podia ser vendido. Já pela perspectiva política e cultural, era percebido com uma atividade indigna e inferior, destinado somente aos escravos, norteadas pela ideia que esse típico labor tecia laços de dependências entre os envolvidos, degradando sua liberdade. Em contrapartida, tinha-se a valorização das atividades intelectuais (teatro, artes, esportes e políticas) em exaltação à prática da ociosidade que era desenvolvida pelos cidadãos livres, na figura dos proprietários (BENDASSOLLI, 2006; 2007; GORZ, 2007; KLEIN, 2014; OLIVEIRA, 2006; RODRIGUES, 2009).

Posteriormente, nota-se que, na dinâmica do modo de produção escravista, houve uma transição do escravismo ao servilismo. Ao comentar sobre essa transição, Oliveira (2006)

afirma que os preços dos escravos passaram subir demasiadamente, não correspondendo mais com as necessidades de produção e resultando no enfraquecimento geral das estruturas de produção escravistas.

Esse panorama marcou o fim do Mundo antigo Ocidental e o início da Idade Média, bem como a emergência do modo de produção feudal, conferindo ao trabalho novos delineamentos. Assim, a propriedade da terra, na figura dos feudos, aparece como fundamento de toda performance do trabalho realizado e também da estrutura social dessa época, polarizando a sociedade entre senhores e servos. Os camponeses, na condição de servos, dispunham de instrumentos de trabalho e retiravam seu sustento do que produziam nas terras dos seus senhores feudais, sob as condições de obrigações – pagamento de inúmeros tributos, e obtenção de garantias – proteção da vida do servo pelo senhor (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 68-69).

Além do objeto “sagrado” terra, outros bens começaram a ser produzidos em escala comercial. Batista (2014, p. 14) explica que “[...] alguns trabalhadores, detentores de conhecimentos técnicos em criar objetos artesanais iniciam uma relação diferenciada no interior do feudalismo”. Assim, aqui desponta a figura do artesão que, ao incidir nesse contexto, apresenta maior domínio no processo de trabalho, determinando o que, como e para quem produzir.

Com a intensificação da produção e a circulação dos excedentes, por parte dos camponeses e artesãos, constata-se o surgimento de centros comerciais (feiras e cidades) e também de um novo grupo social, os comerciantes/mercadores denominados também de “burgueses”. Associa-se a esse fato o deslocamento dos camponeses e dos pequenos artesãos do cerne das suas atividades realizadas no campo para as cidades, em busca de melhores condições de vida (KLEIN, 2014; PAULO NETTO; BRAZ, 2006; RODRIGUES, 2009).

Observa-se que o trabalho paulatinamente direciona-se de uma relação de dependência exacerbada – senhores e servos – para uma relação de maior autonomia; de uma necessidade essencialmente de subsistência, centrada em seus produtores, para uma necessidade de mercado; enfim, de um modo de produção de feudal para um modo de produção capitalista.

A partir do acontecimento histórico das revoluções liberais, com início nos séculos XVII e XVIII, seguidas da Revolução Industrial, caracterizada pelo emprego da máquina na produção que substitui o trabalho manual, percebe-se uma profunda mudança no trabalho humano e, conseqüentemente, o surgimento do modo de produção capitalista (VERA, 2009).



Nesse modo de produção, segundo Rodrigues (2009), ao perceberem os avanços tecnológicos, os burgueses começam a constituir, em um único espaço denominado de indústria, a matéria prima, os instrumentos, as ferramentas, as máquinas e os trabalhadores, ávidos por transformar a matéria-prima em produtos acabados e dispô-los no mercado que se desenvolvia.

Com atenção para esse cenário, entende-se que todas essas diversas condições contribuíram para o enfraquecimento da atuação dos camponeses e artesãos em favorecimento de novos atores, os capitalistas. Oliveira (2006, p. 77-78) descreve minuciosamente essa ruptura nas relações do trabalho feudal:

O camponês foi aos poucos expropriado e, como o artífice, transformado em trabalhador livre, obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver. A apropriação dos meios e o controle do trabalho passa ao burguês capitalista-trabalhador no interesse da produção faz da força de trabalho mercadoria; o trabalho é apropriado pelo dinheiro, pelo salário, o que Marx denomina de preço de trabalho.

Verifica-se que o homem, ao deixar de ser proprietário de seus instrumentos de trabalho, deixa também de ter conhecimento e domínio na totalidade do processo de trabalho, passa-se a falar de um trabalhador livre – livre para vender sua capacidade de trabalho a uma classe dominante, os donos das fábricas, que por meio dessa “liberdade” determinavam seu próprio enriquecimento.

Desse modo, a produção mercantil capitalista insere, nesse campo de transformações, dois sujeitos historicamente determinados: o capitalista, detentor dos meios de produção e o proletário-operário ou produtor direto (PAULO NETTO; BRAZ, 2006). Em condições desiguais, os proletários subordinavam-se à vontade dos proprietários dos meios de produção sob circunstâncias degradatórias, como assim narra Batista (2014, p. 232):

[...] os trabalhadores disputam entre si um lugar para trabalhar, sujeitando-se a realizar atividades precárias em diferentes níveis: na relação de vínculo empregatício, reduzindo salário ou aceitando outras formas de pagamentos despóticas; nas condições em que se desenvolvia suas atividades nos espaços físicos das fábricas, não questionavam as condições insalubres e a carga horária excessiva no trabalho diários, aceitando trabalhar em situações muito parecidas com as dos animais.

Nesse contexto, inicia-se o discurso sobre as condições de trabalho, correspondente aos conjuntos de fatores interdependentes, que atuam direta ou indiretamente na qualidade de vida das pessoas, a qual era considerada desumana nessa época. Entretanto, tais condições se

perpetuavam em prol de atender aos anseios produtivos, muitas vezes inalcançáveis, do modo de produção capitalista.

Sobre as nuances ocorridas no processo de trabalho, Carcanholo e Prieb (2011) explicam, do ponto de vista mais técnico, que a introdução de novas tecnologias certamente não objetiva amenizar a fadiga dos trabalhadores, mas sim aumentar a sua exploração em busca incessante dos altos lucros perseguidos pelo capitalismo. As exigências produtivas definidas e impostas pelo modo de produção capitalista, sendo mediadas pela inserção de meios de trabalho cada vez mais aperfeiçoados e associadas às demandas de um mercado em crescimento, apresentam-se como um mecanismo para obtenção do aumento da capacidade produtiva em um menor espaço de tempo.

Isso compele ao trabalhador, além de uma nova dinâmica no seu processo de trabalho, de proprietário de seus instrumentos à mero executor de tarefas repetitivas, consequências que ultrapassam a dimensão técnica no realizar da sua atividade, como a maneira que o trabalhador percebe e vivencia o seu trabalho e o comprometimento em sua saúde, consequência do desgaste físico e mental diante da natureza do trabalho que executa sob os ditames do modo de produção capitalista.

Outra discussão proposta reside no trabalho apresentar um novo caráter: destitui-se de uma atividade sem valor moral no passado e define-se como indignos aqueles que não trabalham e não se submetem ao capital, mesmo em condições não satisfatórias (CARCANHOLO; PRIEB, 2011). Na sociedade capitalista, a ociosidade passa ser irrelevante, não se limita mais o trabalho à sua natureza essencialmente manual e com finalidade apenas para satisfação das necessidades básicas, nem tampouco competente a uma classe inferior, mas expande sua utilidade como um mecanismo de identificação do indivíduo e seu pertencimento na sociedade.

Essas novas acepções atribuídas ao trabalho fundamentam-se no princípio marxista que o explica como uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade. Nessa mesma dimensão, Antunes (2015, p.170) acentua-o como “[...] ponto de partida para humanização do ser social”. Em suma, é por meio do trabalho que o homem se torna um ser social.

Contudo, as particularidades que delineiam o trabalho na sociedade capitalista posicionam-no em uma vertente permeada por contradições:

[...] se o trabalho ainda é central para a criação do valor, o capital, por sua parte, o faz oscilar, ora reiterando seu sentido de perenidade, ora estampado a sua enorme superfluidade, da qual são exemplos os precarizados, flexibilizados, temporários, além, naturalmente, do enorme exército de desempregados e desempregadas que se esparram pelo mundo (ANTUNES, 2005, p. 17).

O processo de mudanças no modo de produção capitalista é contínuo, apesar dos progressos obtidos como os avanços técnicos-científicos, aumento da produtividade, descentralização da produção, parece caminhar para implicações mais acentuadas, por dizer, mais agravantes, nas condições de vida do trabalhador. “Cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, quase similarmente à época da Revolução Industrial” (ANTUNES, 2005, p. 17).

Diante dessa longa e complexa história, a “[...] atividade humana, em sua luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, humanidade e felicidade social, o mundo do trabalho tem sido vital” (ANTUNES, 2009, p. 47). Nesse ínterim, infere-se que conhecer a transformações no mundo do trabalho implica também em entender a evolução da humanidade, a qual não se trata unicamente de uma nova invenção de trabalho impulsionado pelo seu momento histórico que perpassa e faz uso de um novo meio produção, mas sim de uma transformação da realidade, do mundo.

## **2.2 Processo de Trabalho**

Marx (2013, p. 218) define o processo de trabalho como uma “[...] atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humana”. Para efetivação desse processo, é fundamental a existência de componentes, os quais são modificados conscientemente pelo homem em busca de determinado propósito. Segundo o autor, os elementos componentes do processo de trabalho são:

- 1) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho;
- 2) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho;
- 3) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho.

A atividade adequada a um fim parte do entendimento do trabalho como um processo ao advir da fundamentação marxista, que compreende o trabalho humano inserido em um campo de possibilidades que comporta uma transformação dialética entre homem e a natureza mediante realizações teleológicas.

Marx (2013, p. 2014) declara que a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho, que passa a operar “[...] uma transformação, subordinada a um determinado propósito, no objeto sobre que atua por meio do instrumental do trabalho”. Por força de trabalho, entende-se a energia humana empregada no processo de transformação; já o trabalho é compreendido como rendimento da força de trabalho (OLIVEIRA, 2006).

Com atenção, observa-se que o componente trabalho, ao promover essa mediação homem e natureza, demanda uma real aplicabilidade da força humana que, dotada de intencionalidades, busca “[...] transformar, manter ou produzir bens necessários à sua sobrevivência” (PESSOA, 2014, p. 49). Esse estágio de transformação pode ser percebido como um momento mais importante na dinâmica do processo de trabalho, pois só haverá um produto final se houver uma interpolação da força humana.

Quanto a matéria que se aplica ao trabalho, decorre da possibilidade de o homem realizar o seu ato laborativo. Ao depender do tipo de intervenção empregada, o objeto passa adquirir diferentes caracterizações: matéria-bruta e matéria-prima (HARNECKER, 1980).

A matéria bruta é descrita por Marx (2013) como todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata, fornecidos pela natureza. Para exemplificação, o autor relata que os peixes, ao serem pescados, são tirados do seu elemento, a água; a madeira é derrubada na floresta virgem; o minério, arrancado dos filões. Essa matéria ainda se encontra em seu estado originário e não sujeita a processos que alterem suas condições naturais.

Entretanto, Marx (2013, p. 2012) explica que “[...] o objeto de trabalho, por assim dizer, filtrado através de trabalho anterior, chamamo-lo de matéria prima. Por exemplo, o minério extraído depois de ser lavado”. Trata-se de um objeto sujeito as modificações decorrentes de processos anteriores interpostos pela ação humana, no entanto não transformada em produto. Salienta-se que toda matéria-prima é objeto de trabalho, entretanto, nem todo objeto de trabalho é matéria prima.

Por seguinte, elenca-se o componente meios de trabalho ou instrumental de trabalho, definido por Marx (2013, p. 2013) como “[...] uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto”. Ou seja, todos os meios específicos e diretos que os trabalhadores utilizam na execução do seu ofício sobre os objetos de trabalho, incluindo também o ambiente em que ocorre a transformação desse objeto, a exemplo: serrote, oficina de marcenaria, ferramentas, máquinas etc. (OLIVEIRA, 2006; CARCANHOLO; PRIEB; 2011).

Ao discutir a dimensionalidade dos meios de trabalho, Harnecker (1980) difere-os em sentido estrito e sentido amplo. Os primeiros possuem funcionalidade intermediária e

diretiva entre o trabalhador e o objeto. Já os últimos remetem às condições necessárias à realização do processo de trabalho.

Marx suscita a importância desse componente, os meios de trabalho, ao indicar sua participação na determinação de um período econômico específico, na mensuração do desenvolvimento da força econômica e nas definições das condições sociais em que se executa o trabalho. Para tanto, estabelece que objeto de trabalho e meios de trabalho, de forma conjuntas, formam os meios de produção.

É pertinente pontuar que, para Marx, o fator produto é indispensável na dinâmica desse processo ao indicar sua fase final, pois o “[...] o processo extingue-se ao concluir-se o produto” (MARX, 2013, p. 214). O autor estabelece o produto como valor de uso, designação proposta por responder a uma necessidade humana determinada, seja de natureza fisiológica ou social, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança da forma.

Laurell e Noriega (1989) compreendem as necessidades como ponto de partida para entender a especificidade histórica dos processos psicológicos humanos, a qual, quando negada, torna essa atividade especificadamente humana destrutiva, transformando o processo de trabalho em um terreno de contradições, onde os trabalhadores elaboram resistência contra sua própria desumanização. Ao pontuarem as complicações possíveis nesse campo, os autores inclinam suas discussões para o processo de trabalho e à saúde. Para tanto, sugerem um estudo analítico das formas históricas que assumem o processo de trabalho, especificamente o capitalismo, e uma proposta teórica voltada para assimilar essa relação, processo de trabalho e saúde.

O processo de produção na configuração do capitalismo remete conceitualmente ao processo de valorização e processo de trabalho, consistindo em produção de mais valia<sup>1</sup> e produção de bens, respectivamente. Nesse embasamento, Laurell e Noriega (1989, p.106) citam que a “[...] conformação concreta do processo de trabalho é um dos elementos-chave para compreensão dos determinantes da saúde do trabalhador”.

---

<sup>1</sup> A extração de mais-valia é a forma específica que assume a EXPLORAÇÃO sob o capitalismo, a *differentia specifica* do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de LUCRO e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário. Lucro e salário são as formas específicas que o trabalho excedente e o trabalho necessário assumem quando empregados pelo capital. Mas o lucro e o salário são, ambos, DINHEIRO e, portanto, uma forma objetificada do trabalho que só se torna possível em função de um conjunto de mediações historicamente específicas em que o conceito de mais-valia é crucial (BOTTOMORE, 2012, p. 361).

Em vista disso, os autores preconizam analisar os elementos que compõem o processo de trabalho sob duas vertentes: técnica e social.

Ou seja, é preciso analisar não somente as características físicas, químicas e mecânicas do objeto de trabalho, mas também porque e como chega a sê-lo, isto é, sua vertente social”. Da mesma forma, os instrumentos de trabalho ou a tecnologia devem ser compreendidos, de um lado, no que diz respeito a sua conformação técnica e, de outro, como a materialização de uma determinada relação entre capital e trabalho. O trabalho, finalmente, tem que ser entendido como processos corporais, mas também como uma expressão concreta da relação de exploração através de sua organização e divisão (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 106-107).

A partir desse entendimento, tem-se uma nova maneira de compreender o processo de trabalho, pois a depender de variáveis como o tempo histórico e a forma de apropriação da natureza que configura o modo de produção, resulta em mudanças específicas na corporeidade do trabalhador.

### **2.3 Cargas de Trabalho**

O trabalho, ao provocar a relação homem e natureza, enseja um dispêndio de força humana de ordem física e psíquica. Tais esforços são gerados quando o trabalhador “[...] põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos–, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo forma útil à vida humana” e, também ao manifestar “[...] através da atenção durante todo o curso do trabalho” (MARX, 2013, p. 211-212), o que resulta em seu total engajamento no processo de trabalho.

Nesse confronto homem e natureza, é perceptível a existência de demandas de caráter físico ou psíquico durante a realização do trabalho, promovendo um processo saúde-doença. Isto posto, é fundamental entender duas categorias importantes na análise dos resultados do processo de trabalho na saúde do trabalhador: cargas de trabalho e desgaste.

O entendimento de carga de trabalho pressupõe analisar os elementos desse processo trabalho, “[...] que interatuam dinamicamente entre si e com o corpo do trabalhador, gerando aqueles processos de adaptação que se traduzam em desgaste, entendido como a perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica” (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 110).

Frutuoso e Cruz (2005) entendem o termo carga de trabalho como uma construção teórica que parte da necessidade de compreender que, para uma definida situação de trabalho,

existe uma tensão contínua entre as exigências do processo e as capacidades biológicas e psicológicas dos trabalhadores para atendê-las. Os autores adotam, nessa construção teórica de carga de trabalho, uma relação funcional, cujo entendimento orienta-se por questões que versam as características e a forma como a atividade é executada, além das condições físicas e psicológicas em que o trabalho é desenvolvido.

Para melhor compreensão do conceito de carga de trabalho, Laurell e Noriega (1989) propõem uma categorização em dois distintos tipos: primeiro, as cargas físicas, químicas, biológicas e mecânicas; segundo, as cargas fisiológicas e psíquicas. Essa classificação será norte das questões que orientam a presente pesquisa.

No primeiro grupo, as cargas de trabalho possuem uma materialidade externa ao corpo, que ao interagir com ele, torna-se uma nova materialidade. Descritivamente, as cargas físicas, a exemplo, o ruído e o calor, atuam sobre as células do ouvido médio e interno, e também sobre o sistema nervoso, provocando mudanças em alguns processos fisiológicos. As cargas químicas (pó, fumaça, fibras, vapores, líquidos etc.) e as cargas biológicas (os micro-organismos) possuem características semelhantes, pois assumem materialidade externa ao corpo e geram interações com os processos corporais. As cargas mecânicas consideradas mais visíveis consistem em rupturas de continuidade instantânea do corpo, tais como contusões, feridas, fraturas etc.

No segundo grupo constam as cargas de trabalho fisiológicas e psíquicas, caracterizadas por não apresentarem uma materialidade visível externa ao corpo humano. As cargas fisiológicas podem ser exemplificadas pelo esforço físico pesado ou uma posição incômoda, que só podem existir senão através do corpo. As cargas psíquicas, por sua vez, condicionam-se pela relação entre os homens, e desses com as coisas, adquirindo materialidade tanto nos processos corpóreos como psíquicos, ou seja, são produzidas socialmente. São classificadas em: sobrecargas psíquicas, remetendo a situações de tensões prolongadas (atenção permanente, supervisão com pressão, altos ritmos de trabalho etc.) típicas do processo de produção capitalista; e subcargas psíquicas, que refletem na impossibilidade de desenvolver e fazer uso da capacidade psíquica, tendo como exemplo a perda do controle sobre o trabalho, ao estar subordinado ao movimento das máquinas; e a desqualificação do trabalho, resultando na separação entre sua concepção execução, etc. (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 110).

Frutuoso e Cruz (2005) apresentam uma categorização das cargas de trabalho por meio de duas dimensões: mental, relacionada à postura (permanecer sentado, em pé), gestos (movimento estático, dinâmico ou repetitivo) e deslocamento (andar, correr, dirigir, etc.); e

mental, consoante aos aspectos subjetivos (sentimento, afetos, emoções, motivação e cognições). No intuito de perceber as características das cargas as quais o trabalhador está submetido, os citados autores apresentam indicadores externos e internos.

Os indicadores externos permitem obter informações sobre a carga mediante a observação direta da atividade analisada, isto é, a maneira como o trabalhador executa seu trabalho; já os indicadores externos compreendem os aspectos subjetivos, permitindo conhecer qual a percepção do trabalhador diante da carga vivenciada. Mediante isso, nota-se que as perspectivas de verificação, por intermédio dos indicadores externos e internos ao abranger o aspecto objetivo e subjetivo das cargas de trabalho, apresentam uma possibilidade de entender as implicações que o trabalho promove na saúde do trabalhador de forma mais abrangente.

Conforme ressaltam Frutuoso e Cruz (2005, p. 30), “[...] o estudo das cargas de trabalho é uma necessidade instrumental dos analistas de trabalho na intervenção de situações que promovam a saúde e o bem-estar do trabalhador”. Nessa perspectiva, é significativo incluir na presente pauta a realidade do trabalho artesanal, no que toca as situações que promovem o processo saúde-doença do trabalhador artesão, considerando conhecer as cargas que este trabalhador está sujeito e de que forma são materializadas em seu corpo.

Atentando ao objetivo do presente estudo, entende-se que o artesão, ao desempenhar um trabalho caracterizado como manual, não está isento à exposição de cargas de trabalho. Essas suspeitas recaem nos resultados de algumas pesquisas realizadas com trabalhadores artesãos, que apresentaram como objetivo uma análise dessa atividade e as ocorrências perpetuadas na vida desse trabalhador, principalmente em sua saúde.

Em estudos promovidos sob a proposta de identificar a presença de casos de LER/DOR<sup>2</sup> na população de artesãos no município de Jaguaruana-Ceará, Oliveira *et al.* (2019, p. 14) concluem:

Pode-se notar que a maioria dos pesquisados não possuem um acompanhamento profissional especializado e utilizam-se de automedicação para alívio das dores. A maior intensidade de dor foi na região inferior das costas, esse foi o principal motivo que levou os artesãos a procurarem

---

<sup>2</sup> Segundo o Ministério da Saúde, as Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) são as doenças que mais afetam os trabalhadores brasileiros. A LER e o DORT são danos decorrentes da utilização excessiva do sistema que movimentam o esqueleto humano e da falta de tempo para recuperação. Caracterizam-se pela ocorrência de vários sintomas, de aparecimento quase sempre em estágio avançado, que ocorrem geralmente nos membros superiores, tais como dor, sensação de peso e fadiga. Algumas das principais, que acometem os trabalhadores, são as lesões no ombro e as inflamações em articulações e nos tecidos que cobrem os tendões (MACIEL, 2019).



atendimento médico. Além disso, verificou-se alta taxa de dor nas regiões quadril, joelho, tornozelo e pé. Destaca-se, contudo, que o acometimento das regiões corporais por LER/DORT tem associação direta com o perfil ergonômico da forma de trabalho do indivíduo.

Outros aspectos a serem incluídos nesse meio artesanal, alicerçado em uma base de incertezas quanto a saúde do seu trabalhador, refere-se às demandas de cargas psíquicas. Sobre isso, Cunha e Vieira (2009) demonstram, em seus estudos desenvolvidos com um grupo de mulheres artesãos no município de Juarez Távola-Paraíba, que paralelo às condições de trabalho, as pressões por produção por parte de fabricantes e atravessadores, colocam essas artesãs em situação vulnerável à saúde, agravada pela sobrecarga com o trabalho doméstico, não remunerado. Alinhando a isso, as pesquisadoras destacam o não reconhecimento do valor comercial do trabalho, ocasionando o sentimento de exploração e uma significativa dependência com essa atividade por representar a principal ou única fonte de renda desse trabalhador.

Ainda segundo dados da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, que retratam a realidade das atividades do cidadão sob um vínculo empregatício ou outro tipo de relação de trabalho, no rol das classificações apresentadas, tem-se a família ocupacional denominada “Artesão” (código CBO 7911) e descreve, de forma sucinta, as condições gerais de exercícios dessa ocupação:

Os profissionais desta família ocupacional desenvolvem suas atividades em suas próprias residências ou nas associações de classe a que estão vinculados. São profissionais autônomos e trabalham predominantemente de forma individual, sendo que, em alguns casos, contam com a ajuda de seus familiares. Trabalham sem supervisão em ambiente fechado em horários irregulares e de forma presencial. Dependendo da tipologia da matéria prima que manuseiam, ficam expostos a fagulhas, materiais tóxicos e ruídos intensos. Para uma grande maioria que colhe matérias primas em lagoas, rios e outros locais naturais há o risco de insalubridade (BRASIL, 2019a).

No entanto, somente a partir dos dados aqui compilados e expostos não é possível fazer uma análise mais profunda sobre as cargas de trabalho e desgastes que a dinâmica da produção artesanal pode suscitar na saúde do artesão. Outra questão limitadora é a inexistência de instrumentos que forneçam subsídios para reflexão mais acentuada das implicações do trabalho na saúde do artesão, pois mesmo diante da existência de políticas que visam orientar e promover a atividade artesanal, isso não significa que essa atividade se exime da perda da capacidade efetiva ou potencial, biológica ou psíquica do artesão.

Desse modo, identificar e analisar as ocorrências das cargas de trabalho e o desgaste que o artesão pode adquirir no transcorrer da sua atividade, enseja refletir na relação causal de importantes aspectos, a saber: a dinâmica dos elementos do processo de trabalho artesanal no processo saúde-doença, os processos sociais comportados no trabalho artesanal e a percepção que o artesão detém ao desenvolver sua atividade diante da iminência das consequências as quais está sujeito, sejam elas positivas ou negativas para sua saúde, bem como sua qualidade de vida.

## **2.4 O Trabalho Artesanal**

O diálogo sobre o trabalho artesanal, inevitavelmente, remete a uma dimensão temporal, afirmando sua presença tanto no passado como no presente, aspecto evidente na reflexão proposta por Davel, Cavedon e Fischer (2012, p. 13): “Tecida com os fios de experiência do passado e com fios de esperança para o futuro, essa construção seduz teóricos e praticante de diversas áreas pelos diversos princípios que o fazer artesanal pressupõe”. Nessa perspectiva, a presente pesquisa parte do pressuposto que, ao compreender o artesanato em sua forma mais embrionária, volta-se o olhar, também, para o passado e presente, imersos em infinitas e ricas vivências.

Nos estudos que reportam ao surgimento do artesanato no mundo, é preeminente o discurso da indissociabilidade da prática artesanal à origem do trabalho humano, uma vez que tal ato se configura como a primeira forma que o homem encontrou para transformar manualmente a natureza ao seu redor, construindo artefatos para subsidiar suas atividades cotidianas sob a pretensão de suprir suas necessidades de alimentação, proteção e, até mesmo, de expressão (FREITAS, 2017; MATSUSAKI, 2016; RORIZ, 2010).

Do ponto de vista antropológico, os registros históricos apontam que os primeiros artesãos apareceram ainda no período Neolítico (6.000 a.c), momento em que o homem aprendeu confeccionar, de forma rudimentar, instrumentos que facilitariam o atendimento de suas necessidades. Assim, este mesmo homem passa a dar forma à pedra e à cerâmica, a tecer fibras animais e vegetais. Nesse espaço, incidem as sociedades agrícolas, “[...] permitindo um maior grau de especialização do artesanato” (HESKET, 2005, p. 14, tradução nossa; RHODEN *et al.*, 2017).

Posto isso, compreende-se que a constituição do trabalho artesanal, ao se confundir com a própria história da humanidade, se caracteriza como um trabalho eminentemente milenar:

Vejamos: o que é o artesanato no mundo? Durante milênios foi o único modo que de tinha de fazer objetos. O mundo humano foi feito à mão. Se pensarmos no volume de objetos que já se produziu, manualmente, percebemos que é uma coisa impressionante e incalculável mesmo, porque acompanha o tempo da própria humanidade (LIMA, 2011, p. 3).

No transcorrer da história, a atividade artesanal apresenta um notável avanço, precisamente na Idade Média, no cenário europeu, a partir da concentração da população em conglomerados urbanos. Heskett (2005, p. 14, tradução nossa) aponta que “[...] os artesãos mais especializados e altamente qualificados foram atraídos pela demanda por luxos criados pela acumulação de riqueza”, gerando, como consequência, o surgimento de associações qualificadas, em guildas e organizações similares.

De forma mais complexa, o artesão passa se organizar nas guildas, também denominadas de corporações de ofícios ou corporação artesanal, que comportavam, em seus espaços, pessoas que realizassem uma mesma atividade. Sobre essa específica estrutura a qual o trabalho artesanal passa a ser disposto, Huberman (2012, p. 41-42) detalha:

Não era necessário muito capital. Uma sala de casa em que morava servia ao artesão como oficina de trabalho. Tudo de que precisava era de habilidade em sua arte e fregueses que lhe comprassem a produção. Se fosse bom trabalhador e se tornasse conhecido entre os moradores da cidade, seus produtos seriam procurados e ele poderia aumentar a produção contratando um ou dois ajudantes.

Tais corporações primavam, além da reunião dos trabalhadores de um mesmo ofício, garantir o controle de qualidade dos produtos, coibir as falsificações, regular os valores das matérias primas empregadas e dos pagamentos aferidos, como também, assegurar a associação compulsória dos artesãos, a fim de exercer seu trabalho (MATSUSAKI, 2016).

As corporações de ofícios estavam ordenadas em mestres artesãos e seus ajudantes, esses últimos representados pelos aprendizes ou jornaleiros. Aos mestres artesãos, pertenciam primeiramente o conhecimento, além da matéria prima e meios de produção, somado a isso, realizavam diretamente a venda dos produtos confeccionados em suas oficinas. Quanto aos aprendizes, eram jovens que aprendiam o ofício com o artesão principal. A oficialização desse aprendiz como mestre-artesão permitia a abertura de sua própria oficina, do contrário, tornava-se jornaleiro e continuaria a trabalhar para seu mestre (HUBERMAN, 2012).

Em fins do século XVIII e início do século XIX, uma série de fatores motivaram a desintegração das Corporações, a exemplo, o interesse em atender um mercado crescente, a prevalência de uma corporação em detrimento de outra, como também a perda do sentimento

de coletividade e igualdade entre mestres e ajudantes (HUBERMAN, 2012).

Paralelamente, percebe-se a importância em assinalar o impacto do sistema fabril que resultou em uma maior instabilidade na atividade artesanal, ensejando críticas contundentes em relação à qualidade das peças confeccionadas e a exploração do artesão. Como importante representante desse debate, tem-se John Ruskin, grande crítico de arte inglês<sup>3</sup>.

Enquanto existiram as corporações de ofícios para garantir um padrão constante de habilitação do artesão, o nível da produção se manteve estável em todas as áreas; porém com o anseio do sistema industrial de produzir mais barato, tinham-se generalizado processos de fabricação que empregavam, além das máquinas, apenas operários sem habilitação alguma (CARDOSO, 2004, p. 69).

Compartilhando dessa mesma perspectiva crítica, o escritor e design William Morris idealiza o movimento *Art and Crafts* (Artes e Ofícios) entre o final do século XIX e início do século XX na Grã-Bretanha, cuja intenção consistia em revitalizar os valores produtivos tradicionais advogados por Ruskin, remetendo, às ideias de alto grau de acabamento artesanal, um profundo conhecimento de ofício e no uso restrito das máquinas dentro dos seus limites máximo em termos de qualidade e não de quantidade ou velocidade (CARDOSO, 2004).

Com atenção ao Brasil, esse movimento não apresentou tanto impacto. Segundo Cardoso (2004, p. 74), “[...] o país ainda distante na época das preocupações que ocasionaram as críticas ao industrialismo [...], as ideias do *Art and Crafts* tiveram pouco ou nenhum impacto”. Todavia, diversas iniciativas foram elaboradas para repensar esse quadro, despontadas pela supressão do tráfico negreiro e, conseqüentemente, pela falta de mão de obra qualificada em vista de atender as necessidades produtivas do País. Assim, Cardoso (2004) menciona: ministração de cursos para alunos artífices na Academia Imperial de Belas Artes, promovidos em 1855 pelo pintor e poeta Araujo Porto-Alegre; em 1857, a fundação do Liceu de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro mediada pelo arquiteto Bethencourt da Silva, tornando-se inspiração para criação de liceus semelhantes em São Paulo e outras cidades.

Entender esse moroso interesse pela atividade artesanal no âmbito brasileiro é abordar, simultaneamente no bojo dessa discussão, os entraves da expansão artesanal e industrial no período colonial. Em vista disso, Sylvia Porto Alegre (1988, p. 15) discute, em

---

<sup>3</sup> Pode-se dizer que Ruskin foi um dos primeiros defensores da “qualidade total” na indústria; porém durante muitos anos, as suas ideias foram rechaçadas como utópicas, românticas e situadas na contramão da evolução industrial, principalmente pela sua atitude de desconfiança em relação a mecanização (CARDOSO, 2004, p. 71).

sua tese *Arte e Ofício de Artesão - História e Trajetórias de meio de Sobrevivência*, sobre esse peculiar cenário.

No Brasil colonial, essencialmente agrário e rural, onde as cidades eram, sobretudo, entreposto comerciais e centros de administração e controle político metropolitano, não se pode negar que o trabalho artesanal tenha tido escassa importância, do ponto de vista da orientação geral do sistema. Os efeitos negativos da política mercantilista portuguesa sobre as atividades artesanais, manufatureiras e industriais fizeram com elas se desenvolvessem apesar de e quase à revelia do governo português. Seu peso foi insignificante, se julgado em termos do valor monetário ou quantidade produzidas, em uma relação colônia metrópole que se assentava na exportação de produtos primários, no monopólio e na importação de manufaturas.

Por meio desse divergente cenário, a autora acredita ser possível demonstrar possibilidades da afirmação do trabalho artesanal no Brasil, principalmente no século XVIII, fazendo referência a um vertiginoso crescimento demográfico e expansão da vida urbana, o que implicou na abertura de mercado para produção de bens, artigos e serviços destinados ao consumo local e regional, e não somente à importação de manufaturados ou produção doméstica para autoconsumo.

Mediante a acentuada expansão da produção industrial, ao decorrer do século XX irrompem impetuosas ameaças acerca do desaparecimento progressivo da produção artesanal de bens (MELLO, 2016). Contudo, sob a constância da promoção de possibilidades para disseminação e fortalecimento das questões que contornam a atividade artesanal não só no Brasil, é notório destacar o marco mundial do artesanato, o Congresso Internacional da cidade de Roma Itália transcorrido em 1930, que reuniu 14 países europeus no intuito de debater a importância da problemática do trabalho artesanal, já reconhecida desde a Primeira Guerra Mundial. Tal movimento proporcionou diversos acontecimentos que afirmaram esse interesse, representado pela formação de simpósios, reuniões e instituições, a exemplo destas, o Instituto Suíço de Economia Artesanal, o Instituto de Sociologia Rural e Agricultura da Índia, o Centro Internacional de Estudos sobre o Desenvolvimento Industrial da Universidade de Stanford dos Estados Unidos, entre outros (PEREIRA, 1979 *apud* RORIZ, 2010).

Em 1964, foi instituído o *World Crafts Council*<sup>4</sup> (Conselho Mundial de Artesanato - WWC), que teve como principal motivação promover a reunião de artesãos e organizações de

---

<sup>4</sup> Organização não governamental filiada à UNESCO que promove a irmandade e o desenvolvimento econômico das atividades relacionadas ao artesanato, por meio de programas de intercâmbio, oficinas, conferências, seminários e exposições em geral, oferecendo incentivo e aconselhamento aos artesãos do mundo (WWW, 2019, tradução nossa).

todo mundo com o propósito de compartilhar os valores do artesanato em âmbito mundial.

Já no Brasil, o artesanato passa galgar espaços com maior notoriedade a partir de 1975, momento em que a realidade vivida pelas atividades artesanais passa ser percebida como incapaz de competir com a produção nacional. Essa percepção foi possibilitada de forma sistemática e discutida no Primeiro Encontro Nacional de Artesanato (I ENA), em 1975, na cidade de Brasília, promovido pelo Ministério do Trabalho através da Secretaria de Mão de Obra. “Inscreve-se, pois aqui, nesta marca do tempo, o grande divisor de águas do artesanato” (SERAINÉ, 2009, p. 87). Segue trecho da justificativa extraída dos Anais do 1º Encontro Nacional de Artesanato:

O exemplo contemporâneo de países altamente industrializados desmentes teses dos que previam a extinção natural do artesanato pelo crescimento dos processos industriais de fabricação em série. O artesanato não só cresceu paralelamente a indústria, como sua preservação passou a ser preocupação permanente de estadistas e administradores. A conservação das atividades artesanais não é mais considerada como nas últimas décadas do Século XIX, uma tentativa romântica de reação ao domínio das máquinas e sim como um empreendimento altamente econômico (BRASIL, 1975, p. 9).

Como reflexo de uma ação mais interventiva diante do desnivelamento da realidade da atividade artesanal é instituído, em 1977, por meio do Decreto nº 80.098, de 8 de agosto de 1977, o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato - PNDA sob supervisão do Ministério do Trabalho, com intenção de coordenar as iniciativas que visem à promoção do artesão e a produção e comercialização do artesanato brasileiro (BRASIL, 1977). Seraine (2009, p. 93) anuncia que, mediante a criação do PNDA, “[...] foram abertas perspectivas no sentido de organizar o artesanato, não só com circunscrito à dimensão cultural, mas como um meio de gerar renda”.

Dentre os diversos eventos que sucederam a formalização do PNDA, destaca-se a criação do Programa do Artesanato Brasileiro - PAB por meio do Decreto de 21 de março de 1991, cuja finalidade incluía “[...] coordenar e desenvolver atividades que visem valorizar o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, bem como desenvolver o artesanato e a empresa artesanal” (BRASIL, 1991). Considerando as múltiplas atribuições do PAB, tem-se a elaboração dos principais conceitos que balizam o artesanato brasileiro, mediante a Portaria nº 29, de 05 de março de 2010.

A Base Conceitual do Artesanato apresenta uma nova atualização formalmente instituída pela Portaria nº 1.007, de 11 de junho de 2018. Com a importância de nortear as discussões conceituais desta pesquisa referentes ao trabalho artesanal, destacam-se as

principais categorias emitidas nesse documento normativo. Assim, o capítulo III, art. 8 da portaria supracitada define:

Artesão é toda pessoa física que, de forma individual ou coletiva, faz uso de uma ou mais técnicas no exercício de um ofício predominantemente manual, por meio do domínio integral de processo e técnicas, transformando matéria-prima em produto acabado que expresse identidade culturais brasileiras<sup>5</sup> (BRASIL, 2018a).

Para tanto, configura ainda no inciso V do art. 8, aquele que não se categoriza como artesão:

§5º Não é artesão aquele que:

- I- trabalha de forma industrial, com predomínio da máquina e da divisão, do trabalho e assalariado e da produção em série industrial
- II- somente realiza um trabalho manual, sem transformação da matéria-prima e fundamentalmente sem desenho próprio, sem qualidade na produção e no acabamento
- III- realiza somente uma parte do processo, desconhecendo o restante (BRASIL, 2018a).

Em continuidade, no capítulo IV, art. 19, designa normativamente que Artesanato consiste em toda produção resultante da transformação de matérias-primas em estado natural ou manufaturado, através do emprego de técnicas de produção artesanal, que expresse criatividade, identidade cultural, habilidade e qualidade. Nas linhas pronunciadas, são expostas distintamente aspectos que não assentam em tal conceito:

§ 6º Não é ARTESANATO:

- I - Trabalho realizado a partir de simples montagem, com peças industrializadas e/ou produzidas por outras pessoas;
- II - Lapidação de pedras preciosas;
- III - Fabricação de sabonetes, perfumarias e sais de banho;
- IV - Habilidades aprendidas através de revistas, livros, programas de TV, dentre outros, sem identidade cultural;
- V- Trabalho que segue moldes e padrões pré-definidos difundidos por matrizes comercializadas e publicações dedicadas exclusivamente a trabalhos manuais;
- VI - Trabalho que apresenta uma produção assistemática e não prescinde de um processo criativo e efetivo;
- VII - Trabalhos baseados em cópias, sem valor cultural que identifique sua região de origem ou o artesão que o produziu (BRASIL, 2018a).

---

<sup>5</sup> Em outras disposições legais, tem na Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015 que faz saber o artesão em seu art. 1º: toda pessoa física que desempenha suas atividades profissionais de forma individual, associada ou cooperativada. No Parágrafo único, positiva: a profissão de artesão presume o exercício de atividade predominantemente manual, que pode contar com o auxílio de ferramentas e outros equipamentos, desde que visem a assegurar qualidade, segurança e, quando couber, observância às normas oficiais aplicáveis ao produto (BRASIL, 2015).

Ainda, sob a propostas normativas impostas pelo instrumento analisado, fica estabelecido, no inciso VII, que durante a dinâmica da produção artesanal, mesmo que as obras sejam criadas com instrumentos e máquinas, a destreza manual do homem é que dará ao objeto uma característica própria e criativa, refletindo a personalidade do artesão e a sua relação com o contexto sociocultural no qual se insere.

As consolidações da Base Conceitual do Artesanato, sob um rol taxativos de conceitos, provém de um debate de imprecisão conceitual que circunda as pautas teóricas acerca do trabalho artesanal. Nessa descrição apresentada, considera-se a cautela em apresentar as alteridades que permeiam seus conceitos, isto é, aquilo que é de fato tipificado como artesanato e o que não se classifica como tal. Desse modo, nota-se um intuito em preservar as características primordiais do trabalho artesanal durante todo o seu processo de produção sob uma dimensão de ordem técnica e cultural.

Além dessas conceituações são apresentadas diretrizes organizativas que classificam a produção artesanal em virtude da sua origem (ver quadro 1), vistas como referência para pesquisa em questão, representadas no Quadro 1, a seguir.

**Quadro 1** - Classificação da Produção Artesanal.

<b>Categorias</b>	<b>Descrição</b>
Artesanato Tradicional	A produção, geralmente de origem familiar ou comunitária, que possibilita e favorece a transferência de conhecimentos de técnicas, processos e desenhos originais, cuja importância e valor cultural decorrem do fato de preservar a memória cultural de uma comunidade, transmitida de geração em geração.
Arte Popular	Caracteriza-se pelo trabalho individual do artista popular, artesão autodidata, reconhecido pelo valor histórico e/ou artístico e/ou cultural, trabalhado em harmonia com um tema, uma realidade e uma matéria, expressando aspectos identitários da comunidade ou do imaginário do artista.
Artesanato Indígena	É resultado do trabalho produzido por membros de etnias indígenas, no qual se identifica o valor de uso, a relação social e a cultural da comunidade, sendo os produtos, em sua maioria, incorporados ao cotidiano da vida tribal e resultantes de trabalhos coletivos, de acordo com a divisão do trabalho indígena. O Selo Indígenas do Brasil, instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (Portaria Interministerial nº 2, de 3 de dezembro de 2014) para valorizar e identificar a origem indígena dos produtos, é sinal distintivo aplicável ao produto artesanal indígena.



Artesanato Quilombola	É resultado do trabalho produzido coletivamente por membros remanescentes dos quilombos, de acordo com a divisão do trabalho quilombola, no qual se identifica o valor de uso, a relação social e cultural da comunidade, sendo os produtos, em sua maioria, incorporados ao cotidiano da vida comunitária. O Selo Quilombola, instituído pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Portaria nº 22, de 14 de abril de 2010) para certificar a origem de produtos feitos por integrantes de comunidades quilombolas, é sinal distintivo aplicável ao produto artesanal quilombola.
Artesanato de Referência Cultural	Produção artesanal decorrente do resgate ou da releitura de elementos culturais tradicionais nacionais ou estrangeiros assimilados, podendo se dar por meio da utilização da iconografia (símbolos e imagens) e/ou pelo emprego de técnicas tradicionais que podem ser somadas à inovação e dinamização da produção, sem descaracterizar as referências tradicionais locais.
Artesanato Contemporâneo-Conceptual	Produção artesanal, predominantemente urbana, resultante da inovação de materiais e processos e da incorporação de elementos criativos, em diferentes formas de expressão, resgatando técnicas tradicionais, utilizando, geralmente, matéria-prima manufaturada reciclada e reaproveitada, com identidade cultural.

Fonte: Brasil (2018).

Diante dessas múltiplas tipologias que comportam aspectos bem peculiares, visando caracterizar o artesanato, para as linhas desse estudo, referencia-se o caráter tradicional apontado na produção artesanal.

Ferreira (2014, p. 20) evidencia que a “[...] tradição do trabalho artesanal, assim como o orgulho em saber fazer determinada arte, é algo que perpassa de famílias de artesãos”. Nesse limiar, o autor observa ainda que o artesanato é uma atividade aprendida pelos membros da família desde muito cedo, os quais representam a comunidade que pratica esse trabalho transmitido de geração e geração. A respeito dessa tradicionalidade, Davel, Cavedon e Fischer (2012, p. 13) designam os trabalhos artesanais como arautos das tradições ou guardião das memórias. Dessa forma, os esforços nessa transmissão do saber e fazer, no espaço familiar, apresentam um papel de destaque na reconstituição histórica desse trabalho ao longo do tempo.

Considere-se nessa pauta a valorização cultural. Baseado no entendimento da cultura na dimensão artesanal como “[...] um ponto de partida e o resultado da materialização das obras artesanais. Por conseguinte, essas ganham valor simbólico pela sua originalidade cultural, seu enraizamento em um cotidiano cultural específico” (DAVEL; CAVEDON; FISCHER, 2012, p.14). Desse modo, é relevante apontar a finalidade da produção artesanal

com seu aspecto cultural, frisando a contribuição para identidade cultural de determinado espaço geográfico que apresenta vivências dessa prática artesanal.

Lima (2005, p. 4), ao apresentar pontos de discussão sobre o artesanato, afirma que não se trata de uma mera mercadoria, mas comporta um conjunto de valores, crenças e cultura. Adverte, ainda, a necessidade de uma consonância entre a dimensão econômica e cultural na compreensão desse trabalho, chamando atenção para “[...] que nunca se perca a dimensão cultural, porque quando se lida com a cultura, se agrega valor, e assim se consegue fazer como que o objeto seja mais valorizado e mais caro exatamente por isso”.

Depreende-se que o artesanato permeia fronteiras temporais, culturais e econômicas, sobre o qual é válido salientar as questões que delineiam a atuação das questões econômicas no meio artesanal.

Nesse movimento em entender o artesanato sobre essa dimensão econômica, de um lado transcende a importância dessa atividade na promoção de trabalho e renda. Em 2018, o Brasil apresentava o quantitativo de 8 milhões de artesãos, cuja movimentação do setor transitava em torno de R\$ 50 bilhões todos anos, representando 3% do PIB, conforme apontam notícias do portal do Ministério da Economia Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2018b). Já em 2019, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que o País conta com aproximadamente 8,5 milhões de artesãos, movimentando cerca de 50 bilhões por ano na economia brasileira (BRASIL, 2019b).

Por outro lado, verifica-se as tensões oriundas da amplitude mercadológica que ao artesanato assume progressivamente. Keller (2011, p. 88) destaca que a produção artesanal antes estava “[...] voltada para consumo próprio (bens utilitários) ou produção em pequena escala para mercado local agora produz para mercados mais amplos e distantes”. Em busca de responder produtivamente mercados distantes, o autor frisa a ação das políticas governamentais que traz, embutida em suas propostas, a atribuição de um caráter de negócio da atividade e a importância de profissionalizar o artesão, transformando-o em um empreendedor.

Mesmo diante de uma expansão que viabilize a notoriedade e a comercialização dos produtos artesanais, é substancial ponderar as consequências desse desenvolvimento do trabalho artesanal, que não ocorre de forma neutra em relação à forma singular de produzir e, principalmente, no protagonista desse saber fazer, o artesão, que diante da veemência dessas transformações, sujeita-se, muitas das vezes, a uma urgência de adequabilidade em prol de sobreviver e competir nos diversos mercados que intenta atender.

#### 2.4.1 As metamorfoses no universo laboral e seus reflexos no trabalho artesanal

A partir das suas determinações históricas, o trabalho artesanal desponta um olhar sobre as implicações que moldam toda a sua estrutura produtiva. Refletir sobre isso revela a importância da produção artesanal além de seu aspecto simbólico, que engloba os valores tradicional e cultural, o econômico, referindo ao seu valor comercial e atuação no mercado.

Sob a dualidade dessa importância, principalmente no que diz respeito à atuação econômica, Freitas (2017) acentua que o setor artesanal tem sido alvo de avaliações e reestruturações no tocante ao processo produtivo, ao produto e ao mercado, trazendo à tona a necessidade de uma revisão nos processos de trabalho, nas técnicas e nos materiais utilizados para a confecção, como também nas características das peças criadas e na aquisição de conhecimentos, práticas e técnicas de gestão, as quais o artesão não precisava estar atento anteriormente.

A fim de compreender essas transformações, inicialmente é necessário entender como se dava a dinâmica da produção artesanal na formação da história da humanidade. Sobre isso Huberman (2012, p. 62), descreve:

A família precisava de móveis? Não se recorria ao carpinteiro para fazê-los, nem eram comprados numa loja da Rua do Comércio. Nada disso. A própria família do camponês derrubava a madeira, limpava-a, trabalhava-a até ter os móveis de que necessitava. Precisavam de roupa? Os membros da família tosquiavam, fiavam, teciam e costuravam — eles mesmos. A indústria se fazia em casa, e o propósito da produção era simplesmente o de satisfazer as necessidades domésticas.

Conforme retrata o autor, o artesanato voltava-se para uma forma singular de produção dentro de um ambiente predominantemente doméstico, inclinado para satisfazer as necessidades de casa sem qualquer pretensão de abastecer um mercado de consumo, com concentração de todas as etapas de produção, na maioria das vezes, em uma única pessoa.

No decorrer de sua constituição, a produção artesanal perpassa por diferentes conjunturas que compreende avanços e recuos. Assim, no período medieval com a alteração do trabalho servil, os mestres, artesãos e aprendizes avançaram em suas ações corporativas e reprodutivas. A partir de um lugar que permite dominar a totalidade do processo de produção por parte do artesão, esse passa “[...] atribuir vida às suas potencialidades, conhecia seus segredos e emocionava-se com suas surpresas, agora não mais dirigida pelo olhar e vontade de outro, mas sim a partir da sua vontade” (BATISTA, 2014, p. 215).

Diante desse domínio e de possibilidades de realização humana no trabalho, aos artesãos são atribuídos a condição de sujeitos da própria história, aspecto que constitui características determinantes no seu processo de trabalho.

Sobre essas características, Batista (2014) destaca: as atividades desenvolvidas no interior dos ofícios; a apropriação dos artesãos quanto aos instrumentos de trabalho, matéria prima, lucro, conhecimento; a divisão técnica e social do trabalho no âmbito dos ofícios sob responsabilidade dos mestres artesãos, com um desenvolvimento de uma atividade sem ameaça de divisão entre o pensar e fazer do artesão; a força de trabalho, imbricada de conhecimentos técnicos e intuitivos, incorporava conteúdos que não permitiam que outro alterasse o campos de decisões de forma direta ou indireta; a possibilidade de liberdade em diferente sentidos decorrentes da autonomia no processo de trabalho; e a forma de produzir e reproduzir dos artesãos, mestres e aprendizes inquietava a burguesia comerciante e a nobreza.

O autor comenta ainda que a decadência do sistema feudal e a expansão das práticas comerciais tornaram o artesanato alvo de novas configurações, principalmente em virtude do aumento das demandas de um mercado em crescimento.

No limiar do modo de produção capitalista, o trabalhador artesão, antes detentor de suas ferramentas, começa a fazer uso coletivo do seu material com outros artesãos. Tal procedimento refere-se a forma organizacional cooperação simples, na qual trabalhadores reunidos em um espaço comum buscam atender uma produção em larga escala, em menor tempo, com menores custos e maiores resultados econômicos. Imerso nesse novo espaço cooperativo, desponta desde uma diferente forma do artesão usar suas ferramentas até aspectos mais estruturais, como a pormenorização de todo processo produtivo artesanal, trazendo à tona uma ameaça à individualidade na produção artesanal (BATISTA,2014).

Posteriormente, a produção fundamentada nesse caráter cooperativo cede lugar a manufatura, modelo de produção ainda baseado na habilidade manual das atividades no qual soma-se a nítida divisão do trabalho.

Marx (2013, p. 407) acentua que a divisão manufatureira “pressupõe a concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista que de forma supervisionada obtém o controle na totalidade do processo artesanal”. Nesse processo produtivo, o autor atenta a maneira como o artesão realiza seu trabalho, ao descrever que: as operações são isoladas, uma das outras, justapostas no espaço, cada uma delas sob responsabilidade de um artífice diferente de todas executadas ao mesmo tempo pelos trabalhadores cooperantes.

Desta maneira, o trabalhador artesão deixa de ser proprietário não só de suas ferramentas utilizadas para produzir seus objetos artesanais, mas da sua liberdade em como

fazer o seu trabalho, restando sob sua propriedade apenas sua força de trabalho que se transforma em uma mercadoria assalariada livre.

Com o advento da Revolução Industrial, a máquina revela-se como principal instrumento de trabalho, revolucionando expressivamente as formas de produção até então vigentes. Os efeitos dessa mecanização no cerne da produção artesanal, são explicados por Marx (2013, p. 305) a seguir:

Muitas ferramentas põem em evidencia de maneira bem contrastante a diferença entre o homem na função de simples força motriz e o homem como trabalhador que exerce seu ofício manual. Na roda de fiar, por exemplo, o pé age apenas como força motriz, enquanto a mão executa a operação de fiar completamente dita (...). A revolução industrial apodera-se primeiro desta segunda parte da ferramenta e deixa para o ser humano, no começo, a função puramente mecânica de força motriz, ao lado do novo trabalho de vigiar a máquina e corrigir com a mão os seus erros (...).

A partir do entendimento, compreende-se que são retirados o domínio e a criatividade do trabalhador artesão, e incluídas as funções limitadas de operar e vigiar máquinas.

Sobre essa discussão, Sennet (2009, p. 97) questiona: “[...] seria ela uma ferramenta amistosa ou um inimigo substituindo o trabalho da mão humana?”. Tentativas de respostas podem ser encontradas sob as formas de como o homem, a partir do seu contexto, tem delineado seus modos de produção, principalmente a partir desta Revolução, remetendo ao controle, intensificação, apropriação do saber e exploração do fazer.

Nesse íterim, destaca-se também a ação de uma lógica de produção em larga escala, em que “[...] novos mercados consumidores surgem, e vislumbrando atingi-los, mais incentivos foram criados e implementados para a modernização das antigas oficinas artesanais, o que acabou no fortalecimento ainda mais efetivo da revolução industrial” (CARVALHO, 2016, p. 30).

Todavia, nota-se que a produção artesanal apresenta dissonâncias em relação às exigências da lógica produtiva do capitalismo, tais como: habilidades e técnicas relacionadas apenas a um indivíduo, produção em baixa escala, custos altos dos produtos, domínio do artesão sobre todas as etapas de produção, uso de ferramentas e máquinas como apenas um auxílio, gesto humano como fator determinante do ritmo produtivo e ausência da divisão entre trabalho mental e braçal (LAURENTINO, 2017; LIMA, 2009; MILLS, 2009).

No afã de atender um mercado maior e a ação impulsionadora das máquinas, novos modelos de gestão são desenhados no bojo da produção capitalista, a saber, o Taylorismo, o

Fordismo e o Toyotismo. Vale frisar que as reflexões aqui levantadas sobre cada uma dessas formas gerenciais não se detêm em explanar suas peculiaridades, mas em destacar os principais fatores que atribuíram com as novas configurações no cerne da produção artesanal.

O Taylorismo surge em finais do século XIX através das ideias de Frederick Taylor ensejando na Organização Científica do Trabalho – OCT, que consolida seus esforços na sistematização do processo de trabalho por intermédios dos mecanismos disciplinares, de controle e de hierarquia.

Ao discorrer sobre esses mecanismos, Santos (2015) explica que a disciplina se refere à subordinação à gerência por meio do cumprimento de normas e regulamentos internos quanto ao controle; destacando também o ritmo do trabalho e produtividade. Já a hierarquia consiste na clara dissociação ente planejamento e execução. No que toca esse último aspecto, e em referência a produção artesanal, Marx (2013, p. 483) descreve:

A separação entre as forças intelectuais do processo de produção e o trabalho manual e a transformação delas em poderes de domínio do capital sobre o trabalho se tornam uma realidade consumada [...]. A habilidade especializada e restrita do trabalhador individual, despojado, que lida com a máquina, desaparece como uma quantidade infinitesimal diante da ciência, das imensas forças naturais e da massa de trabalho social, incorporadas ao sistema de máquinas e formando com ele o poder do patrão.

Consoante ao exposto, as particularidades da produção artesanal são reconfiguradas em detrimento das transformações preponderantes do sistema de produção capitalista; a inserção das máquinas reflete na clara cisão do trabalho intelectual do trabalho manual. Essa dissociação provoca uma contundente modificação na “[...] relação interna entre o artesão e a coisa que ele faz, desde a imagem que primeira forma dela até sua conclusão” (MILLS, 2009, p. 59).

Sobre a importância desse elo, chama-se atenção ainda para o que é realmente necessário na compreensão do artesanato como trabalho: o vínculo entre o produto e produtor. Mill (2009, p. 60) adverte que “[...] se o produtor não possui legalmente o produto, deve possui-lo psicologicamente, no sentido de saber do que ele é feito no que diz respeito a habilidade, suor e materiais”, isso significa a autonomia, a liberdade e a satisfação encontrada pelo artesão no processo do trabalho artesanal.

Sob essa mesma perceptiva de controle e racionalização do trabalho, Henry Ford apresenta o fordismo, cuja principal característica é o parcelamento das tarefas, com ênfase na produção em série, padronização e produção em massa, com esforços concentrados inicialmente para o setor automobilístico.

Ainda no domínio do fordismo, nota-se que o surgimento da indústria automobilística foi demarcado pelas oficinas artesanais, as quais produziam automóveis personalizados conforme os detalhes exigidos pelo cliente. Os componentes de cada produto eram fabricados isoladamente sem padrões fixos de medida, sendo assim realizado pelos artesãos de duas em duas peças até que o encaixe do veículo fosse completo (DETRIACHI FILHO; MARTINS; HERMAN, 2017).

Jorge (2011) aponta que mesmo diante de uma lógica fabril, cada montador desenvolvia habilidades artesanais, resultando em um tempo enorme, cujo ritmo de trabalho era ditado pelos artesãos. Consequentemente, a produção era lenta e o veículo custava caro.

Porém, o autor ressalta que essas habilidades artesanais eram vistas por Ford como problemas a serem superados, pois o mercado exigia respostas em termos de alta produção, lucratividade e em um tempo mais rápido. Em vista disso, passa a apresentar uma proposta de redução de custos, por meio de um mesmo sistema de medidas em todo processo de fabricação, visto na figura da esteira rolante, que dispunha os trabalhadores lado a lado na realização de suas tarefas. O ritmo passa a ser ditado pelo maquinário e tem-se uma cadência regular de trabalho controlado pela indústria e não mais pelo artesão. Isso contribuía para um trabalho, fragmentado, simplificado e repetitivo.

A fragmentação máxima do trabalho ocasionou a limitação extrema da atividade, impondo que o trabalhador não precisaria mais ser um artesão especializado, isto é, emancipasse sua intervenção criativa e a dominação de todo processo produtivo, pois cada qual é fixado em um mesmo ponto da produção o tempo inteiro (PINTO, 2007).

Essa padronização perseguida pelo fordismo reverbera no campo dos diálogos sobre as interferências no processo de criação do trabalho artesanal. A respeito disso, Lima (2005, p. 4) afirma que “[...] o artesanato não é o produto de máquina”.

O autor trata da manualidade e irregularidade que caracteriza o objeto artesanal como perfeitamente irregular e estabelece um contraponto com o ritmo de produção padronizado e em grande escala, em especial aos objetos industrializados.

O artesão passa a gerar um produto que lhe é externo, deixa de conceber, deixa de ser dono integral de seu processo de trabalho, transforma em mera mão de obra que executa os riscos dos “cérebros pensantes”<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Lima (2005) faz uma crítica ao designer no Brasil no que diz respeito a resistência desse público em assumir a tradicionalidade do produto artesanal, que é própria do artesão, condicionando o sucesso mercadológico do produto artesanal à criação do novo que se refere as tendências de um mercado dominado por determinada classe.

que, estes si, vistos como indivíduos altamente criativos, seriam detentores do saber e do bom gosto, e terminam por ser os indivíduos laureados nesse processo (LIMA, 2005, p. 7).

Na certeza que essas discussões são profusas e que não se esgotariam nas linhas desses parágrafos, é fundamental uma reflexão acerca da conservação do saber e fazer artesanal diante das configurações propostas pela mudança da produção capitalista.

A solidificação do taylorismo-fordismo abre caminhos para o declínio da produção artesanal em relação ao lugar de centralidade que ocupava no sistema produtivo e também como valor cultural. Sobre isso, Keller (2014) declara as complicações dessas formas gerenciais na contemporaneidade do trabalho artesanal, como a precarização, além de suas diversas maneiras de produção se caracterizarem como modos de subsistência social e de resistência cultural.

A substituição do cronômetro e a produção em série e de massa por uma produção mais flexível adequada à lógica do mercado ocasiona o Toyotismo, modelo de gestão que advém da fábrica Toyota, no Japão, apresentando como características básicas: produção vinculada à demanda, heterogeneidade, trabalho operário em equipe com multivariabilidade de funções e o princípio do *just in time*.

Nota-se encontros e desencontros do Toyotismo com a produção artesanal em diversos aspectos. De um lado, passa a contar com a agregação, no mesmo posto de trabalho, de máquinas de distintas finalidades, permitindo concentrar no mesmo local, diferentes funções de trabalho, antes limitadas a departamentos diferentes no espaço da fábrica pelo sistema taylorista/ fordista. A intenção era que os trabalhadores adquirissem o conhecimento, executassem e passassem a se responsabilizar por várias fases do processo produtivo total, ensejando o desenvolvimento de múltiplas capacidades, apresentando mais autonomia e a participação da classe trabalhadora, em um denominado trabalho “artesanal” (PINTO, 2007).

Por outro lado, essa autonomia é questionada, pois o trabalhador não tem acesso à elaboração do produto, apenas a sua fabricação, podendo interferir somente nas maneiras de se produzir e não em sua concepção, propriamente.

De acordo com Jorge (2011), o Toyotismo preconiza a multivariabilidade de funções atribuídas a um só trabalhador, denominado de polivalente, que passa a desenvolver diversas habilidades conceituais e práticas, e participar de várias etapas do processo produtivo. Nesse aspecto, guarda semelhanças com a produção artesanal, porém constata-se traços camuflados do taylorismo, visto que o caráter polivalente atribuído ao trabalhador passa a vê-lo como uma máquina humana capaz de executar múltiplas tarefas.



Apesar da polivalência que viabiliza a participação no processo de trabalho como todo, Carvalho (2016, p. 36) afirma que o toyotismo não empodera o trabalhador, mas sim “[...] o coloca como uma ferramenta de produção qualificada, 'maquiando' sob novas formas e políticas de gestão trabalhistas, o intuito de que esse trabalhador se torne uma 'máquina humana de executar múltiplas tarefas’”.

Os debates sobre essas novas configurações encontradas na produção artesanal entre os diferentes contextos são amplos, alternando retrocessos e progressos em seu percurso teórico. Contemporaneamente, cabe aqui evidenciar importantes posições encontradas pelos estudiosos acerca dessa temática.

Para Herman (2017), o artesanato perde seu caráter utilitário, ou seja, de subsistência, ficando no esquecimento em detrimento dos produtos industrializados. A autora reforça ainda que, atualmente, o artesanato necessita atender a uma demanda mercadológica, modificando o seu modo tradicional de fazer, aspecto que direciona esse tipo de trabalho para uma dimensão conturbada e confusa, pois para ser valorizado, precisa ser tradicional; entretanto, precisa, ao mesmo tempo, se adequar para poder resistir e responder aos anseios do mercado.

Em contrapartida, Freitas (2017) afirma que, mesmo diante das intensificações produtivas, no cerne da produção artesanal ainda predomina um sistema produtivo rudimentar. No entanto, ao almejar atender as oportunidades oferecidas pela abertura do mercado e a espontaneidade produtiva, pode transformar-se num sistema precário, de intensificação do trabalho, resultando em um prejuízo na qualidade final do produto e, principalmente, nas condições de trabalho do artesão.

Em vista desses desdobramentos aferidos à produção artesanal, é imperioso questionar o que ainda persiste das suas características tradicionais? Mesmo que seja exaustivo as possíveis repostas para essa indagação, é certo que todas essas transformações apresentam incertezas ao trabalho do artesão, ao pôr em risco a concepção e execução da atividade artesanal, a participação e apropriação em todas as etapas desse processo produtivo diante das imposições do modo de produção capitalista e de suas variadas formas de gestão.

#### 2.4.2 O artesanato e o trabalho feminino

O trabalho artesanal se entrelaça com a história de vida de homens e mulheres desde os primórdios, em especial na produção de objetos de usos para sobrevivência e ornamento. Esse trabalho não escapa à força das determinações sociais e culturais que “[...] pesam sobre a

definição das competências, (o que é de homem e o que é de mulher)” (BARBOSA; D’ÁVILA, 2014, p. 145).

Diante dessa certeza, perceber a história é crucial para entender esse elo, artesanato e mulher, e principalmente as motivações que determinaram e alocaram-na no meio artesanal que, distantes de serem simplórias, revelam-se em um complexo processo histórico que modificou, substancialmente, os modos de produção da sociedade e, conseqüentemente, todo o modo de viver.

Discutir a relação desse específico público com referido trabalho é imprescindível para o enriquecimento do presente estudo. A questão da mulher no mundo do trabalho artesanal não é o foco desta pesquisa, mas as discussões a seguir versarão sobre esse tema, já que o objeto de estudo volta-se para a participação feminina de forma majoritária.

Os estudos de Saffioti (1976) acerca da participação histórica do trabalho feminino revelam a sua importância para subsistência da família e para constituição de riqueza social, em todas as épocas e lugares. A autora frisa que, nas economias pré-capitalistas, a mulher desempenhava atividades nos campos, na manufatura, nas minas e lojas, nos mercados, nas oficinas, na tecelagem, na fiação e nos fazeres domésticos. Para esse momento, a família refletia uma unidade de produção, na qual a mulher desenvolvia um relevante papel econômico, apesar de ser jurídica, social e politicamente inferior ao homem.

Figueiredo e Cavedon (2012, p. 82) afirmam que a associação do artesanato com o trabalho feminino “[...] decorre das alterações nas condições de produção a partir da consolidação do modo de produção capitalista em escala internacional”. Logo, ao adotar esse modo de produção como ponto de partida para entender o trabalho feminino no meio artesanal, implica considerá-lo como campo de contradições que repousa na posse dos meios de trabalho e exploração da mão de obra.

Nas sociedades capitalistas consolidadas com a Revolução Industrial, sobreleva o declínio das oficinas artesanais mediante a veemente inserção das máquinas. Com os meios de trabalho apropriados e a desfragmentação do processo produtivo, no que toca principalmente ao plano de elaboração e execução do trabalho, os caminhos para a proletarização são construídos e trilhados agora por uma definida classe de trabalhadores, os artífices, que sob a uma nova condição de assalariados, passam a vender sua mão de obra e endossar esse novo contingente assalariado. Assim, tem-se no modo de produção artesanal uma “[...] evasão da força de trabalho masculina e sua paulatina substituição pela força de trabalho feminina” (FIGUEIREDO; CAVEDON, 2012, p. 82).

Sennet (2009, p. 72) ressalta que, antes do surgimento do capitalismo, o “[...] homem do ofício artesanal não aceitava as mulheres membros das guildas, embora elas cozinhassem e limpassem nas casas das oficinas da cidade”. A disposição hierárquica das oficinas limitava-se somente a autoridade masculina representada pelos mestres, jornaleiros e aprendizes. Entretanto, Saffioti (1976) aponta que o fortalecimento capitalista promove uma alocação da mulher em âmbitos e posições agora consideradas subalternas, as oficinas artesanais, o que representa, nitidamente, a marginalização da mulher no processo produtivo.

Ao tratar da marginalização do trabalho feminino promovida pela grande indústria, torna-se necessário esclarecer a dinâmica de atribuições de atividades ocorridas nesse processo. As indústrias de baixa densidade tecnológica, intensivas em trabalho, buscavam utilizar mão de obra feminina, em contrapartida, as de alta sofisticação tecnológicas intensivas em capital, apresentavam acentuada tendência em absorver maiores contingentes masculinos. Essa dinâmica se estrutura sobre a uma ideologia “[...] de que a mulher é portadora de maior habilidade manual para o desempenho de tarefas minuciosas”; logo, pode-se identificar uma motivação do fortalecimento da relação da mulher com o trabalho artesanal, o qual exige, dentre outras, as suas habilidades manuais (SAFFIOTI, 1982, p. 117-116).

Em primeira instância, a instauração do modo de produção capitalista pode representar transformações apenas de ordem técnica. No entanto, transcende dimensões maiores, como a divisão sexual do trabalho, que envolve um grande ônus para o contingente feminino.

Hirata e Kergoat (2007, p. 559) definem a divisão sexual do trabalho como:

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada historicamente e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)

Nessa forma particular da divisão social do trabalho, as autoras elencam, ainda, dois princípios organizadores e válidos para todas as sociedades conhecidas: o princípio de separação, baseado na justificativa que existem trabalhos de homem e trabalhos de mulheres; e o princípio hierárquico, em que o trabalho de homem “vale” mais que um de mulher. As perspectivas compreendidas em tais princípios rebaixam o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a papéis sociais sexuais que remetem ao destino natural da espécie.

Na certeza de que os diálogos sobre a divisão sexual do trabalho encontram-se em um campo de estudos que está distante de esgotar sua produção e que aponta caminhos promissores para entender melhor as relações sociais que o trabalho promove, a partir do ponto de vista dessa pesquisa é necessário apreender a percepção dessa discussão na produção artesanal.

Em pesquisa realizada por Barroso e Frota (2010) sobre o trabalho artesanal e as determinações de gêneros em mulheres artesãs, são apresentados dados que corroboram com a aplicação da divisão sexual do trabalho na produção artesanal. Assim, os pesquisadores concluem que o artesanato não é considerado “coisa de homem”, exceto algumas tipologias que utilizam determinada matéria-prima tais como ferro, madeira, aço e afins. Ao artesanato são concedidas qualidades essencialmente femininas, como a delicadeza e o carinho, cuja atribuição remete ao princípio da separação da divisão sexual do trabalho.

Nesse particular, os autores apontam que tal diferenciação não se limita apenas a partir da percepção dos artesãos, mas transcende no público que aprecia e consome o produto do artesanato, influenciando soberanamente a maneira como é valorizado, ou seja, quem produziu aquele produto final. Nessa questão, observa-se nitidamente o princípio hierárquico da divisão sexual do trabalho, em que o valor das peças produzidas por homens, ainda que em algumas tipologias mesmo consideradas femininas, é superior ao das mulheres.

Em continuidade, afirmam que, no artesanato, a “[...] divisão sexual do trabalho se apresenta nas características dos ofícios, sendo ele feminino uma vez que está atrelado a delicadeza do fazer minucioso, o princípio da separação, e sendo um complemento ao orçamento, o princípio hierárquico” (BARBOSA; D’ÁVILA, 2014, p. 142).

Os achados desse estudo, ainda que limitado a um universo e local de pesquisa, possibilitam articular a realidade da produção artesanal, a partir das reflexões das divisões postas, com o processo de marginalização que a mulher, na ocupação de artesã, está sujeita.

Comungando com as ideias de Silva (2012), o artesanato perpassa por uma dupla exclusão. De um lado, constitui uma atividade que não se adequou a produção industrial em massa, devido apresentar uma característica de trabalho manual e criativo. Por outro lado, foi historicamente desprezado e atribuído exclusivamente às mulheres, e usado com um meio de mantê-las ao espaço doméstico.

Souza e Guedes (2016, p. 125) explicam que, especialmente no cerne da sociedade capitalista, de forma histórica e cultural, “[...] sempre coube à mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda”. Conforme os autores, as atribuições domésticas sob a responsabilidade das

mulheres advêm de um discurso que perdura até hoje, da naturalidade feminina para o cuidado.

Essa atribuição, fortemente consolidada no âmbito do artesanato, assume implicações de dimensões significativas, pois apresenta como seu *locus* de produção o próprio espaço doméstico ou a busca da conciliação do seu trabalho artesanal com os afazeres da casa e a educação dos filhos, ao desempenhar sua produção em outras instâncias, como as cooperativas ou associações.

Na mesma pesquisa promovida por Barroso e Frota (2010, p. 6) com artesãs, são corroborados os seguintes resultados que acentuam essa questão:

Todas as entrevistadas tinham a casa como espaço de produção e reprodução social, utilizada para fins de moradia e também como espaço de trabalho. Isso possibilita que, dentre outros, o *locus* da produção artesanal dilua-se com o mesmo dos afazeres domésticos, modificando de forma intensa as relações na esfera privada. Essas mulheres encaram uma dupla, por vezes, tripla jornada de trabalho no espaço do lar.

Os pesquisadores também observam que o fato da produção artesanal acontecer nos espaços das casas das artesãs reflete uma continuidade da reprodução dos papéis sexuais estabelecidos. Mesmo que essas trabalhadoras tenham auxílio de terceiros para suas atividades domésticas, ainda sim cristaliza-se essa responsabilidade doméstica incumbida à mulher.

Barbosa e D'ávila (2014, p. 142) comentam que a mulher artesã desempenha um trabalho que agrega aspectos como o desenvolvimento cognitivo, psicológico, político e econômico, determinantes para o “empoderamento” individual e coletivo. Porém percebe-se que essa participação feminina não acontece de forma equilibrada, reafirmando as desigualdades vivenciadas pelas artesãs na divisão sexual do trabalho.

Desde tempos passados, as tentativas das mulheres para a “saída do lar” e para estarem presentes em espaços públicos representaram um progresso incompleto e sem equilíbrio, resgatando-se, por exemplo, a sua incorporação nas relações produtivas do capitalismo, especialmente na Revolução Industrial.

Acerca desse contexto, Bottini e Batista (2013) destacam que era proveitoso para os industriais substituir o trabalho do homem adulto por outros, visto que os salários daqueles que continuavam empregados se tornaram muito baixos. Assim, as mulheres tiveram que complementar a renda da família e, devido a isso, adentraram o espaço fabril. Entretanto, continuaram responsáveis pelas atividades domésticas, passando a cumprir dupla jornada de

trabalho, com salários inferiores àqueles pagos aos homens, sujeitando-se a uma intensa exploração.

Sem eximir-se dessa lógica, pensar o trabalho artesanal incube concebê-lo como um instrumento de subsistência que, tradicionalmente desenvolvido sob condições de longas jornadas de trabalho, tem como desafio conciliar com as atividades domésticas e a criação dos filhos, passa permear os espaços públicos.

O trabalho artesanal apresenta-se um meio para realização do ser social. Isso significa que, mediante sua produção, a artesã consegue desenvolver além de sua habilidade artesanal, a sua própria natureza; “[...] nesse sentido, vive no seu trabalho através dele, e esse trabalho o manifesta e revela para o mundo” (MILLS, 2009, p. 61).

O trabalho enseja na artesã, além de aspectos identitários, a partir do que pensa e executa, a possibilidade de reconhecimento nos espaços públicos de comercialização, configurando como um dos fatores determinantes para o envolvimento das mulheres com o artesanato (BARROSO; FROTA, 2010, p. 10).

## **2.5 Qualidade de Vida**

O estudo da Qualidade de Vida (QV) transita em um contexto teórico multifacetado, ao abordar diversos campos do conhecimento humano, tais como, biológico, psicológico, social, mental, físico, espiritual, político, econômico, médico, ergonômico, entre outros (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES; 2012; DUARTE, 2015; LIMONGI-FRANÇA, 2015).

A diversidade de facetas que constituem esse tema confirma sua complexidade, bem como a possibilidade e o interesse de sua discussão em diversas esferas, em especial, no trabalho artesanal, interesse de investigação da presente pesquisa. Nesse sentido, ao estabelecer diálogos entre a QV e o trabalho artesanal, reafirma-se a amplitude e diversidade de conhecimentos abordados nesse universo.

Todavia, é necessário pontuar que tal estudo perpassa por um extenso e difuso debate quanto aos seus aspectos históricos e conceituais. Assim, conhecer esse percurso torna-se um imperativo para melhor entendimento desse tema.

Primeiramente, é necessário entender que a QV é considerada, além de um interesse contemporâneo, uma preocupação antiga, “[...] pois sempre esteve presente entre os homens, remete-se ao interesse pela vida” (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012, p. 18), ou seja, o desejo que as pessoas sentem em viver bem.

O termo qualidade de vida foi mencionado pela primeira vez, em 1920, por Pigou, em seu livro *Economia e Bem-Estar Material (The Economics of Welfare)*, no qual debate a atuação governamental direcionada para pessoas de classes sociais menos favorecidas, além do impacto sobre suas vidas e no orçamento do Estado (KLUTHCOVSKY; TAKAYANAGUI, 2007).

Seidl e Zannon (2004) apontam evidências da aparição da QV especificamente no contexto médico, por volta da década de 30, período em que as produções científicas tinham por objetivo defini-la e faziam referência à sua avaliação.

Já na década de 40, após a Segunda Guerra Mundial, o interesse pelo tema qualidade de vida recebeu maior destaque, devido as motivações econômicas do cenário. Assim, o termo passou ser usado estritamente como sinônimo de aquisição de bens materiais, como a casa própria, carros, aplicações financeiras, viagens e aposentaria. Posteriormente, essa noção transcende os aspectos econômicos, considerando parâmetros sociais, tais como saúde, educação, moradia, transporte, lazer, trabalho e crescimento individual (PASCHOAL, 2000).

Fleck *et al.* (1999, p. 20) afirmam que o termo qualidade de vida foi utilizado pela primeira vez, em 1964, quando o presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson proferiu que “[...] os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas”.

Em 1988, essa expressão é mencionada na Constituição Federativa Brasileira, nos termos do Art. 225, *caput*: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Em continuidade, o referido texto constitucional em seu parágrafo 1º, inciso V, faz referência a QV, ao estabelecer que a efetividade desse direito se dá por meio do poder público ao “[...] controlar a produção, comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para vida, a qualidade de vida e o meio ambiente” (BRASIL, 1988). A assertiva constitucional traz a discussão de fatores que podem interferir na qualidade de vida.

Na década de 90, sob o afã do interesse em abordar a QV nos mais diferentes enfoques, seja filosófico, jurídico, médico, político, econômico etc., o termo eclode como uma urgência na agenda da sociedade. Esse período configura-se como um marco crucial para evolução do tema, demarcado pela profusão nas discussões, tanto de caráter científico, expressos pela significativa quantidade de investigações em diferentes campos teóricos, como nas pautas informais realizadas na sociedade, propagadas pelos meios midiáticos (GORDIA *et*

al., 2011).

Nesse íterim, a Organização Mundial da Saúde (OMS) desponta como um ator de importante destaque da qualidade de vida no campo científico, ao idealizar e organizar um grupo denominado WHOQOL group (*World Health Organization Quality of Life group*), que reuniu, inicialmente, 15 centros colaborativos de diversos países, compostos por pesquisadores no intuito de propor, na primeira fase desse estudo, uma clarificação do conceito e o desenvolvimento de instrumentos para avaliação da qualidade de vida segundo um prisma transcultural (WHOQOL, 1998).

Paralelo a esse panorama histórico da qualidade de vida, delineado por divergências a respeito de sua gênese, tem-se o seu debate conceitual que não escapa dessa complexidade, podendo ser justificado pela apropriação de diversos conhecimentos, sejam de caráter humano, biológico, psicológico, social, mental, físico, espiritual, político, econômico, médico, ergonômico, já citados nas linhas introdutórias dessa seção.

Certificar-se da difusão da QV em variados campos de estudo resulta em considerar que essa área de conhecimento se encontra em uma fase de construção de identidade, pois trata-se de um saber em processo de definição de conceitos e verdades (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012, p.15). Sendo assim, considera-se, a princípio, a QV como um constructo<sup>7</sup>, termo adotado por diversos estudiosos dessa temática, cuja terminologia incita sua orientação a partir de múltiplas interpretações teóricas circunscritas por suas intencionalidades científicas.

Minayo, Hartz e Buss (2000) a explicam como uma noção eminentemente humana pode ser relacionada ao grau de satisfação identificado em várias esferas: familiar, amorosa, social, ambiental e à própria estética existencial. A multiplicidade desses âmbitos subordina-se a diferentes pontos de vista, possibilitando encontrar, nessa interpretação, uma característica importante, o *relativismo cultural*, que aborda três aspectos referenciais: histórico, cultural e estratificações sociais. Na dimensão histórica, uma sociedade específica define sua QV de acordo com o tempo vivenciado; na abordagem cultural, é determinada por valores e tradições; quanto às estratificações sociais, a ideia é associada aos padrões de classe social de cada indivíduo.

---

<sup>7</sup> Refere-se a um significado construído intencionalmente a partir de um determinado marco teórico, denunciando assim a concepção ambígua incluída nesse termo. Já o “conceito”, trata-se de uma abstração a partir de conhecimentos percebidos, com o objetivo de simplificar o pensamento, ao colocar alguns conhecimentos sob um mesmo título geral, conectando conceitos semelhante (MARTINS; PELISSARO, 2005).



Keinert, Karruz e Karruz (2018) ratificam a característica dessa relatividade ao afirmarem que seu uso implica comparar e mensurar situações individuais e coletivas que diferem quanto ao contexto geográfico e social ao qual o indivíduo pertence, com as suas diferenças de nível de exigências e expectativas.

A análise sobre o construto qualidade de vida perpassa também por uma perspectiva essencialmente médica, relacionando-a com a Saúde (“*Health-related quality of life*”) e Estado Subjetivo de Saúde (“*Subjective health status*”). À luz dessa interpretação, a QV consiste na avaliação subjetiva do paciente, mas necessariamente ligada ao impacto do estado de saúde sobre a capacidade do indivíduo de viver plenamente (FLECK *et al.*, 1999). Essa avaliação pressupõe o aspecto físico e psicossocial que as enfermidades podem ocasionar para pessoas acometidas, possibilitando um melhor conhecimento e adaptação do paciente a respeito de suas reais condições (SEIDL; ZANON, 2004).

No entanto, há imprescindíveis críticas a respeito da característica médica apresentada nessa compreensão. A exemplo, Minayo, Hartz e Buss (2000, p.16) alertam sobre o risco de *reducionismo* biomédico, considerando que “[...] nem todos os aspectos da vida humana são, necessariamente, uma questão médica ou sanitária”, ou seja, há múltiplas dimensões que devem ser colocadas em pauta.

Em conformidade, Fleck *et al.* (1999) salientam que a estreita relação entre qualidade de vida e a ciência médica proporcionou uma *desumanização* desse construto, sob ameaça de uma limitada, incompleta e equivocada dimensão conceitual. Assim, orientam que a essência da preocupação em compreender tal termo deve referir-se a um movimento dentro das ciências humanas e biológicas no intuito de valorizar parâmetros mais amplos do que somente o controle de sintomas, a diminuição da mortalidade ou o aumento da expectativa de vida.

Mesmo diante da certeza que a QV está intrinsecamente relacionada aos interesses científicos e políticos de cada estudo e área de investigada (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012), ainda sim é válido a investigação em preencher essa lacuna conceitual em que se encontra esse construto. Diante disso, urge, especificamente nas pautas científicas, a necessidade em apresentar uma interpretação mais clara e completa do conceito em questão.

Assim, a Organização Mundial de Saúde, por intermédio do Grupo *WHOQOL* (1998, p. 1570, tradução nossa), apresenta a QV como “[...] a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”.

Essa interpretação é aderida por um consenso teórico entre os estudiosos do saber científico, pois é a “[...] que melhor traduz a abrangência do construto qualidade de vida”

(FLECK, 2009, p. 25). Em análise, Gimenes (2015) salienta que, a partir desse conceito, a QV transita de uma noção vaga para uma noção mais precisa, na tentativa de desassociar essa ambiguidade encontrada em seu significado.

Explorando esse conceito, depreende-se três aspectos fundamentais: (1) subjetividade; (2) multidimensionalidade; (3) presença de dimensões positivas e negativas. Na subjetividade, a perspectiva do indivíduo é o que está em questão; quanto a multidimensionalidade, apreende-se que a qualidade é composta por várias dimensões; no tocante a presença de dimensões positivas e negativas, infere-se que, para uma “boa” qualidade de vida, é necessário que alguns elementos componentes estejam presentes como a mobilidade, e outros ausentes, a exemplo, a dor (FLECK, 2009).

Partindo ainda desse conceito proposto pela OMS, Almeida, Gutierrez e Marques (2012) propõem uma análise da QV mediante percepções objetivas e percepções subjetivas em seus estudos. Compreendida como um primeiro passo para o entendimento desse tema, a esfera objetiva faz referência a elementos quantificáveis sujeitos à transformação da ação humana e pautados numa lógica hegemônica-ocidentais, a exemplo: alimentação, moradia, acesso à saúde, lazer, emprego, saneamento básico, educação, transporte. No mesmo compasso, Minayo, Hartz e Buss (2000) pontuam que tais informações fazem referência ao patamar material e universal para se falar em qualidade de vida, considerando a necessidade contínua de relativizá-los culturalmente no tempo e espaço.

Almeida, Gutierrez e Marques (2012) comentam ainda sobre a facilidade de compreensão das percepções objetivas da QV no que se refere às características palpáveis e quantificáveis representadas nos elementos exemplificados acima, analisando a sua presença ou ausência, o que possibilita a construção de índices gerais que permitem traçar um perfil socioeconômico dos sujeitos analisados, presumindo ações interventivas que melhorem a qualidade de vida do público envolvido. No entanto, os autores convergem quanto a limitação dessa abordagem, por não considerar toda a complexidade encontrada no termo, ou seja, a perspectiva subjetiva do indivíduo ou grupo estudado no que se refere às suas reais condições de vida.

Quanto às percepções subjetivas da QV, a partir de uma caracterização prévia do ambiente histórico-social, não se restringem em descrever os níveis de vida mediante os aspectos objetivos, mas levam em conta questões subjetivas, emocionais, expectativas e possibilidades, enfatizando a percepção que o sujeito tem de sua própria vida, ao abordar questões imensuráveis como prazer, felicidade, angústia e tristeza. Isto é, “[...] como as pessoas percebem o valor dos componentes materiais reconhecidos como base social da

qualidade de vida” (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012; MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p. 11-12).

Em continuidade, Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p. 18) afirmam que a QV não se configura como “[...] um elemento a ser alcançado através de ações embutidas no padrão de boa vida da sociedade contemporânea; porém, o interesse para a vida de cada um é buscar uma boa qualidade frente às suas possibilidades individuais de ação”. O discurso dessas possibilidades, vistas como infinitas, remete a multiplicidade de perspectivas contida no termo, ignorando qualquer padronização em seu significado; logo, esse aspecto abre caminhos para interpretações que prezam a individualidade de cada um. Nesse tocante, Paschoal (2000, p. 24) cometa com destreza:

A qualidade de vida é um conceito que está submetido à múltiplos pontos de vista e que tem variado de época para época, país para país, de cultura para cultura, de classe social para classe social e, até mesmo indivíduo para indivíduo. Mais: tem variado, para um mesmo indivíduo, conforme o decorrer do tempo. O que hoje, para mim, é uma boa qualidade de vida, pode não ter sido há algum tempo atrás; poderá não ser amanhã, ou daqui a algum tempo. Talvez possa variar, mesmo, de acordo com o meu estado de espírito, ou de humor. Essa multiplicidade de conceitos colocados de forma tão heterogênea, dificulta comparações.

Assim, essa relativização na interpretação que conduz o indivíduo apresentar o que considera ou não qualidade de vida para si próprio, revela-se como uma evolução significativa na construção desse conceito, pois não ignora a diversidade em suas significações. Observa-se uma sensibilidade por parte dos pesquisadores da temática quanto a opinião do indivíduo, isto é, o que esse sujeito pensa e sente a respeito de sua própria vida? A obtenção de elementos materiais é realmente suficiente para satisfazer suas necessidades em toda sua amplitude e determinar sua qualidade de vida? Questões como essas passam a nortear a real compreensão da QV.

Soma-se a esse progresso conceitual, a preocupação em considerar o ser humano como um todo, com enfoque específico ao seu bem-estar biopsicossocial, intimamente associado ao conceito de saúde adotado pela OMS (SILVA, 2014). Sobre isso, Limongi-França (2015) assevera que o homem é um todo complexo dotado de potencialidades biológicas, psicológicas e sociais, traduzindo-se, respectivamente, como: aspectos físicos (metabolismo, resistências e vulnerabilidade dos órgãos); processos afetivos, emocionais e de raciocínios; valores socioeconômicos, culturais e as crenças.

Essa proposta conceitual de saúde que compreende o homem sob uma visão holística faz referência a multidimensionalidade da QV que parte da inter-relação do meio ambiente com os aspectos físicos, psicológicos, nível de independência, relações sociais e crenças sociais (FLECK *et al.*, 1999).

Sob diversos olhares, a qualidade de vida tenta compreender o homem em sua totalidade no que se refere as suas condições de vida, seja do ponto de vista objetivo ou subjetivo. Esse esforço ecoa com urgência diante de uma nova realidade social que apresenta.

[...] aumento na expectativa de vida, maior tempo de vida trabalhando em atividades produtivas, maior consciência do direito à saúde, apelos a novos hábitos e estilos comportamentais, responsabilidade social e consolidação do compromisso de desenvolvimento sustentável (LIMONGI-FRANÇA, 2009, p. 22).

A autora caracteriza essas exigências de natureza psicossocial, que atingem e modelam, mutuamente, pessoas e instituições de qualquer tipo. Assim, na consciência que essas demandas ocorrem nas mais variadas esferas, chama-se atenção para as questões que envolvem o trabalho, despertado pelo crescente interesse da nova realidade social que passa relacionar à qualidade de vida nesse âmbito.

Limongi-França (2009), ao comentar sobre essa relação entre trabalho e QV, ressalta os diversos dilemas que permeiam esse espaço, a exemplo cita as inquietudes individuais e coletivas, as pressões, a conciliação e as expectativas entre o trabalho, família e consumo, os sinais de stress, os hábitos alimentares e cuidados físicos, os estilos de vida e os impactos tecnológicos. Questões como essas, encontradas na dinâmica do trabalho, suscitam a vontade de bem-estar dentro e fora do trabalho, isto é, uma qualidade de vida.

Sauer e Rodriguez (2014, p. 1) asseveram que:

A qualidade de vida está diretamente associada à QVT [Qualidade de Vida no Trabalho] uma vez que a saúde e o bem-estar constituem-se fenômenos intimamente relacionados ao tipo de veículo que os indivíduos estabelecem com o trabalho.

Sob um conceito mais específico, a QVT é compreendida como “[...] conjunto de escolhas de bem-estar único e individualizado, que proporciona autoestima positiva, percepção de equilíbrio, hábitos saudáveis e prontidão para o desempenho no trabalho saudável” (LIMONGI-FRANÇA, 2009, p. 275). Aqui, a qualidade de vida é traduzida como uma área de conhecimento voltada para investigar o contexto do trabalho e os seus impactos

na qualidade de vida do trabalhador.

Visto como um tema crescente, Ferreira (2011) ressalta que a QVT se perpetua nos discursos da sociedade contemporânea, comportando uma diversidade interesses de ordem social, organizacional e acadêmico em seus sentidos e usos. Do ponto de vista social, a investigação da QV no âmbito laborativo é motivada pela centralidade que o mundo do trabalho ocupa na sociedade; do ponto de vista organizacional, a relevância se dá pelas demandas excessivas e pela alta competitividade; do ponto de vista acadêmico, é determinado pela possibilidade de diálogos e intervenção entre as ciências do trabalho e da saúde.

A vasta literatura que versa sobre a QVT converge, em suas discussões, como um processo organizacional que se materializa em uma ferramenta de gestão, específica das organizações formais, que visa a intervenção no contexto laboral por meio de programas de qualidade de vida no trabalho. Em vista da amplitude do tema QVT e o trajeto teórico que o delimita, não será a intenção dessa pesquisa explorar esse universo no que tange aos seus métodos e práticas de intervenção, mas compete essa multidimensionalidade da qualidade de vida que transcende variadas esferas, em particular, o trabalho.

É nesse contexto de interlocução entre qualidade de vida e trabalho que a presente pesquisa opta pelo universo do artesanato, tendo em vista as transformações socioeconômicas acentuadas pela nova realidade social que implicam na qualidade de vida do trabalhador, em particular, o artesão. Nessa lógica, Freitas (2017, p. 36) destaca:

Nos tempos atuais, o artesanato adquire novas dimensões que buscam revitalizar a atividade. Ele é destacado como portador de elementos culturais, simboliza autenticidade e promove a educação. Do ponto de vista econômico, é uma atividade que gera trabalho e renda, e adquire a função social. Sob ambos os aspectos, é uma atividade que deveria contribuir para melhoria da qualidade de vida.

Por esse ângulo, o ambiente de trabalho e as condições, de ordem interna ou externa, em que se realiza essa atividade artesanal, configuram-se como aspectos imprescindíveis para saúde do artesão, ou seja, para todo o seu bem-estar. Associado a isso, discutir o conceito de qualidade de vida nesse âmbito presume conhecer a percepção dos artesãos, entender o que pensam esses trabalhadores sobre suas reais condições reais de trabalho. Logo, pressupõe que a qualidade de vida no meio artesanal está, assim, diretamente relacionada.

## 3 METÓDO

### 3.1 Tipo de Estudo

O presente estudo, pautado na proposta conceitual de Qualidade de Vida apresentada pela OMS, procedeu uma inter-relação com o trabalho artesanal na intenção de conhecer a percepção das trabalhadoras artesãs sobre as suas condições reais de trabalho, considerando seus padrões, expectativas, crenças e valores, bem como a contextualização do meio em que exercem suas atividades laborais.

Na intenção de buscar resultados mais satisfatórios mediante uma tipologia adequada e compatível a proposta desta investigação, a presente pesquisa, quanto a finalidade, classifica-se como um estudo de natureza aplicada, pois buscou agregar conhecimento para a aplicação na resolução de possíveis problemas identificados na realidade investigada das artesãs. Estudos dessa natureza permitem também a ampliação do conhecimento e sugerir novas questões a serem investigadas no meio artesanal.

Em relação aos objetivos, a pesquisa é do tipo descritiva e exploratória. Classifica-se como descritiva, pois buscou-se descrever e associar os aspectos característicos e sociodemográficos das artesãs investigadas, a citar: idade, sexo, procedência, escolaridade, estado civil, filhos, tempo de exercício no artesanato), identificados em seu campo investigativo.

Em referência à natureza exploratória, argumenta-se que, embora uma vasta produção acadêmica tenha utilizado a discussão da QV em diversos tipos de trabalhos, observa-se a carência de estudos direcionados para o trabalhador artesão, o que dificulta a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis. Desse modo, o caráter exploratório desta pesquisa permite maior profundidade no conhecimento do fenômeno explorado, com vista em torná-lo mais explícito e pesquisável para estudos posteriores.

Acerca dos métodos empregados, isto é, a forma como os dados foram obtidos e os procedimentos adotados para análise e interpretação, optou-se por uma abordagem quanti-quali. Tal escolha perpassa por duas discussões primordiais. Inicialmente, parte-se do consenso sobre a multidimensionalidade do tema qualidade de vida, o qual “[...] tem sido objeto de pesquisa científica, em estudos empíricos, usando metodologias qualitativa e quantitativas” (SEIDL; ZANNON, 2004, p. 503).

Outro ponto que pesa nessa escolha reside na complementariedade encontrada entre essas abordagens e a possibilidade de explorar as potencialidades de cada uma. Fleck (2009,

p. 43) explica que “[...] as diferentes perspectivas metodológicas se complementam para análise de um tema, sendo este processo compreendido como a compensação complementar das deficiências e pontos obscuros de cada método isolado”.

A abordagem quantitativa, nesse sentido, busca “[...] expressar as relações funcionais entre as variáveis e identificar os elementos básicos do fato estudado, evidenciando a evolução das relações entre diferentes elementos” (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 13). Com base nisso, a escolha dessa abordagem permitiu a identificação e mensuração de variáveis preestabelecidas, no intuito de explicar a correlação existente ou não entre elas, mediante ao tratamento estatístico descritivo necessário.

Já a abordagem qualitativa, “[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2013, p. 19-20). Atentando a proposta deste estudo, essa abordagem possibilitou explorar, de forma mais profunda, a realidade social das artesãs participantes, principalmente no que diz respeito a sua percepção sobre sua própria qualidade de vida, bem como de toda dinâmica envolvida no trabalho que desenvolvem. Para tanto, essa opção foi julgada como capaz de melhor responder as questões em estudo.

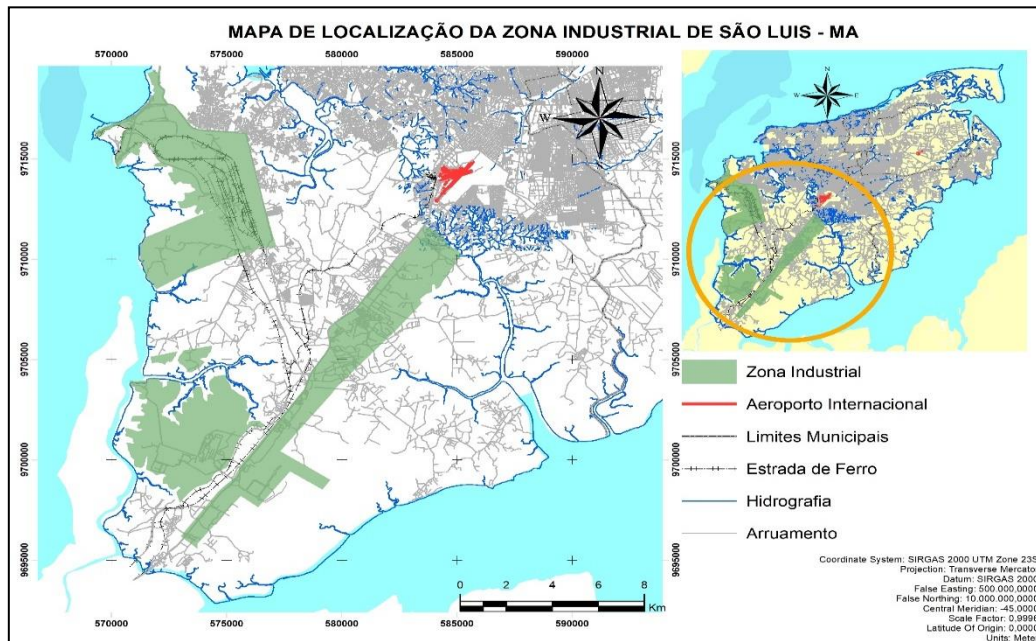
O delineamento metodológico deste estudo abordou, ainda, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Sobre a bibliográfica, a fundamentação teórico-metodológica decorreu de pesquisas anteriores, encontradas em livros, artigos, dissertações e teses que versam sobre os temas centrais que norteiam este estudo, a citar: o mundo do trabalho, o trabalho artesanal e a qualidade de vida. Em relação à pesquisa de campo, o objeto desta investigação foi abordado no seu ambiente próprio, isto é, no Grupo de Trabalho Artesanal Mulheres de Fibras em São Luís - MA, onde as artesãs desenvolvem suas atividades laborais, o que permite não somente a coleta de dados, mas a interação com a realidade investigada (GIL, 2017; SEVERINO, 2016).

### **3.2 Local da Pesquisa**

Situada na Região Nordeste do Brasil, precisamente no Norte do estado do Maranhão, a capital ludovicense ocupa uma área de 834,8km<sup>2</sup> e tem uma população estimada de 1.014.837 habitantes. Desse total, 958.522 são residentes na área urbana e 56.315 na área rural, segundo dados da última estimativa populacional do IBGE (2019).

O objeto deste estudo está inserido na região rural de São Luís, precisamente na comunidade Vila Primavera, situada no Distrito Industrial do município de São Luís - DISAL (Figura 1). Localizado a sudeste da ilha do Maranhão, à margem esquerda da rodoviária BR-135, no bairro Maracanã, o Distrito Industrial, criado pelo decreto estadual nº 7.646/1980, abrange uma área total de 19.712 hectares com um predomínio de uma diversidade de indústrias.

**Figura 1** - Mapa de localização do Distrito Industrial de São Luís – MA.



Fonte: Pinheiro (2020)<sup>8</sup>.

Com atenção para a geração de renda na comunidade em estudo, o artesanato em fibra de buriti apresenta-se como um importante aliado ao desenvolvimento local, contribuindo, principalmente, para a inserção social da mulher, em especial, nas atividades produtivas. Destaca-se que a potencialidade para o desenvolvimento desse artesanato advém das condições ambientais e culturais que o estado do Maranhão apresenta.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020) revelam que, em 2018, o estado do Maranhão apresentou uma produção de 126 toneladas/ano da fibra de buriti, correspondendo a 25,3 % do total de produção do País (Tabela 1). Assim, o Maranhão ocupa o segundo lugar no ranking dos estados nessa produção.

<sup>8</sup> Mapa elaborado por Elison André Leal Pinheiro, geógrafo do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC.



**Tabela 1** - Produção de fibra de buriti por unidade da Federação.

Unidade territorial	Quantidade ( t )	Quantidade (%)
Pará	264	53,12
Maranhão	126	25,35
Tocantins	46	9,26
Bahia	35	7,04
Amazonas	23	4,63
Ceará	2	0,40
Minas Gerais	1	0,20
Total	497	100

Fonte: IBGE (2020).

Verifica-se a importância da participação da fibra do buriti no mercado artesanal maranhense, tanto na capital ludovicense como nos interiores do Estado, e associa-se, a esse desenvolvimento da produção artesanal, a articulação a diversos outros setores, tais como turismo, vestuário/moda, arquitetura e decoração, etc., o que contribui para a geração de renda, reafirmando, assim, a relevância econômica dessa produção (KELLER, 2011).

A pesquisa foi realizada na Associação Mulheres de Fibra, conforme vista na figura 2. A escolha deste local se justifica por ser uma associação que desenvolve um artesanato tipicamente tradicional, atuando na produção de diversas peças (descanso de panela, porta moeda, jogo americano e bolsas de diferentes modelos) cuja matéria prima principal utilizada, a fibra do buriti, apresenta um valor simbólico cultural para a região.

**Figura 2** - Instalações físicas da Associação Mulheres de Fibra.

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

Conforme comentários das artesãs, a associação em estudo iniciou sua trajetória ainda em 2002 por meio de iniciativas da Organização Não Governamental Visão Mundial, que oferecia cursos profissionalizantes no intuito de gerar emprego e renda para alguns bairros e comunidade da capital São Luís, incluindo a comunidade Vila Primavera. Na ocasião, a ONG ofereceu cursos para aprendizagem de técnicas de trançado com fibra de buriti, com a intenção de utilizar a matéria prima da própria localidade.

Em 2008, com a finalização dos cursos, o grupo de mulheres envolvidas nessas iniciativas obtiveram o apoio do designer Marcelo Medeiros para continuação das atividades e, por seguinte, a formalização do grupo em Associação Buriti Arte, conhecida comumente como Associação Mulheres de Fibra. Sob uma atuação formal, a associação apresentou, em sua composição inicial, 22 artesãs e, na construção da sua história, obteve uma série de conquistas e parcerias com outras instituições, dentre elas: Instituto HSBC Solidiedade no Projeto “Mulheres de Fibra”; Instituto Sinergia – Gestão e Cidadania no Projeto “Mulheres de Fibra”; Instituto WAL MART; e Instituto de Desenvolvimento do Artesanato Maranhense - IDAM.

Em resposta ao reconhecimento do seu trabalho, a associação coleciona como ganhadora da 2ª, 3ª e 4ª edições do Prêmio Sebrae Top 100 de Artesanato que busca premiar as cem melhores unidades de produção artesanal do País, no tocante à qualidade de seus produtos e suas práticas gestão.

Assim, a Associação Mulheres de Fibra continua a desenvolver suas atividades, expressando sua importância no que toca aos aspectos econômicos, ao ser um meio para geração de renda na comunidade e, nos aspectos culturais, pela transmissão tradicional do saber fazer do artesanato em fibra de buriti.

### **3.3 Participantes**

A população de referência para este estudo é composta pelas artesãs residentes no município de São Luís-Ma que, segundo dados provenientes do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro - SICAB-MA, contabilizava, até na fase inicial desta pesquisa, 205 artesãs. Esse dado contempla somente as cadastradas no Programa de Artesanato Brasileiro - PAB<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Informações obtidas em pesquisa de campo de forma verbal.

Entretanto, a amplitude desse universo exigiu uma delimitação e obtenção de resultados mais significativos. Para isso, foi constituído uma amostra que comportava elementos representativos dessa população, as artesãs pertencentes ao Grupo Artesanal Mulheres de Fibra, com um quantitativo de 10 participantes.

A amostra foi caracterizada do tipo não probabilística, pois não precedeu uma fundamentação estatística e dependeu, exclusivamente, de critérios pré-estabelecidos pela pesquisadora, conforme os objetivos deste estudo; e também, do tipo por acessibilidade (conveniência), mediante o fácil acesso obtido no percurso do estudo, sendo possível a realização de visitas na associação investigada (GIL, 2017).

No intuito de conduzir aos objetivos desta pesquisa, houve a preocupação em estabelecer os critérios de inclusão e/ou exclusão da amostra. Desse modo, tem-se como critério para inclusão dos sujeitos participantes: aceitar participar da pesquisa; ser residente do município de São Luís-MA; ter idade igual ou superior a 18 anos; ser, de fato, uma trabalhadora artesã, atendendo a perceptiva da Base Conceitual do Artesanato prevista no art. 8 da Portaria nº 1.007 de 11 de junho de 2018. Já para os critérios de exclusão: não aceitar participar da pesquisa; não ser residente do município de São Luís-MA; ter idade menor de 18 anos; não atender aos critérios de definição de trabalhador artesã apresentado na Base Conceitual do Artesanato em seu §5 do art. 8 pela Portaria nº 1.007 de 11 de junho de 2018.

### **3.4 Procedimentos de Coleta de Dados**

O processo de coleta de dados desta pesquisa ocorreu em três momentos. O primeiro momento se deu com a entrada gradual em campo. Houve um contato prévio, em abril de 2018, com a Superintendência do Centro de Comercialização da Produção Artesanal do Maranhão - CEPRAMA, órgão importante do setor artesanal da região, responsável pela divulgação do artesanato e pelas intermediações dos artesãos ao Programa de Artesanato Brasileiro-PAB. Nesse instante, foram expostos os objetivos da pesquisa aos dirigentes da referida superintendência, no intuito de tornar público a importância do problema de estudo levantado, os quais consentiram em contribuir com o desenvolvimento da investigação. Por seguinte, as visitas foram sendo realizadas mediante agendamento, nas quais foi possível estabelecer diálogos a respeito do trabalho artesanal no Maranhão e, principalmente, o elo entre a pesquisadora e o objeto de estudo desta pesquisa.

Diante da relevância percebida na pesquisa, o CEPRAMA propôs a pesquisadora um convite para ministração da palestra *Qualidade de vida para artesãos e artesãs*, realizada em

29 de março de 2019, com duração de duas horas, para os trabalhadores artesãos que realizavam as vendas do seu produto no próprio local da superintendência. Percebeu-se que a realização e participação no evento facilitou a aproximação da pesquisadora com a população investigada e um conhecimento mais real desse público.

Para esse primeiro momento da coleta, contou-se também com a visita em algumas instituições que comportavam material bibliográfico importantes para o desenvolvimento da literatura concernente ao artesanato, em destaque: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

No segundo momento, em 11 de julho de 2019, realizou-se o primeiro contato direto com o local do estudo, onde foi exposto a finalidade desta investigação às artesãs, as quais consentiram em participar. Diante disso, foi dada a sequência de visitas à associação, sob agendamento prévio e, geralmente, no período vespertino durante a semana.

Por se tratar de um estudo também de cunho qualitativo, no proceder desta etapa, observou-se de forma mais criteriosa a realidade em contato, na qual cada detalhe percebido, seja em forma de gesto ou fala, foi registrado e analisado. Nessa apreensão, foi posto em destaque todas as particulares possíveis de serem identificadas na dinâmica do processo de trabalho das artesãs, no qual foi possível perceber, de forma mais próxima, suas experiências com o trabalho que desenvolvem.

Desse modo, esse segundo momento materializou-se com a coleta, propriamente realizada nos meses de janeiro, fevereiro e setembro de 2020. Com a realização de várias visitas ao local de estudo, a consecução dessa fase foi mediada pelos seguintes instrumentos metodológicos: observação, diário de campo, questionários e entrevistas.

A aplicação dos questionários e entrevistas foram administradas em períodos distintos, obedecendo à seguinte ordem: primeiro, o questionário e, seguidamente, a entrevista. Richardson (2015, p. 89) explica que “[...] o questionário prévio pode ajudar a evitar perguntas rotineiras e a identificar características objetivas”. Ambos os instrumentos foram aplicados individualmente e de forma oral. Com atenção para esse instante, houve um esforço em criar um ambiente de confiança e de tranquilidade para que as participantes respondessem aos questionamentos encontrados nos instrumentos apresentados, sempre em observância com as demandas da associação e os horários de menor fluxo de trabalho.

Conforme já descrito, primeiramente procedeu-se a execução do questionário, realizada em dois momentos, dezessete de janeiro de 2020 e três de fevereiro de 2020. No

total, foram obtidos sete questionários respondidos, apenas três artesãs não participaram dessa aplicação, pois não estavam presentes no local da pesquisa.

Já a realização das entrevistas ocorreu em único momento, 20 de fevereiro de 2020, constando somente seis entrevistadas. Quatro artesãs ficaram exclusas dessa aplicação, pois por motivos pessoais não compareceram à associação nessa data. Para a realização das entrevistas, as participantes foram direcionadas para um espaço improvisado na própria associação, onde a pesquisadora pudesse conversar a sós com cada uma. Esse cuidado foi necessário para que as participantes tivessem melhor liberdade para discorrer sobre os assuntos levantados, e também para que as gravações ali efetuadas, sob suas permissões, apresentassem maior qualidade técnica nos registros e, posteriormente, na transcrição para análise.

O processo de coleta de dados desta pesquisa foi delineado por grandes desafios e surpresas que, por vezes, tornaram-se obstáculos a serem superados. Logo, algumas questões foram, de imediato, resolvidas dentro do cronograma estabelecido; enquanto outras contaram com imprevisibilidades encontradas em campo, a citar, o acompanhamento de perto do processamento da fibra de buriti efetuado pelas próprias artesãs. Explica-se que essa atividade é condicionada à sazonalidade da obtenção de matéria prima, o que demanda uma obrigatoriedade pela espera dessa realização. Associado essa eventualidade, o desenvolvimento desta pesquisa deparou-se, também, com a interrupção das atividades da associação em virtude da pandemia do Covid-19.

Desse modo, a coleta de dados contou com um terceiro momento, 21 de setembro de 2020, no qual foi possível capturar alguns registros fotográficos referentes às etapas do processo de trabalho realizado pelas artesãs, utilizando, como recurso, uma câmera fotográfica. Alves *et al.* (2019, p. 155) explicam que a utilização desse tipo de registro na pesquisa qualitativa revela-se como uma importante estratégia, pois “[...] permite que os participantes expressem suas ideias de forma não-verbal e que capturem momentos que o remetam a uma determinada temática, a partir de uma visão de mundo peculiar e só dele”.

Com base nisso, foi possível obter algumas especificidades da realidade de trabalho, que as artesãs apresentaram dificuldades em expressar verbalmente durante a pesquisa em campo, tais como: os elementos do processo de trabalho artesanal e a identificação de cargas e os desgastes. Diante disso, o uso dos registros fotográficos apresentou-se como uma ferramenta influente para esta investigação ao permitir a captação de significados e, conseqüentemente, uma melhor compressão do objeto de estudo.

### 3.5 Instrumentos da Pesquisa

#### 3.5.1 Questionário para avaliação da Qualidade de Vida

O instrumento escolhido para avaliação da qualidade de vida das artesãs em estudo, foi o *World Health Organization Quality of Life-BREF* (WHOQOL-Bref), versão mais simplificada do WHOQOL-100<sup>10</sup>, desenvolvido pelo Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde. O método WHOQOL foi elaborado com base no princípio de que o conceito de qualidade de vida é abrangente, podendo ser aplicado às várias doenças e situação não médicas (FLECK *et al.*, 1999).

Na estrutura do instrumento WHOQOL-Bref estão dispostos 4 domínios: físico, psicológico, relações sociais, meio ambiente e geral. Composto com 26 questões, dentre as quais duas versam, respectivamente, sobre a percepção da qualidade de vida e a satisfação com a saúde, enquanto as demais referem-se as 24 facetas que compõem o instrumento apresentados no quadro 3, a seguir (FLECK *et al.*, 1999; WHOQOL, 1998).

**Quadro 2** - Domínios propostos para análise da Qualidade de Vida pelo instrumento WHOQOL-Bref.

DOMÍNIOS	FACETAS
I-Físico	Dor e desconforto; energia e fadiga; sono e repouso; atividade da vida cotidiana; dependência de medicação ou de tratamentos; capacidade de trabalho.
II-Psicológico	Sentimentos positivos; pensar, aprender, memória e concentração; autoestima; imagem corporal e aparência; sentimentos cognitivos; espiritualidade, religiosidade, crenças pessoais.
III-Relações Sociais	Relações pessoais; suporte social; atividade sexual.
IV-Meio Ambiente	Segurança física e proteção; ambiente no lar; recursos financeiros; cuidados de saúde e sociais (disponibilidade e qualidade); oportunidades de adquirir novas informações e habilidades; participação em, e oportunidade de recreação, lazer; ambiente físico (poluição, ruído, trânsito, clima); transporte.

Fonte: Fleck *et al.* (1999, p. 36).

<sup>10</sup> World Health Organization Quality of Life 100 (WHOQOL100) é composto por 100 perguntas referentes a seis domínios: físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente e espiritualidade /religiosidade /crenças pessoais. As respostas para as questões solicitadas são apresentadas em uma escala do tipo Likert (FLECK *et al.*, 1999).

A escolha desse instrumento se deve por avaliar as múltiplas dimensões que comportam na qualidade de vida, porém, foi sujeito às adequações segundo a proposta desta pesquisa, no que tange, principalmente, ao seu aspecto metodológico. Por isso, não será utilizado da mesma forma do instrumento original que dispõe de perguntas ordenadas em um questionário estruturado de maneira pré-definida, cujas respostas são respondidas por meio de uma escala Likert de 1 a 5 (nada, muito, pouco, médio muito e completamente). Assim, adequou-se para bom, regular e ruim.

Dessa forma, o questionário (Apêndice A) dispõe da seguinte estrutura: 1- Caracterização da Artesã; e 2 - Aspecto da Qualidade de Vida da Artesã, abordando 17 questões sobre dor, repouso, fadiga, tratamento médico, sentimentos positivos e negativos, capacidade de trabalho, religião etc., alocadas nos respectivos domínios apresentados pelo instrumento. Para avaliar a percepção da QV por meio do instrumento, a OMS apresenta duas questões gerais: 1- Percepção da qualidade de vida (resultado em média 1 a 5); 2- Satisfação com a saúde (resultado em média 1 a 5). Em consonância com a proposta deste estudo, a reformulação dessas perguntas se apresentou da seguinte forma: “O que é qualidade de vida para você?”.

### 3.5.2 Entrevista semiestruturada

A entrevista foi o segundo instrumento definido para coleta de dados deste estudo, e consiste em “[...] um encontro ente duas pessoas, a fim de que uma delas obtenham informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 92). De uso significativo na investigação social, a entrevista permite a coleta de dados ou o diagnóstico e tratamento de determinado problema social.

Optou-se pela entrevista do tipo semiestruturada, na qual o “[...] entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão” (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 94). A escolha por essa tipologia proporcionou, em determinadas ocasiões, esclarecer algumas perguntas direcionadas às artesãs na intenção de obterem total compreensão do que estavam sendo questionadas.

Diante ainda das possibilidades desse instrumento, e sob o “risco” da espontaneidade encontrada dessa entrevista, utilizou-se o uso de um roteiro simples (Apêndice B) como procedimento, responsável pela condução da entrevista sob os principais tópicos que norteiam

esta investigação.

Outro aspecto relevante foi o uso de perguntas abertas, as quais as entrevistadas tiveram maior liberdade na formulação de suas respostas. Em questão, buscou-se conhecer a maneira como as artesãs entendem o trabalho que executam, a história construída com artesanato e suas perspectivas quanto a continuidade desse saber-fazer, como também aspectos pertinentes ao desenvolvimento dos seus trabalhos.

A escolha e utilização da entrevista semiestruturada apresentou-se bastante adequada aos propósitos deste estudo, pois permitiu uma aproximação entre a pesquisadora e as entrevistadas, e um maior aprofundamento sobre os saberes, as opiniões, as motivações, os sentimentos, as condutas, em suma, todas as representações que as artesãs desta pesquisa detêm sobre o trabalho artesanal.

### 3.5.3 Observação

A observação, base de toda investigação social, foi definida como um importante instrumento para obtenção de dados deste estudo. Lakatos e Marconi (2017, p.88) explicam que trata de uma técnica que permite a utilização dos sentidos na obtenção de aspectos específicos da realidade investigada. “Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”. Os autores chamam atenção quanto as contribuições desse instrumento, no que versa sobre a identificação e a obtenção de provas de objetivos dos quais os indivíduos não têm consciência, mas que balizam todo seu comportamento.

Na certeza disso, este estudo apropriou-se da observação do tipo sistemática, pois sua aplicação em campo precedeu de um planejamento, no qual foi abordado uma estrutura determinada e materializada em um roteiro simples (Apêndice C), disposto em duas partes distintas: a primeira sobre o processo de trabalho; e a segunda referente às cargas de trabalho.

A observação contou, ainda, com um importante instrumento de trabalho, o diário de campo, que consiste em uma “[...] caderneta, ou um arquivo eletrônico no qual escrevemos todas as informações que não fazem parte do material formal de entrevistas em suas várias modalidades” (MINAYO, 2013, p. 71). Todas informações escritas nesse instrumento foram utilizadas no momento da análise qualitativa. Ressalta-se que os registros dessa observação foram viabilizados por meio de gravações, sons e fotografias, sob o consentimento das participantes.



### 3.6 Procedimentos da Análise

Para realização dessa pesquisa, empreendeu-se a análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados em campo.

No que concerne a quantitativa, utilizou-se a análise estatística descritiva mediante mensuração e análise de variáveis pré-estabelecidas, identificadas e confirmadas em campo. A fim de explicar a sua ocorrência e a influência sobre outras, demonstrou-se os resultados obtidos das medidas de qualidade de vida das artesãs e suas correlações estatísticas. Para isso, todos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários foram registrados e analisados no *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) 25.0.

Quanto à análise qualitativa, procedeu-se as transcrições literais de todas as entrevistas gravadas. Subsequentemente, foram tratados por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), um conjunto de técnicas de análise das comunicações, utilizando procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, que tem como principal intenção a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente de recepção), ocorrendo por meio de indicadores quantitativos ou não.

É importante frisar que o foco da aplicação dessa técnica direcionou-se para análise do trabalho, elemento do processo de produção artesanal analisado. Sua aplicação ocorreu conforme previsto nas fases apontadas por Bardin (2011): pré-análise; exploração do material; tratamentos dos resultados por meio da inferência; e interpretação.

Na primeira etapa, pré-análise, fase de organização propriamente dita, foi realizada uma leitura “flutuante” de todas as transcrições das entrevistas produzidas. Esse exercício permitiu o contato com a estrutura das narrativas das artesãs na íntegra, além das primeiras orientações e apreensões sobre as principais questões abordadas no material de análise. Assim, foi possível ir conhecendo os temas abordados nas falas das participantes e uma projeção das decisões a serem tomadas sobre o material. Por seguinte, ocorreu a definição do *corpus*, o qual foi balizado pelos princípios da exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

Na segunda etapa, exploração do material, procedeu-se a análise propriamente dita, mediada pelo processo de codificação, compreendido nas seguintes etapas, respectivamente: unidade de registros, regras de contagem e escolha das categorias.

Com o proceder da análise, julgou-se adequado optar pelo tema como unidade de registro, visando conhecer as motivações de opiniões, de atitudes, de valores e de crenças das artesãs sobre o trabalho artesanal. A partir dos relatos individuais das entrevistadas foram

emergindo “núcleos de sentidos” que compõem a comunicação e cuja presença foi significativa para o objetivo escolhido.

Por seguinte, passou-se à construção da definição das categorias, etapa em que as unidades de registros foram sendo agrupadas em razão das características semânticas comuns apresentadas. Assim, tem-se: Significações do trabalho artesanal (questões sobre o que pensam e como definem o trabalho artesanal) e o Ingresso e tradicionalidade (aspectos de ingresso e da permanência no trabalho artesanal). Dessa forma, as categorias foram construídas de trechos selecionados das falas das artesãs, respaldadas no referencial teórico adotado nesta pesquisa. Atenderam, ainda, aos critérios de qualidade de Bardin: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade, e produtividade. No quadro 3, apresentou-se, de forma ilustrativa, como ocorreu a formação das categorias temáticas encontradas para fins de análise neste estudo, tendo, como exemplo, a entrevista 3.

**Quadro 3** - Ilustração da elaboração das categorias temáticas.

<b>Trechos das narrativas da entrevistada 2</b>	<b>Temas</b>	<b>Categorias</b>
“É uma terapia...”	Apreensões sobre do trabalho artesanal	Significações do trabalho artesanal
“Olha foi um projeto aqui no bairro...”	Formas de ingresso no artesanato	Ingresso e tradicionalidade
“Sim, gostaria que elas continuassem...”	Continuidade do trabalho artesanal	

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Na última etapa, inferência e interpretação, tratou-se de uma compreensão mais profunda dos conteúdos das mensagens apresentadas nas categorias encontradas. Nesta fase, a partir de uma interpretação inferencial, indo além do conteúdo apresentado, em um movimento contínuo, buscou-se confrontar os achados de categoria com o referencial teórico, afim de torná-los mais significativos e válidos neste estudo.

### **3.7 Procedimentos Éticos**

No que tange aos aspectos éticos, esta pesquisa está de acordo com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde que rege sobre a ética da pesquisa envolvendo seres humanos, direta ou indiretamente, assegurando a garantia de preservação da privacidade dos sujeitos de pesquisa, assim como todos os direitos sobre os princípios éticos como: Beneficência, Respeito e Justiça (BRASIL).

Os participantes desta pesquisa foram informados quanto às condições de sigilo, e confirmaram participação mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D), que garante a privacidade da identificação do participante, bem como a liberdade de desistência em qualquer etapa da presente pesquisa.

Utilizou-se, também, o Termo de Compromisso do Pesquisador (Apêndice E), documento que norteia os aspectos éticos deste estudo. Por seguinte, o Termo de Autorização Institucional (Apêndice F) foi apresentado à Associação Mulheres de Fibra, na intenção de obter a referida autorização para realização deste estudo. Ressalta-se, ainda, que a presente pesquisa de dissertação teve aprovação perante o Comitê de Ética sob CAEE 28750920.1.0000.5087, conforme mostra o (Anexo A).

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

### 4.1 Perfil das Artesãs

Os dados apresentados a seguir versam sobre as características sociodemográficas das setes artesãs investigadas que compõem o objeto de estudo em análise, a Associação Mulheres de Fibra. Nessa intenção, foram abordadas a inter-relação das seguintes variáveis: local de nascimento, logradouro, idade, grau de escolaridade, estado civil, filhos e tempo de exercício no artesanato, sob a perspectiva da qualidade de vida dessas participantes.

**Tabela 2** - Cruzamento das variáveis local de nascimento e endereço atual.

Local de Nascimento	Endereço Atual	Total
	São Luís-MA	
Brejo-MA	14,30%	14,30%
Rosário-MA	71,40%	71,40%
São Luís-MA	14,30%	14,30%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A partir dos dados obtidos pelas artesãs, conforme apresentado na tabela 2, observou-se que 100% residem atualmente em São Luís, local onde encontra-se a associação pesquisada. Ainda no tocante a essa totalidade, 71% das artesãs são provenientes do município de Rosário, refletindo em um movimento do interior para capital. Diante dessa mobilidade espacial, é possível notar uma busca por melhor qualidade de vida encontrada na possibilidade quer seja de trabalho, estudo, aquisições materiais, relacionamentos, etc.

Borges (2019, p. 216) assinala que, em face aos programas de requalificação do artesanato, emerge uma possibilidade de permanência das artesãs em sua região de origem com um nível de qualidade de vida que só poderia ser obtido se fossem para cidade. Em vista desta observação e atentando ao objeto em análise, percebeu-se que, atualmente, essa mobilidade espacial está em inércia, e as artesãs mais recentes da associação são oriundas da própria capital.

**Tabela 3** - Cruzamento das variáveis grau de escolaridade e estado civil.

Grau de Escolaridade	Estado Civil		Total
	Solteira	Casada	
Ensino Fundamental Incompleto	0%	28,60%	28,60%
Ensino Fundamental Completo	0%	28,60%	28,60%
Ensino Médio Completo	14,30%	28,60%	42,90%
Total	14,30%	85,70%	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A partir da tabela 3 verificou-se que 85,7% das artesãs são casadas, o que representa uma participação majoritária na composição do objeto em estudo. Ainda sobre esse percentual em destaque, somente 28,60% possuem ensino médio completo, revelando um baixo grau de escolaridade deste subgrupo. Com relação a expoente participação das artesãs casadas e o baixo nível de escolaridade apresentado por esse subgrupo considera-se algumas reflexões.

Primeiramente, compreende-se a família como uma unidade de produção, na qual a mulher contribui economicamente para a subsistência do lar (SAFFIOTI, 1976). Essa reflexão, em diálogo com o estudo presente, permitiu verificar que as artesãs casadas têm participação na renda mensal familiar por meio do artesanato.

Outro aspecto suscitado para análise alicerça-se na ideia de que o artesanato é um trabalho predominantemente feminino e consiste em uma alternativa compatível com outras funções socialmente designadas às mulheres, a exemplo, as atividades da família (DAVEL; CAVEDON; FISCHER, 2012; BARROSO; FROTA, 2010). Visto isso, percebeu-se em campo que a flexibilidade do trabalho artesanal permite a continuidade das atividades domésticas desenvolvidas por essas artesãs. Conforme relatado, em tempos de maiores demandas, levam alguns trabalhos da associação para finalizarem casa.

Sobre essa dinâmica, a Entrevistada 5 (idade 32 anos) relata “*é um pouco atrapalhado, mas dá*”, quando questionada quanto a assistência dada a filha, respondeu: “*ah a gente conciliar né, é um pouco atrapalhado mais dá, tem que dá...ela acaba acostumando, acostuma*” (Informação verbal).

Por seguinte, em razão da própria dinâmica do artesanato que se retrata como um trabalho “prático e de aprendizagem informal”, conforme apontam Cunha e Vieira (2009, p. 260), observa-se, nesse contexto, que comumente as exigências de maior escolaridade para exercício de seus ofícios não são impostas às artesãs, tal como ocorre no mercado formal.

Coadunando a isso, Freitas (2017) explica que os praticantes dessa atividade apresentam um grau de escolaridade bastante elementar: alguns não sabem ler e escrever, e aprendem a desenvolver esses ofícios com familiares. Ao olhar com criticidade para esse

cenário que se delineia pela baixa escolaridade das artesãs, conforme apontam os dados, constata-se um grande ônus para o contingente feminino, como a própria marginalização da mulher na ocupação de artesã.

**Tabela 4 - Cruzamento das variáveis idade e número de filhos.**

Idade (anos)	Número de Filhos					Total
	0	1	2	3	5	
30	14%	0%	0%	0%	0%	14%
32	0%	14%	0%	0%	0%	14%
34	14%	0%	0%	0%	0%	14%
38	0%	0%	0%	14%	0%	14%
57	0%	0%	0%	14%	0%	14%
60	0%	0%	0%	0%	14%	14%
63	0%	0%	14%	0%	0%	14%
Total	28%	14%	14%	29%	14%	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Concernente à tabela 4, do total dos dados obtidos, 28% das artesãs não possuem filhos, de outro modo, 71% possuem. Analisar esse perfil retorna as discussões que repousam sobre a participação da mulher no trabalho artesanal e sua associação como uma atividade inserida na esfera reprodutiva, entre o cuidado do filho e o artesanato, o que as levam a encarar altas jornadas de trabalho (BARROSO; FROTA, 2010).

No que se refere à idade, as artesãs apresentam uma faixa etária variável, na qual é possível observar um encontro de gerações, mães e filhas, em uma troca de saberes e fazeres, que possibilita perpetuar a tradicionalidade do artesanato em fibra de buriti. Huberman (2012) assente essa troca como uma relação mestre-aprendiz oriunda das corporações de ofícios, no caso analisado, estabelecido pelos laços familiares.

**Tabela 5 - Cruzamento das variáveis Tempo de Exercício com o Artesanato em Fibra de Buriti e Tempo de Exercício na Associação.**

Tempo de exercício com o artesanato em fibra de buriti (em anos)	Tempo de exercício na associação (em anos)					Total
	10	12	14	15	19	
10	29%	0%	0%	0%	0%	29%
14	0%	0%	14%	0%	0%	14%
15	0%	14%	0%	29%	0%	43%
19	0%	0%	0%	0%	14%	14%
Total	28,6%	14,3%	14,3%	28,6%	14,3%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Baseado nas discussões dos dados da tabela 5, observou-se em geral uma compatibilização entre o tempo de exercício com o artesanato em fibra de buriti e o tempo que as artesãs trabalham na associação analisada, isto é, 86% das artesãs, ao ingressarem na associação, concomitantemente obtiveram as primeiras experiências com o artesanato em fibra de buriti. Notou-se também que 43% das artesãs pertencem à associação há 15 anos, o que fortalece um vasto conhecimento e experiência do artesanato que desenvolvem.

#### **4.2 O Processo de Trabalho do Artesanato em Fibra de Buriti**

No que diz respeito ao primeiro objetivo específico deste estudo, tratou-se em descrever como ocorre o processo de trabalho artesanal em fibra de buriti na Associação Mulheres de Fibra. Para isso, o processo de trabalho desenvolvido pela associação foi analisado a partir dos seguintes elementos: trabalho, matéria-prima e meios de trabalho (MARX, 2013).

A análise e discussão desse processo repousa em uma perspectiva técnica e também social, encontradas nas dinâmicas de cada um dos elementos acima citados (LAURELL; NORIEGA, 1989).

##### **5.2.1 O Trabalho artesanal**

Para fins de análise do elemento trabalho, pautou-se inicialmente em um diálogo a partir do que as artesãs disseram sobre aquele que desenvolvem, isto é, de que forma entendem o trabalho artesanal. Por seguinte, abordou-se questões referentes ao surgimento e continuidade no artesanato. Assim, foram ouvidas seis artesãs que exercem ativamente suas atividades na associação investigada.

Foram estabelecidas as seguintes categorias para análise:

- a) Significações do trabalho artesanal: questões sobre o que pensam e como definem o trabalho artesanal;
- b) Ingresso e tradicionalidade: aspectos de ingresso e permanência no trabalho artesanal.

Na primeira categoria, Significações do trabalho artesanal, a pergunta inicial norteadora consistiu em saber como as artesãs definem o trabalho artesanal. Diante disso, obteve-se os seguintes relatos:

*Pra mim, é uma **terapia**, não ficar só em casa, passando a tarde dormindo, assistindo televisão, pra mim é uma **terapia** (Entrevistada 1, idade 38 anos). (Grifo nosso, informação verbal).*

*Pra mim, é excelente, **eu gosto muito mesmo de trabalhar** com artesanato (Entrevistada 2, idade 55 anos). (Grifo nosso, informação verbal).*

*É uma **terapia**, depois que fiz o curso...no dia que não veio pra cá eu fico mesmo ruim mesmo, **todo dia eu quero vim pra cá**, pra mim mesmo é muito bom (Entrevistada 3, idade 57 anos). (Grifo nosso, informação verbal).*

*Então, pra mim, o trabalho artesanal é como se fosse uma **terapia**, pra distrair... todos os problemas que existe na vida da gente, a gente vem pra cá, **conversando uma com outras, a gente se distrai** (Entrevistada 5, idade 32 anos). (Grifo nosso, informação verbal).*

Conforme os relatos apresentados, ao ser mencionado frequentemente como “terapia”, entende-se o artesanato como um trabalho que transforma a maneira como as artesãs percebem e enfrentam os possíveis problemas no dia a dia e, também, em relação a si mesmas.

O fragmento da Entrevistada 1 o “*não estar em casa assistindo televisão*” (Informação verbal) permite conceber o trabalho artesanal como um meio para evitar a ociosidade e explorar a experiência de sentirem capazes e produtivas na sociedade em que o trabalho se tornou central. Nessa dimensão, o trabalho atua como um “[...] ponto de partida para humanização do ser social” (ANTUNES, 2015, p. 170).

Pode-se inferir que as entrevistadas citam o trabalho artesanal com diversas expressões que denotam satisfação e autorrealização pela atividade, por exemplo, “*todo dia eu quero vim pra cá*”, “*gostar muito mesmo de trabalhar*”; “*gostar demais do que faz né*” (Informação verbal). Ao mesmo tempo que encontram a viabilidade em estreitar os laços sociais com outras artesãs, quando comentam: “*conversando uma com outras, a gente se distrai* (Informação verbal).

Isto posto, observou-se que o trabalho artesanal não se resume apenas como um meio pelo qual as conseguem satisfazer suas necessidades humanas mais imediatas, mas permite alcançar e explorar também suas realizações teleológicas, externando uma adequação para um fim. O trabalho em questão permite a mediação das artesãs com a natureza, na medida que essas trabalhadoras conseguem modificar as condições sociais e humanas que lhe são impostas, modificando a si mesmas ao encontrar significações sobre o que realizam (MARX, 2013).



*É um trabalho assim de **muita dedicação**, gostar demais do que faz né, porque é praticamente **tudo manual**, a gente tem que ter muito amor e carinho pra poder **fazer bem feito** (Entrevistada 4, idade 30 anos). (Grifo nosso, informação verbal).*

*É um trabalho que tem que ser **feito com amor**, pois requer muita força de vontade pra que ele saia **perfeito** (Entrevistada 6, idade, 31 anos). (Grifo nosso, informação verbal).*

Associa-se também ao entendimento do trabalho artesanal como um fazer totalmente manual. Conforme a fala da Entrevistada 4, o trabalho por ela realizado permite colocar em prática diversas habilidades, especialmente, a manualidade que implica na noção genuína do que de fato caracteriza esse trabalho.

Olhar para essa manualidade faz retomar as leituras de Lima (2005, p.4), nas quais afirma que “[...] artesanato não é produto de máquina”, dando tônica à manualidade e irregularidade implicada no trabalho artesanal em contraponto a produção industrial. Em diálogo, a própria base conceitual proposta pelo Programa de Artesanato Brasileiro - PAB reitera, no inciso VII, essa destreza manual que dá criatividade ao objeto criado pela artesã, o que reflete sua própria personalidade e relação com o contexto que estar inserida.

Com atenção ainda às narrativas acima, expressões como “*fazer bem feito*” e “*ele [o trabalho] saia perfeito*”, remetem à dedicação e qualidade que o trabalho dessas artesãs reside. Sennet (2009) frisa que toda habilidade artesanal se baseia numa aptidão desenvolvida em alto grau e que as recompensas, nesse desejo em ver no final um trabalho bem feito, são de dois tipos: as pessoas se ligam à realidade tangível e podem orgulhar-se de seu trabalho.

Na segunda categoria, “Trabalho e tradicionalidade”, abordou-se aspectos quanto ao ingresso e continuidade no trabalho artesanal. Assim, as entrevistadas apresentaram os seguintes relatos:

*Através de curso, trabalhou e quando terminou o curso né, o rapaz que dava curso pra gente, ficou trabalhando voluntariamente com a gente e isso a gente ficou trabalhando com ele, nunca largamos (Entrevistada 2, idade 55 anos). (Informação verbal).*

*Olha foi um projeto aqui no bairro, Visão Mundial, através desse projeto, aí a presidente foi lá em minha casa perguntando se não queria fazer esse curso, é 15 dias de curso, esses 15 dias foram 6 meses, aí depois que acabou o curso, aí nosso design que acompanhava a gente, o Marcelo Medeiros, perguntou se a gente ia largar de mão ou se a gente quer trabalhar individual, assim... pra fazer um grupo, aí fizemos esse grupo, aí até hoje estamos aqui. (Entrevistada 3, idade 57 anos). (Informação verbal).*

*Então foi a partir de um curso de fazer alça pra bolsa, primeiro a gente começou fazer alça pra bolsa aí foi daí que a gente começou com a bolsa e outras peças (Entrevistada 5, idade 32 anos). (Informação verbal).*

Verificou-se que a inserção das artesãs no universo artesanal foi motivada, principalmente, pela atuação de atores sociais, tais como ONG's, explícita na figura da Visão Mundial. Em que pese a atuação desses atores, é necessário atentar “[...] a expansão do número de pessoas e instituições com atuação no campo do artesanato é um fato” (BORGES, 2019, p.199).

No entanto, é substancial um maior interesse de parcerias na articulação e fortalecimento do artesanato na sociedade. Ponderar isso, é considerar o quão importante é a articulação conjunta desses atores sociais na construção de outros e novos caminhos para transformar as desigualdades sociais nas regiões mais periféricas. Na própria fala da Entrevistada 3, a oportunidade em “trabalhar individual” denota que o artesanato proporcionou à comunidade a alternativa de geração de renda e bem-estar, por meio da motivação de potencialidades desse novo ofício.

Entretanto, notou-se que essa inserção não se limita somente à ação de atores sociais como aqui já comentado, mas aborda influências familiares, segundo afirmações das próprias entrevistadas:

*Através das minhas irmãs, elas já participaram e me convidaram (Entrevistada 1, idade 38 anos). (Grifo nosso, informação verbal).*

*A mamãe que fez o curso, aí quando ela trazia o trabalho pra casa, aí a gente ajudava, às vezes eles passavam, criavam uma peça lá, e ela trazia pra casa pra finalizar, aí com isso eu entrei no grupo (Entrevistada 4, idade 30 anos). (Grifo nosso, informação verbal).*

*Através da minha mãe, pois ela trabalhava e eu e minhas irmãs ajudava, daí fui tendo aquele amor pelo artesanato (Entrevistada 6, idade, 31 anos). (Grifo nosso, informação verbal).*

O ingresso na prática artesanal apresenta motivações advindas também de um âmbito familiar. O “trazer o trabalho para casa” apresenta-se como um plano para aprendizagem das técnicas artesanais obtidas no cerne da associação. Essa influência, mesmo de forma tímida, desperta o interesse pelo trabalho entre os participantes da família, o que representa um papel na reconstituição histórica dessa atividade ao longo do tempo (FERREIRA, 2014; DAVEL, CAVEDON; FICHER, 2012).

Nessa dimensão familiar, é visto também que a aprendizagem e a difusão das técnicas artesanais se inserem em uma relação que vai além de “[...] uma garantia de continuidade de geração de renda de trabalho e renda para família”, ao permitir um senso de pertencimento do local (DAVEL, CAVEDON; FICHER, 2012, p. 328).

Há que se discutir que as artesãs entrevistadas desenvolvem um artesanato tradicional, com fundamento na Base Conceitual do Artesanato de 2018, em que esse saber e fazer é aprendido pelos membros da família e também pela comunidade na qual a associação está inserida, favorecendo a transmissão de conhecimentos e um arsenal de técnicas que passam ser perpetuadas a fim de preservar a memória cultural da comunidade.

Ainda explorando a categoria Trabalho e tradicionalidade, suscitou-se a seguinte pergunta “Você gostaria que seu filho ou filha trabalhasse na ocupação de artesão? Por quê?”

Diante desse questionamento, notou-se, pela fala de algumas entrevistadas, incertezas e, até mesmo, omissões em apresentar o interesse em perpetuar o artesanato praticado entre a família. Assim, a Entrevistada 1, sob risos, afirmou que “*mais ou menos... porque, ah não sei nem como explicar. [...] (Informação verbal)*. No fragmento “não saber explicar” da narrativa da artesã, é possível encontrar reflexões distintas acerca do interesse pela manutenção da tradição do trabalho artesanal pela nova geração.

Em observância em campo, foi comum notar a presença de filhos, netos e sobrinhos das artesãs nos espaços da associação, que entre as confecções dos artefatos, brincam e socializam-se com outras crianças ali presentes. É nesse cotidiano híbrido que inicia o primeiro contato dessa geração com os saberes-fazeres artesanais. A observância, mesmo de forma despretensiosa, dos trabalhos ali realizados pelas mães, tias e avós, é um potencial motivo para despontar o interesse pelo artesanato.

Todavia, há um tensionamento entre continuar ou não a tradição artesanal pela nova geração. Um estudo realizado por Souza *et al.* (2020) sobre os gatilhos que provocam o desengajamento do trabalho artesão, foram identificados: a dificuldade de transmissão geracional; o declínio do valor simbólico no que toca ao seu reconhecimento; a deficiência nos incentivos do poder público; e a instabilidade financeira por conta da informalidade significativa encontrada no setor artesanal, o que enseja no anseio em explorar outras profissões.

Em contraponto, as demais entrevistadas apresentam respostas afirmativas quanto a continuidade do artesanato sob essa dimensão familiar.

*Sim, gostaria que elas continuassem. (Entrevistada 3, idade 57 anos). (Informação verbal).*

*Sim... porque eu acho que é um trabalho prazeroso, eu gosto. **É um trabalho como qualquer outro** (Entrevistada 4, idade 30 anos). (Grifo nosso, informação verbal).*

*Acho que sim... porque também **como se fosse pra distrair** ela própria e pra dar continuidade (Entrevistada 5, idade 32 anos). (Grifo nosso, informação verbal).*

*O artesanato é bom, mas aí deixo por conta delas (Entrevista 6, idade 31 anos). (Informação verbal).*

Atentando às minuciosidades das falas acima, a Entrevistada 4, ao assimilar o artesanato a “*um trabalho como qualquer outro*”, tenta desmistificar a concepção preconceituosa que lhe fora atribuída ao longo do tempo. Sobre isso, Borges (2019, p. 221) comenta que as peculiaridades encontradas no trabalho artesanal, tais como a manualidade, pressupõem, historicamente, uma atribuição de inferioridade às coisas feitas à mão, visto como “coisa de escravo”, e de preferência que não pensem – não pensem bobagens, que “peguem no pesado”.

Nesse mesmo sentido, Silva (2012) discorre sobre uma dupla exclusão consentida ao trabalho artesanal, que alude a uma atividade que não se adequou a produção industrial em massa e, por ser historicamente desprezado e atribuído exclusivamente às mulheres, usado como meio de mantê-las ao espaço doméstico.

#### 4.2.2 Matéria-bruta e matéria-prima na produção artesanal

Quanto a matéria que se aplica ao trabalho artesanal, isto é, o objeto de trabalho, foram identificados dois tipos: matéria bruta e matéria prima, conforme figuras 3, 4, 5 e 6 (HARNECKER, 1980; MARX, 2013).

A matéria bruta, identificada no processo de produção artesanal em estudo, consiste no “olho” do buriti, também conhecido comumente como “broto”, o qual é fornecido pela natureza, encontrado na palmeira do buriti em seu estado ainda originário (MARX, 2013, p. 2012).

Já as matérias primas identificadas no processo de produção artesanal em estudo, “[...] decorrentes de modificações de processos anteriores interpostos pela ação humana, mas não transformada em produto” (MARX, 2013, p. 2012), consistem nas seguintes:

- 1) Fibra do buriti, que após o processo de extração é materializada em “linho” e “borra”, corresponde à matéria prima principal utilizada na confecção dos produtos desenvolvidos pelas artesãs;

*“A borra é mais grossa, o linho que a gente chama, no caso você não vai chamar de fibra, a gente chama borra e linho, a borra é mais grossa, o linho é mais delicado, a gente utiliza o linho geralmente para acabamento, nos trabalho assim é só borra, até porque a diferença de preço de um pro outro é muito grande, o linho ta 70 reais o quilo, a borra é 10” (Entrevistada 5, idade 32 anos). (Informação verbal).*

- 2) Madeira compensada aplicada na confecção das peças;  
 3) Tecidos, linhas e zíperes, utilizados para acabamento das peças artesanais;  
 4) Anilina, corante utilizado para tingimento da borra.

**Figura 3** - Matéria Bruta - olho do buriti.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

**Figura 4** - Matéria Bruta - separação das folhas do broto.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

**Figura 5** - Matéria Prima - fibra do buriti.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

**Figura 6** - Matéria Prima – anilina.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

**Figura 7 - Matéria prima-borra após coloração.**



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

### 1. *Extração do “olho” da palmeira do buriti*

Identificada como a primeira etapa realizada no processo de produção artesanal estudado, a extração do “olho” do buriti, ou “broto”, consiste na obtenção da folha mais jovem da palmeira. Para a realização dessa atividade, são destacados alguns cuidados:

*No caso, se ele tirar de uma palmeira, tirou agora o olho, aí por exemplo, o próximo olho que sair não pode tirar daquela palmeira, deixa abrir tudinho, aí só o próximo. É um sim outro não, porque se não a palmeira morre, entendeu? Tem que ter esse cuidado! (Entrevistada 5, idade 32 anos) (Informação verbal).*

Sampaio (2011, p. 44-50) adverte que o “[...] buriti pode produzir até cinco olhos (ou folhas novas) em um ano, mas a maioria produz três olhos por ano, ou seja, demora cerca de quatro meses para um buriti produzir um olho”, logo, é “[...] preciso tomar alguns cuidados para garantir que sempre tenha matéria-prima suficientes nos brejos, principalmente para aqueles que colhem em grande quantidade”.

Em conformidade a essas condições de sustentabilidade, Freitas (2017, p. 63) dialoga que esse aspecto promove a estabilidade da atividade, o artesanato, por um longo período, isto significa que devem “[...] poupar e preservar para que as gerações futuras possam dar continuidade às ações iniciadas pelas gerações atuais”.

Como foi verificado, a atenção dada à extração busca garantir a sustentabilidade dessa importante fonte de matéria prima, a fibra do buriti, e também a continuidade da produção da associação, balizada sob os princípios e valores do setor artesanal.

A extração do “olho” é realizada somente por homens, demandada por outro grupo de artesãs pertencentes a Associação Rio Grande, localizada próximo a comunidade Vila Primavera, responsável pela venda da fibra para a Associação Mulheres de Fibra.

Essa atividade, obtenção do olho do buriti, é considerada de maior risco, pois implica subir na palmeira, que pode atingir até 40m de altura, com o auxílio da peia e um facão. O próprio local onde é realizado esse manejo, conhecido comumente como brejo, situado próximo à associação que fornece a matéria prima, apresenta particularidades que acentuam a sua periculosidade, pois é uma região bastante alagada, com grande concentração de Palmeira de Buriti, de difícil acesso e com presença de animais peçonhentos, como explicam as artesãs.

Notou-se que essa atividade é a única etapa do processo do trabalho artesanal em que não há a participação de mulheres, já que o artesanato em fibra de buriti aborda a predominância do público feminino. Tal observação é também corroborada por Sousa e Perpétuo (2016, p. 4318), ao destacarem que a cadeia produtiva do artesanato feito a partir dessa matéria prima “[...] tem papéis bastante demarcados, sendo a coleta feita predominantemente por homens e o beneficiamento e confecção das peças realizado por mão-de-obra predominantemente feminina”.

Repousa nessa observação, uma nítida divisão sexual do trabalho artesanal, na qual é possível identificar um dos princípios organizadores apontados nos estudos de Hirata e Kergoat (2007), o princípio de separação, que apresentam essa divisão por meio da justificativa que existem os trabalhos de homem e os de mulher.

Em observância ao objeto desta pesquisa, às mulheres são designadas as atividades que demandam maiores habilidades manuais, conforme será visto nas etapas do processo a seguir. Essa alocação e identificação das atividades manuais, exclusivamente às mulheres, é discutida também por Saffioti (1982, p. 116-117) no que diz respeito à marginalização do trabalho feminino, iniciada pela iminência da grande indústria e fortalecimento do capitalismo, no qual “[...] a mulher é portadora de maior habilidade manual para o desempenho de tarefas minuciosas”.

## *2. Extração e Tratamento da fibra do buriti*

Nesta etapa, inicia-se a participação direta das artesãs no processo de trabalho artesanal. Ressalta-se que essa atividade é executada pelas artesãs da Associação do Rio Grande, pois detém a obtenção direta da matéria prima, a fibra do buriti, justificada pelas vantagens geográficas e logísticas em adquiri-la.

Após a obtenção do olho do buriti, é iniciada a separação das folhas do broto, a retirada da fibra com o auxílio de uma pequena faca e, posteriormente, é realizado o cozimento da fibra, com tempo médio de 10 a 20 minutos, seguido da secagem, variando de 3

a 4 horas em épocas ensolaradas. A realização desse procedimento concede as condições físicas e químicas necessárias à fibra para produção das peças.

Feito esse procedimento, a fibra do buriti, separada em linho e broto, é vendida à associação Mulheres de Fibra:

*Já vem tudo separado de lá, borra e linho, porque na hora que faz a extração do olho do buriti, na hora que elas utilizam a faca que puxa, aquele fio é o linho, a da palha, no caso a borra é a palha em si, elas que tiram lá também, já vem tudo tirado (Entrevistada 5, idade 32 anos) (Informação verbal).*

### 3. Tingimento da fibra do buriti

Após a obtenção da fibra, tratada em borra e linho, as artesãs da associação em estudo realizam o procedimento de coloração desses materiais. Sobre essa etapa do processo, as participantes relatam:

*Assim, a gente faz o fogo, coloca a panela lá e coloca pra ferver, quando ferve coloca a anilina dentro, espera ferver de novo, quando ela pega fervura a gente coloca a fibra, aí vai tingir a cor que a gente colocou a anilina lá, aí espera uns 5 minutinho, tira, lava e bota pra secar (Entrevistada 5, idade 32 anos) (Informação verbal).*

As artesãs comentam ainda que, antigamente, para o tingimento da fibra eram utilizadas sementes e cascas, o que remetia a uma coloração totalmente natural; atualmente usam somente a anilina, denominando essa atividade de tingimento artificial. A justificativa para essa mudança encontra-se exposta na seguinte fala: “*antigamente, aqui ao redor tudo era plantado, tinha muito pé de mangueira, caju, a gente utilizava, agora não tem, a onde tem assim é terreno e as pessoas não deixam entendeu? Agora é só anilina mesmo*” (Entrevistada 5, 32 anos idade) (Informação verbal).

Nota-se que as particularidades desse procedimento, no que toca a transformação da fibra para atingir a coloração desejada para o produto final, encontram-se consoantes com as normativas encontradas no cap. IV, art. 9 que caracterizam o trabalho artesanal como toda produção resultante da transformação da matéria prima, seja em seu estado natural ou manufaturado, por meio do emprego de técnicas de produção artesanal, que expressem criatividade, habilidade e qualidade.



#### 4.2.3 Meios de trabalho na produção artesanal

No processo de trabalho artesanal em análise, identificou-se, no elemento da produção, um aspecto denominado por Marx (2013) de meios de trabalho ou instrumental de trabalho, vistos nas figuras 8, 9, 10, 11 e 12 seguir:

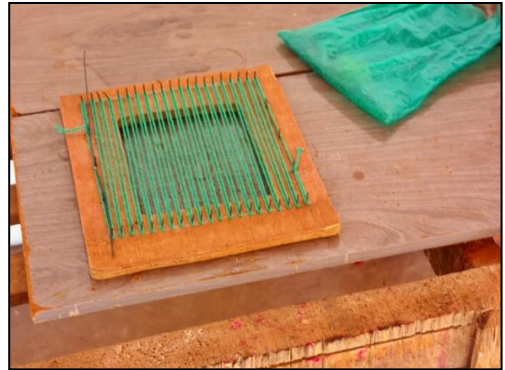
- 1) Peia, espécie de laço confeccionado com as folhas adultas do buriti, é entrelaçado nos pés e mãos do extrativista, garantindo melhor aderência ao tronco da palmeira no ato da subida (CANTANNI, 2016);
- 2) Facão, utilizado pelo extrativista para coleta do “olho”: faca pequena usada pela artesã para o processo de extração da fibra;
- 3) Tesoura, agulha, régua e compasso;
- 4) Panela, utensílio de ferro usado para cozinhar e tingir a fibra;
- 5) Tear de prego, desenvolvido pelas próprias artesãs e utilizado para realização da técnica artesanal o “vezinho”;
- 6) Maquinários (serra tico-tico, furadeira com serra-copo acoplado, micro retífica) utilizados para realização de corte e perfuração das peças

**Figura 8** - Panela onde é manuseada fibra para tingimento.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

**Figura 9** - Tear de prego.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

**Figura 10** - Serra tico-tico.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

**Figura 11** – A Micro Retífica.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

**Figura 12** - Furadeira com serra-copo acoplado.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

Pode-se inferir que os meios de trabalho identificados consistem em um complexo de instrumentos que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho, e lhe servem para dirigir sua atividade sobre esse objeto (MARX, 2013). Entende-se também que esses meios são classificados em seu sentido estrito, concernente a sua funcionalidade intermediária e diretiva entre o trabalhador e objeto (HARNECKER, 1980).

Outra questão a pontuar na análise desse elemento refere-se a sua apropriação e uso. Conforme relatado pelas participantes e as observações em campo, os instrumentos utilizados desde o tingimento da fibra até a confecção final das peças são pertencentes a todos os membros da associação e utilizados de forma compartilhada.

As peculiaridades apresentadas na dinâmica das artesãs com os meios de trabalho estudados distinguem, categoricamente, o modo de produção em que estão inseridas, demarcando nítidas dissonâncias com o modo de produção capitalista, já que nesse último as máquinas revelam-se como principal meio de trabalho, promovendo uma atividade essencialmente mecanizada e destituída de criatividade e autonomia.

Sob questionamento de Sennet (2009, p. 97), “[...] seria ela [a máquina] uma ferramenta amistosa ou inimigo substituindo o trabalho de mão humana?”, a atenção à produção artesanal perdura, pois, as evoluções técnicas e produtivas são inevitáveis nesse processo. Em atento ao objeto de estudo desta pesquisa, essas evoluções são vistas pela adoção de maquinários para a realização de determinadas atividades, no entanto, revelam-se como ferramentas amistosas, pois não comprometem a essência que o artesanato carrega.

Na certeza de que os meios de trabalho utilizados no processo de produção artesanal podem ser sempre substituídos e inovados, vale o cuidado apontado por Freitas (2017, p. 42) “[...] em mostrar para os artesões que alguns destes novos recursos podem comprometer o

acabamento final e originalidade das peças”.

#### 4.2.4 O produto na produção artesanal

Ainda em análise do processo de trabalho, tratou-se em observar como este processo vai se constituindo até a consecução do seu produto final, a saber:

##### *1) Confeção dos Produtos*

Com o tingimento concluído, as artesãs iniciam a confecção dos seus artefatos. A depender do modelo definido, aplicam diferentes técnicas artesanais, a citar, “vezinho”, macramê, trançados, representados na figura 13. Em suma, essas técnicas abordam um trabalho manual, com preponderância do uso das mãos que, por meio de movimentos repetitivos, tecem a fibra, contando apenas com uso de instrumentos auxiliares.

**Figura 13** - Artesã aplicando a técnica do trançado.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

A manualidade na confecção do artesanato desenvolvido pelas participantes implica, diretamente, na valorização dos produtos artesanais no mercado. Desse modo, ao serem questionadas se os clientes reclamavam quanto aos preços das peças confeccionadas, as artesãs afirmam:

*Aqui em São Luís, sim! Pra fora não, têm muitos que acham é barato, entendeu? Aí a gente explica né, porque **tudo é feito manual**, os maquinários são só para isso aqui [cortes, perfuração], o restante é tudo tecido manual (Entrevistada 2, 32 anos) (Grifo nosso, informação verbal).*

A manualidade que as artesãs enaltecem em seu trabalho, visto na fala acima, concebe aos seus produtos um valor agregado, em especial o valor de estima. Freitas (2017)

informa que esse valor se realiza em função de diversos outros valores que formam o contexto produto do artesanato, a citar, manifestação cultural, a matéria prima típica de determinada região, a tradição e a habilidade técnica dos artesãos.

Constatou-se ainda que, na confecção de produtos como bolsas e porta-moedas, conforme figuras 14 e 15, é possível a atuação de uma só artesã; entretanto, em peças como estojos, porta-copos e descansos de panelas, que exigem atividades de corte para o uso de compensado nessas peças, as participantes explicam que nem todas realizam essa operação, somente três artesãs que se encontram ainda na associação possuem qualificação específica para o manuseio dos maquinários, promovida ainda na formação da associação por meio das parcerias estabelecidas.

**Figura 14** – Produtos - bolsa, estojos, porta moedas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

**Figura 15** - Produto - porta copo.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

Sobre a criação das peças, as participantes relatam a participação de designers, porém afirmam que também criam seus próprios modelos. A atuação desses profissionais resulta em densas discussões sobre as possíveis interferências no processo de produção artesanal e, conseqüentemente, em todo o modo como o trabalhador artesão percebe e sente seu trabalho.

A aproximação do design com o artesanato pode ser feita por meio de parcerias, como a realização de consultorias, por exemplo. Entretanto deve considerar, em sua atuação, todo o contexto que o artesão vive, compreendendo o modo de produção que esse trabalhador realiza. Portanto, nota-se um desafio em “[...] promover o aumento da produção, e ao mesmo, preservar as peculiaridades do processo, é juntar tradição e modernidade, descobrindo novos usos, compartilhando ideias e experimentado fazer” (FREITAS, 2017, p. 64).

Todavia, se não existe esse encontro entre a tradição e a modernidade na dinâmica do processo de trabalho artesanal, há sérias ameaças, principalmente no que concerne ao saber e

ao fazer artesanal, que compete na “[...] relação interna entre o artesão e a coisa que ele faz, desde a imagem que primeira forma dela até sua conclusão”. Contudo, mesmo “[...] se o produtor não possuir legalmente o produto, deve possuí-lo psicologicamente, no sentido de saber do que ele é feito, no que diz respeito a habilidade, suor e materiais” (MILL, 2009, p. 59).

### 4.3 As Cargas de Trabalho e Desgastes no Processo de Trabalho Artesanal em Fibra de Buriti

A conformação concreta do processo de trabalho é vista como um dos elementos principais para entender os determinantes da saúde do trabalhador. “À medida que se sabe que tipo de processo de trabalho está presente num centro de trabalho, pode-se prever quais são as cargas e os traços gerais do padrão de desgaste” (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 118).

Com base nisso, após a análise de todo o processo de trabalho das artesãs foi possível identificar diferentes cargas de trabalho e desgastes presentes nessa relação trabalho artesanal e saúde-doença, conforme quadro 4 a seguir.

**Quadro 4 - Mapeamento de cargas de trabalho na produção artesanal.**

<b>Materialidade Externa</b>	
<b>Cargas</b>	<b>Tipologia</b>
Físicas	Calor
Químicas	Fumaça
<b>Materialidade Interna</b>	
<b>Cargas</b>	<b>Sintomas</b>
Fisiológicas	Dor nas costas e inchaço nos pés
Psíquicas	Angústias referentes aos prazos de entrega do produto

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Durante a pesquisa, notou-se que a postura sentada, observada na figura 16, é a mais adotada por essas artesãs em toda sua jornada de trabalho. Foi comum também a escuta de queixas de desconforto e/ ou dor (inchaços nos pés, dores de coluna) que podem estar associadas a permanência prolongada nessa postura.

Notou-se também que o mobiliário, na figura 17, em particular as cadeiras onde as artesãs permanecem sentadas a maior parte do tempo confeccionando os artefatos, aparenta ser um fator agravante para manutenção dos desconfortos identificados, pois não há regulação e dimensão adequadas: as cadeiras não são acolchoadas, tampouco possuem encosto, o que

não favorece uma boa postura durante a execução do trabalho.

**Figura 16** - Artesã sentada confeccionando as peças.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

**Figura 17** - Mobiliário (cadeira).



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

Outra particularidade notada no processo de trabalho das artesãs refere-se à aplicação das técnicas artesanais, cuja manualidade – fator preponderante no artesanato – enseja na realização de movimentos repetitivos e exaustivos com mãos, punhos, braços e ombros.

As exigências das atividades descritas acima, em comparação com a capacidade biológica das artesãs, evidenciam a presença de carga do tipo fisiológica. Conforme visto, as participantes realizam essas mesmas atividades há mais de 10 anos, o que acentua a materialização dessa carga e promove o desgaste no corpo ao longo desse tempo.

Cunha e Vieira (2009), ao investigarem um grupo de artesãs, notaram que a postura

curvada sobre o bordado, sem encosto, durante muitas horas, além da execução de movimentos repetidos e rápidos com as mãos foram fatores determinantes para os problemas de saúde relatados, especialmente dores na coluna.

Matos e Carvalho (2012), em pesquisa realizada em artesãs maranhenses, afirmam que a dinâmica desse ofício dispõe um longo tempo na posição sentada, ensejando em movimentos de sobrecarga para a coluna vertebral, excesso de movimentação de membros superiores, por um lado, e estático, por outro, além de demanda visual necessária para precisão das atividades, o que provoca diversas doenças ocupacionais.

Já nas investigações de Oliveira *et al.* (2019), a maioria dos artesãos pesquisados apresentaram acometimentos das regiões corporais por LER/DORT, associação direta com perfil ergonômico da forma do trabalho do indivíduo. Salienta-se que LER/DORT são as doenças que mais afetam os trabalhadores brasileiros, conforme dados do próprio Ministério da Saúde (MACIEL, 2019).

Além das cargas fisiológicas identificadas, destacam-se aquelas do tipo física e química, perceptivelmente encontradas na etapa do processo de tingimento da fibra pelas artesãs. A matéria prima, ao ser colocada ao fogo para atingir a coloração desejada, promove a exposição dessas trabalhadoras a temperaturas altas e a elementos químicos, como a fumaça. Laurell e Noriega (1989) afirmam que a interação com essas cargas assume uma materialidade externa ao corpo do trabalhador.

Infere-se, também, que tais ônus estão diretamente relacionados com as características das condições físicas do ambiente laboral (ruído, calor, poeira, vibrações, gases, radiações, ventilação, luminosidade no local de trabalho) que podem favorecer ou limitar o processo de saúde das artesãs (FRUTUOSO; CRUZ, 2005).

Em campo, foi possível a identificação de relatos recorrentes das participantes sobre a falta de circulação de ar natural nas instalações internas da associação: *“Aqui é bem quente, mas a gente tá acostumada, na varanda é mais ventilado, os trabalhos são pela manhã e tarde”* (Entrevistada 5, 32 anos) (Informação verbal). Também foi observado que a iluminação do ambiente interno é de baixa intensidade, o que exige um esforço maior da visão. Percebeu-se um movimento diário das artesãs em busca de conforto para realização dos seus trabalhos, ao se deslocarem para varanda, principalmente nos períodos mais quentes.

Uma questão também discutida reside na organização do trabalho artesanal, em que aspectos como jornada de trabalho, ritmos de produção e divisão do trabalho foram observados em detrimento da saúde-doença das artesãs.

Com relação a jornada de trabalho, verificou-se que há um período acordado entre as

associadas: “*Geralmente, a gente só trabalha a tarde, só umas 3 horas*” (Entrevistada 1, idade 38 anos) (Informação verbal). A percepção do tempo dedicado ao artesanato é um aspecto significativo na vida das artesãs, pois notou-se uma satisfação em poder realizar um trabalho que, em suma, não ocupa todas as horas do dia e permite a conciliação com outras atividades consideradas importantes por essas trabalhadoras.

Freitas (2017, p. 39) aponta a importância dessa capacidade e autonomia do artesão de regular o seu próprio tempo de trabalho, pois permite compartilhá-lo com outras tarefas junto à sua família e à sua comunidade, indispensáveis para sua formação, para sua percepção e para a linguagem de expressão refletidas no seu produto. A autora ainda enfatiza que tais particularidades distinguem esse modo de produção do processo produtivo em série.

Entretanto, essa jornada de trabalho pode ser alterada em virtude do aumento das demandas da associação, principalmente entre os meses de junho a dezembro, período das feiras artesanais:

*Quando a gente tem encomenda é o dia todo, nós ficamos aqui, faz almoço... quando a gente não tem encomenda a gente vem de 1 hora à 4 da tarde* (Entrevistada 3, idade 57 anos) (Grifo nosso, informação verbal).

*Depende de como tá a nossas vendas, se tiver bem movimentada a gente chegar aqui 8 horas e sai 5 horas da tarde* (Entrevistada 4, idade 30 anos) (Grifo nosso, informação verbal).

*Mais só pra parte da tarde, a gente vem pela parte da manhã, mais quando a gente ta **mais aperreada*** (Entrevistada 5, idade 32 anos) (Grifo nosso, informação verbal).

*Nós vem de **manhã**, a **tarde** e aí é assim* (Entrevistada 2, idade 55 anos) (Grifo nosso, informação verbal).

*Dependendo do trabalho até 6 horas por dia* (Entrevistada 6, idade 31 anos) (Informação verbal).

O retrato dessa dinâmica provoca discussões quanto as implicações que podem ser geradas na saúde dessas trabalhadoras, reveladas no seguinte depoimento: “*A gente nunca deixou de cumprir os **prazos**, mas assim dá aquela **aflição**, o prazo vai chegando e **não tá tudo pronto***” (Entrevistada 4, idade 30 anos)” (Grifo nosso, informação verbal). Na situação relatada, bem como nos anteriores, é possível perceber a presença de cargas do tipo psíquicas (sobrecargas psíquicas) nesse processo de trabalho (LAURELL; NORIEGA, 1989).

O aumento dessas demandas eleva também a intensidade e os ritmos do nível de produção das artesãs, sob a intenção de aproveitar as oportunidades das encomendas e



sustentabilidade do trabalho. Contudo, nesse cenário, há uma potencialização dos processos biopsíquicos humanos dessas trabalhadoras.

Nas investigações realizadas por Noronha (2011, p. 96), a pesquisadora aponta que “[...] quando a produção aumenta e o tempo de execução diminui, os corpos das artesãs padecem”. Nessa mesma direção, Freitas (2017, p. 39) alerta também quanto a esse aumento do volume de produção nos sistemas produtivos artesanais, os quais precisam ser revistos em função não só do atendimento às oportunidades de mercado, mas também em razão do bem-estar do artesão.

Indiscutivelmente, as artesãs precisam atender uma demanda mercadológica na pretensão de manter sua produção sustentável. No entanto, os desdobramentos aferidos na dinâmica de seu processo merecem atenção. Sobre esses aspectos, Herman (2017) e Freitas (2017) comungam, ao afirmarem que artesanato, ao tentar responder aos anseios do mercado, simultaneamente se direciona para uma dimensão conturbada e confusa, resultando em um sistema precário, de intensificação e prejuízo na qualidade final do produto e, principalmente, nas condições de trabalho dos artesãos.

Pode-se compreender também que as cargas psíquicas identificadas resultam de condições externas ao processo de trabalho artesanal, as quais impõem adaptações e, conseqüentemente, desgastes no corpo das artesãs.

A atuação das cargas psíquicas está condicionada, ainda, à maneira como a divisão do trabalho está disposta. A divisão do trabalho das artesãs, de forma geral, apresenta o autogerenciamento, visto que as decisões da associação são tomadas e compartilhadas entre todas as associadas. A divisão das tarefas toma por base a habilidade que cada artesã detém, isto é, nos saberes e práticas tradicionais apreendidas. Desse modo, algumas ficam responsáveis pelas atividades de corte, outras pelos acabamentos da peça etc.

A percepção das artesãs, em relação a forma de organização desse trabalho, é satisfatória, podendo ser justificada pela autonomia que desempenham em suas atividades. Tal constatação está em consonância com Laurell e Noriega (1989, p. 114) quando explicam que “[...] se pode suportar altos ritmos de trabalho sem maiores problemas enquanto a tarefa permite a tomada de decisões, mas quando pelo contrário, ela está esvaziada de um conteúdo significativo, tornam-se estressantes”.

## 4.4 Qualidade de Vida e o Trabalho Artesanal

### 4.4.1 Domínio físico

Para análise do domínio físico da qualidade de vida das artesãs investigadas, foram consideradas suas percepções sobre suas condições físicas (SEIDL; ZANON, 2004, p. 584). Em busca dessas respostas, foram abordados os seguintes aspectos: dor/ desconforto físico, sono/repouso; medicamento, tratamento e serviços médicos; avaliação da qualidade de vida e da saúde. Ressalta-se que, para a análise desse domínio, procedeu-se a interrelação dos aspectos citados, conforme nas tabelas apresentadas a seguir.

**Tabela 6** - Relação entre a Avaliação da saúde e Dor/Desconforto físico na realização do trabalho artesanal.

Dor ou desconforto físico na realização do trabalho	Avaliação da Saúde		Total
	Bom	Regular	
Sim	42,9%	14,3%	57,1%
Não	14,3%	28,6%	42,9%
Total	57,1%	42,9%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Com base nos aspectos avaliação da saúde e dor/ desconforto físico, verificou-se que 57,1% das artesãs sentem algum tipo de dor ou desconforto físico durante a execução do seu trabalho. Segundo relatos em campo, as maiores incidências dessas dores são de natureza osteomuscular, advindas da dinâmica do próprio processo do trabalho artesanal, a citar: movimentos repetitivos, emprego da força manual e apresentação de posturas inadequadas ao longo da jornada de trabalho.

Frente ao evidenciado, a pesquisa ainda aponta que 57,1% das artesãs declararam *bom* para avaliação da sua saúde. Deste percentual, 42,9 % apresentam algum tipo de dor ou desconforto físico, o que revela ser um resultado expressivo em comparação ao percentual 14,3% que anuncia a ausência dessas ocorrências.

Paschoal (2000) comenta que a avaliação da saúde era limitada a parâmetros objetivos (morbidade e mortalidade), entretanto passa abordar a percepção do indivíduo acerca da sua própria condição, no tocante ao seu bem-estar e à sua qualidade de vida. Em observância a discussão do autor e aos resultados aqui apresentados, infere-se que, apesar das consequências negativas à saúde das artesãs, a sua percepção sobre esse aspecto é majoritariamente positiva.

**Tabela 7 -** Relação entre a Medicação/ Tratamento Médico e o Acesso aos serviços médicos.

Medicação/Tratamento Médico	Acesso aos serviços médicos		Total
	Bom	Regular	
Sim	28,6%	28,6%	57,2%
Não	14,3%	28,6%	42,9%
Total	42,9%	57,1%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Em relação a tabela 7, verificou-se que 57,2% das artesãs afirmaram fazer uso de algum tipo de medicação ou tratamento médico. Conforme os relatos das respondentes, as medicações ou tratamentos apresentados variam entre problemas de hipertensão, gástricos, dermatológicos, epiléticos e diabetes.

Ao serem questionadas quanto a avaliação dos serviços médicos utilizados, 57,1 % classificaram como regular, revelando ser um percentual significativo e a urgência de uma maior atenção para esse fator que viabiliza ou não a saúde dessas trabalhadoras.

Almeida, Gutierrez e Marques (2012) discutem que o acesso à saúde consiste como um dos elementos quantificáveis e concretos que pautam, materialmente e universalmente, a Qualidade de Vida. Sobre essa mesma temática, resgata-se as colocações de Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 11-12) destacando a importância em conhecer “[...] como as pessoas percebem o valor dos componentes materiais reconhecidos como base social da qualidade de vida”.

Assim, observou-se que as apreensões das artesãs, em relação ao acesso aos serviços médicos disponibilizados, caracterizam-se como insatisfatórios. Conhecer a percepção acerca desse elemento permite desenhar possíveis intervenções que buscam melhorar a qualidade de vida desse público de trabalhadoras.

**Tabela 8 -** Relação entre Qualidade de Vida e Dor ou Desconforto físico na realização do trabalho artesanal.

Avaliação da Qualidade de Vida	Dor ou desconforto físico na realização do trabalho		Total
	Sim	Não	
Bom	57,1%	28,6%	85,7%
Regular	0%	14,3%	14,3%
Total	57,1%	42,9%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Na relação entre a avaliação da qualidade de vida e dor/desconforto físico constatou-

se que 85,7 % das artesãs consideram *boa* sua qualidade de vida, apesar de apresentar um percentual considerável de 57,1% em relação a presença de algum tipo de dor/ desconforto físico durante a realização dos seus trabalhos.

A incidência desses valores revelou a importância da percepção subjetiva da qualidade de vida das artesãs investigadas. Desse modo, Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p. 18), ao compreenderem percepção subjetiva na forma como cada indivíduo avalia sua qualidade de vida, afirmam que o “[...] interesse para a vida de cada um é buscar uma boa qualidade de vida frente as suas possibilidades individuais de ação”.

Em entendimento aos autores supracitados e em paralelo aos dados apresentados, percebeu-se, mesmo diante das impossibilidades individuais de cada artesã em relação às suas limitações físicas, a presença positiva da qualidade de vida no cotidiano da maioria dessas trabalhadoras.

**Tabela 9** - Relação entre Qualidade de Vida e Tempo para Dormir/Repousar.

Avaliação da Qualidade de Vida	Tempo para dormir ou repousar		Total
	Bom	Regular	
Bom	85,7%	0%	85,7%
Regular	0%	14,3%	14,3%
Total	85,7%	14,3%	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Os dados da tabela 9 expõem que, preponderantemente, 85,7 % das artesãs investigadas consideram *bom* o tempo para dormir ou repousar diariamente, o que pode ser reflexo de um tempo adequado para descanso. Ainda em observação aos dados apresentados na tabela acima, verificou-se que 85,7% das artesãs avaliaram como *bom* sua Qualidade de Vida. Tal resultado pressupõe disposições favoráveis das artesãs para a realização do seu trabalho, bem como uma qualidade de vida satisfatória.

Essas observações estão em consonância com os estudos de Muller e Guimarães (2007, p. 525), ao reportarem que “[...] a qualidade do sono e a qualidade de vida estão intimamente relacionados”. Como consequências de quaisquer modificações negativas nesse tempo para dormir, os autores destacam alterações: de ordem biológicas (cansaço, fadiga, falhas de memória, dificuldade de atenção e concentração, hipersensibilidade, taquicardia e alteração de humor); de ordem funcionais (absenteísmo no trabalho, aumento de riscos de acidentes, problemas de relacionamento); e de ordem extensivas (perda do emprego, sequelas de acidentes, rompimentos de relações, surgimento e agravamento de problemas de saúde).

**Tabela 10 - Relação entre a Qualidade de Vida e Saúde.**

Qualidade de Vida	Saúde		Total
	Bom	Regular	
Bom	57,1%	28,6%	85,7%
Regular	0%	14,3%	14,3%
Total	57,1%	42,9%	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Constatou-se que a maioria das participantes percebem como *bom* sua qualidade de vida e também sua saúde, representadas respectivamente pelos percentuais de 85,7%, e 57,1%. Destaca-se, também, que as artesãs, mesmo diante de insatisfações quanto a sua saúde, apresentadas por meio do percentual de 28,6 %, confirmam ter uma boa qualidade de vida.

A relação entre qualidade de vida e saúde na realidade pesquisada permitiu ainda observar que o entendimento desses conceitos aparecer como sinônimos, a partir das representações individuais dessas participantes, aspecto evidenciado nos seguintes relatos:

*Acho que qualidade de vida é **saúde** né, a gente viver bem” (Entrevistada 2, idade,55 anos) (Grifo nosso, informação verbal).*

*“Qualidade de vida pra mim é tá bem, ter **saúde**, é ter uma vida boa, é isso” (Entrevista 4, idade 30 anos) (Grifo nosso, informação verbal).*

Nessa constatação, pode-se entender então que “[...] nem todos os aspectos da vida humana são necessariamente uma questão médica ou sanitária” (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p. 16). Ou seja, a qualidade de vida em saúde, aqui pensada, ultrapassa a sua forma mais focalizada que coloca a capacidade de viver sem doenças ou de superar as dificuldades das condições de morbidade como centralidade para o indivíduo que busca uma qualidade de vida.

A própria compreensão de saúde para essas trabalhadoras perpassa a questão subjetiva, expressando a valorização da dimensão pessoal na avaliação desse conceito. Tal entendimento é abordado também pela Organização Mundial de Saúde, ao referenciar que a saúde é um estado completo de bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de enfermidade, compreensão bastante adotada em grande parte dos estudos sobre a temática, porém alvo de significativas críticas.

Silva, Schraiber e Mota (2019, p. 19), em uma pesquisa sobre o conceito de saúde, afirmam que o estudo “[...] das percepções sobre a saúde pode fornecer um material

importante para descrever as condições de vidas as mesmas, dando voz aos sujeitos”. Entretanto, os autores questionam a aceitação naturalizada dessa percepção pelas pessoas, pois fundamenta-se na ideia que isso limita o entendimento do que é saúde na e para sociedade em que essas mesmas pessoas estão inseridas.

#### 4.4.2 Domínio psicológico

Na certeza que o ser humano é um complexo dotado de aspectos físicos e processos afetivos, emocionais e de raciocínios, valores e socioeconômicos, culturais e crenças, segundo explica Limongi-França (2015), percebeu-se a importância em analisar o diálogo entre o domínio psicológico e a qualidade de vida dos sujeitos investigados neste estudo.

Assim, para este domínio, enfatizou-se a percepção do indivíduo sobre sua condição afetiva e cognitiva (SEIDL; ZANON, 2004). Desse modo, foram analisadas as seguintes variáveis: sentimentos positivos, sentimentos negativos, memória e concentração e, religião ou crença.

**Tabela 11** - Relação entre a Avaliação da capacidade de memória ou concentração e Sentimentos positivos

Avaliação da capacidade de memória ou concentração	Sentimentos positivos	
	Sim	Total
Bom	57,1%	57,1%
Regular	42,9%	42,9%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A partir da verificação da tabela acima, 100 % das participantes apresentam em seu cotidiano sentimentos positivos, como alegria, prazer, felicidade, esperança dentre outros, conforme coletados em campo. Ainda sobre a totalidade deste percentual, 57,1% das artesãs avaliam *bom* sua capacidade de memória ou concentração.

Calvetti, Muller e Nunes (2007) comentam que as experiências de sentimentos positivos contribuem para promoção e prevenção em saúde, enfretamento de doenças, bem como a melhoria da qualidade de vida. Scardoelli e Waidman (2011), em estudo realizado com mulheres artesãs, constatou que a prática do trabalho artesanal permite usufruir de momentos de expressão de criatividade, de gozo, de ocupação de espaço e tempos, de distrair, de rir, correspondentes a momentos de cuidado de si, na busca por uma melhor qualidade de

vida.

Em comentários à capacidade de memória ou concentração, é necessário pontuar que o trabalho artesanal tem como característica predominante a manualidade, como já visto nesta pesquisa, o que contempla, em sua dinâmica, a preponderância de atividades motoras manuais, exigindo dedicação e concentração em uma única tarefa, principalmente nos acabamentos das peças. Logo, ponderar a relação desse trabalho com a capacidade de concentração e memória das participantes foi indispensável e para tanto, foi levantado o seguinte questionamento: “De que modo a sua capacidade de memória e concentração interfere no seu trabalho?”. Seguem os relatos:

*Ah eu sou péssima em decorar as coisas, mas até agora não atrapalha em meu trabalho (Entrevistada 1, idade 38 anos) (Grifo nosso, informação verbal).*

*Às vezes, a gente esquece né alguma coisa, aí a gente pede ajuda para alguma pessoa, olha fulano eu não tô me lembrando disso aqui como é que é, ou o colega da gente aqui do lado (Entrevistada 2, idade 55 anos) (Grifo nosso, informação verbal).*

*Acho que não, porque aqui é uma terapia mesmo. (Entrevistada 3, idade 57 anos) (Grifo nosso, informação verbal).*

*Se tiver, vai interferir em bastante coisa, porque têm as técnicas que a gente tem, aí gente se tiver problema de memória afeta e muito (Entrevistada 4, idade 30 anos) (Grifo nosso, informação verbal).*

*Acho que não (Entrevistada 5, idade 32 anos) (Grifo nosso, informação verbal).*

*Nossas peças são feitas de acordo com o gosto do cliente, então nós fazemos de tudo para não para que nada possa tá interferindo na hora da confecção (Entrevistada 6, idade 31 anos) (Grifo nosso, informação verbal).*

Nas narrativas acima, nota-se que a capacidade de memória e concentração das artesãs, apesar de apresentar alteridades em relação a minuciosidade do trabalho que desenvolvem, como visto nas expressões em destaque (“ah eu sou péssima em decorar”, “às vezes, acho”, “se tiver”), é percebida em grande parte como boa, corroborando com os dados encontrados na tabela 11. Quando percebidas dificuldades nessa capacidade, as artesãs encontram estratégia para superá-las, como a ajuda do coletivo. Outro ponto a considerar é a importância da concentração e memória no trabalho artesanal, no que se refere às técnicas contempladas na confecção das peças, conforme as Entrevistadas 4 e 6 destacam.

Ressalta-se que as participantes, frente ao questionamento proposto, tiveram

dificuldades em responder, mais pelo sentido da reflexão e não do entendimento, propriamente.

Nesse mesmo âmbito, Corkhill *et al.* (2014), em uma pesquisa com 3.545 artesãos, constatou que a prática do trabalho artesanal permite a esses trabalhadores se sentirem mais felizes e mais confiantes sobre si mesmos, além de apresentarem melhores resultados em suas atividades cognitivas, tais como a memória e concentração.

A partir dessa compreensão, é possível ampliar o entendimento de sentimentos positivos, capacidade de memória e concentração, e qualidade de vida envolvidos na dinâmica do trabalho artesanal. Considerando as particularidades dessa atividade, que envolve aspectos como manualidade, criatividade e concentração, é possível inferir que as participantes deste estudo praticam uma atividade que impacta positivamente sua qualidade de vida.

**Tabela 12 - Relação entre Religião ou Crença e Sentimentos positivos.**

Religião ou Crença	Sentimentos positivos		Total
	Sim		
Sim	100,0%		100,0%
Total	100,0%		100,0%

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Quando questionadas sobre a participação em religião ou crença, verificou-se que todas as artesãs estão inseridas em algum tipo de atividades religiosas, sendo 42,8 % evangélicas e 57,1% católicas.

Os resultados apontaram também uma relação significativa e importante entre a religião/crença e sentimentos positivos presentes na vida das participantes.

Panzini *et al.* (2007, p. 154) alerta que diversos estudos sugerem estreita e positiva relação entre espiritualidade, religiosidade e Qualidade de Vida (QV). Em encontro a isso, em pesquisa realizada por Miranda, Lanna e Felipe (2015), observou-se que quanto maior o bem-estar religioso, maior a qualidade geral de vida.

Nessa mesma direção, uma revisão de literatura realizada por Melo *et al.* (2015) buscou investigar a correlação entre religião, espiritualidade e qualidade de vida. Nos resultados alcançados, os pesquisadores identificaram uma correlação positiva, em que a religiosidade/espiritualidade aparece como uma das estratégias utilizadas para o enfrentamento de doenças físicas, transtornos mentais ou luto, bem como no auxílio para o



*coping*<sup>11</sup>, de conforto e bem estar.

**Tabela 13** - Relação entre Sentimentos negativos e Sentimentos positivos.

Sentimentos negativos	Sentimentos positivos		Total
	Sim		
Sim	57,1%		57,1%
Não	42,9		42,9%
Total	100,0%		100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Os resultados obtidos acima demonstram que as artesãs vivenciam, alternadamente entre “sim” e “não”, sentimentos negativos em seu dia a dia, tais como tristeza e mau humor. Entretanto, observou-se uma constância de sentimentos positivos em seu cotidiano, visto que a totalidade dessas participantes afirma positivamente experimentar tais sentimentos.

Ao serem indagadas sobre a ocorrência de sentimentos negativos em suas vidas, comentaram ser normal a existência de tais sensações, afirmando que todos estão passíveis de experimentarem momentos de tristeza.

Compreendendo a pessoa como um todo, dotado de potencialidades físicas e, principalmente psicológicas, percebe-se que as artesãs investigadas também se encontram sujeitas às questões de uma nova realidade social – aumento da expectativa de vida, maior tempo de vida trabalhando em atividades produtivas, maior consciência do direito à saúde, apelo a novos hábitos e estilos comportamentais, responsabilidade social e compromisso de um desenvolvimento sustentável. Limongi-França (2009) denomina essas questões de exigências de natureza psicossocial, que atingem e modelam, mutuamente, pessoas e instituições de qualquer tipo.

Diante dessa nova realidade social delineada por inquietudes, expectativas, estresse, produtividade exacerbada e crescimento da tecnologia, considera-se a possibilidade de as participantes vivenciarem sentimentos negativos que podem sim existir em momentos de dificuldades que permeiam sua vida dentro e fora do trabalho e, conseqüentemente, afetam negativamente a sua qualidade de vida.

Ainda na tabela 13, os sentimentos positivos revelaram-se como resultados significativos na realidade investigada, podendo ser traduzidos, a partir das percepções dessas trabalhadoras, como sinônimo de qualidade de vida ou também como um fator que influencia

<sup>11</sup> Palavra inglesa que traduz em “lidar-se “ou “adaptar-se”, usada na Psicologia em um modo como a pessoa lida com situações estressantes” (PEREIRA, BRANCO, 2016).

na sua percepção em relação a essa qualidade. Em conformidade a isso, a Entrevistada 5 relata:

*Qualidade de vida pra mim é sempre tá de **bom humor** né, ter motivo de **alegria** né, motivo pra seguir em frente, **acreditar em alguma coisa**, sempre ter um propósito de vida, acreditar em **DEUS** em primeiro lugar e **crer que tudo vai dar certo**, que a gente vai seguir em frente (Entrevistada 5, idade 32 anos) (Grifo nosso, informação verbal).*

Sob uma reflexão ainda mais abrangente, a Entrevistada 7 conduz o seu entendimento da seguinte forma:

*“Qualidade de vida é sempre **procurar algo melhor** né, para que no futuro a gente possa prosseguir mais, ter um **futuro bom**, uma capacidade de aprendizagem melhor, sempre procurando algo de bom” (Entrevistada 7, idade 34 anos) (Grifo nosso, informação verbal).*

Infere-se que a presença de sentimento positivos, como alegria, perspectiva, esperança, otimismo, é um fator que contribui para o alcance de uma vida com qualidade para essas artesãs. Semelhante resultado é apresentado no estudo de Paskulin *et al.* (2010) sobre a percepção da qualidade de vida, na qual se constatou que a qualidade de vida é ter sentimentos positivos, viver bem e ter alegria.

Logo, “[...] é importante observar também que, em todas as sondagens feitas sobre qualidade de vida, valores não materiais, como amor, liberdade, solidariedade e inserção social, realização pessoal e felicidade, compõem sua concepção” (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p. 11).

#### 4.4.3 Domínio das relações sociais

Sob a abordagem multidimensional da qualidade de vida, aplicou-se a análise do domínio social, o qual compreende “[...] a percepção do indivíduo sobre os relacionamentos sociais e os papéis sociais adotados na vida” (SEIDL; ZANON, 2004, p. 584).

As questões adotadas nesse domínio se propuseram analisar como as artesãs avaliam os seus relacionamentos com familiares, amigos e conhecidos. Explorou-se também o compartilhamento dessas relações sociais em momentos difíceis perpassados por essas trabalhadoras.

**Tabela 14** - Relacionamento com familiares, amigos e conhecidos e Ajuda no momento difícil.

Relacionamento com familiares, amigos e conhecidos	Ajuda no momento difícil			Total
	Cônjuge	Amigos	Outros	
Bom	28,6%	42,9%	28,6%	100,0%
Total	28,6%	42,9%	28,6%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A tabela 14 expõe que todas as artesãs consideram *bom* os laços sociais com seus cônjuges, amigos e outros, vistos na figura de entes familiares (irmãos). Dessa totalidade, observou-se também que as relações de amizades, representadas pelo percentual de 42,9%, apresentam uma participação positiva no cotidiano das participantes, referente à vivência de situações adversas no decorrer da vida.

Tais achados corroboram com os estudos de Scardoell e Waidman (2011) ao identificar a importância do grupo artesanal para a socialização, afirmando ser um lugar que permite fazer novas amizades, além de ser um instrumento para o enfrentamento de situações de isolamentos.

Nessa perspectiva de análise, destaca-se, também, a importância das relações sociais para o bem-estar das artesãs investigadas. Em campo, a participante 6 externa o seguinte relato sobre a compreensão da qualidade de vida no presente domínio: “*Ah eu acho que é poder participar de grupos, eu participo de um que fazemos várias coisas, e fala muito de qualidade de vida lá*” (Entrevistada 6, idade 63 anos) (Informação verbal).

No entanto, é importante frisar que a associação em estudo se tornou uma representação importante dos laços sociais estabelecidos na vida dessas trabalhadoras. Tal afirmação fica clara nas respostas emitidas pelas participantes ao serem questionadas acerca do seu relacionamento com as outras artesãs da própria associação:

*É bom. (Entrevistada 1, idade 38 anos) (Informação verbal).*

*Aqui só são só minhas irmãs e minhas filhas, as outras são só vizinhas, faz de conta que tudo é parente. (Entrevistada 2, idade 55 anos) (Informação verbal).*

*Ah é muito bom, apesar que a gente é tudo parente mesmo, mesmo com as meninas que a gente não é parente, é muito bom. (Entrevistada 3, idade 57 anos) (Informação verbal).*

*Muito bom! (Entrevistada 4, idade 30 anos) (Informação verbal).*

*É ótimo! (Entrevistada 5, idade 32 anos) (Informação verbal).*

*É 100% amigável. (Entrevistada 6, idade 31 anos) (Informação verbal).*

Os resultados da tabela 14 apresentados, associados às falas externadas acima, revelam que a prática do artesanato se configura como um espaço de socialização para essas artesãs, local em que se percebe uma oportunidade de fala e escuta, além de troca de experiências, apoio mútuo e interação social interpolada pelos laços de amizade e familiar, proporcionando assim um sentimento de solidariedade entre as associadas.

A existência de uma convivência satisfatória com familiares e amigos entre as artesãs em estudo precede também da própria dinâmica do processo do trabalho artesanal realizado por elas, o qual é delineado e condicionado por relações sociais constituídas em um plano econômico, cultural e histórico.

Posto sob esta perspectiva, Canclini (1983, p. 53) já advertia a necessidade em “[...] estudar o artesanato como um processo e não como resultado, como produtos inseridos em relações sociais e não como objetos voltados para si mesmos”. Coerentemente, Keller (2011, p.3) aponta que esse trabalho “[...] está imerso em tramas de relações sociais e econômicas na sociedade contemporânea, assim como remete a uma forma de produzir objeto ancestral”.

Desse modo, compreender o trabalho artesanal à luz das relações sociais que o constituem e o perpetuam há milênios, destitui-se de uma interpretação exclusivamente técnica, ao abordar os laços sociais estabelecidos que denotam formas de adaptação e persistência das participantes em manter as relações familiares e comunitárias diante do contexto capitalista que as cercam. Logo, percebe-se que o domínio social, visto pelo estabelecimento de laços e apoio mútuo que desenvolvem, apresenta-se como um fator contributivo para sua qualidade de vida.

#### 4.4.4 Domínio meio ambiente

Nesse domínio, a qualidade de vida é compreendida e discutida à luz dos seguintes aspectos: moradia, segurança, transporte, saneamento básico, assistência social, renda e lazer. Tais elementos são caracterizados como quantificáveis e sujeitos à transformação da ação humana, conforme destacam Minayo, Hartz e Buss (2000).

Embora essa faceta se constitua numa esfera objetiva, o olhar subjetivo é imprescindível para explorar e conhecer a interpretação das artesãs diante da sua realidade histórica, social, econômica e de saúde. Logo, torna-se válida “[...] a percepção do indivíduo sobre aspectos diversos relacionados ao ambiente onde vive” (SEIDL; ZANON, 2004, p. 584).

**Tabela 15** - Relação entre Avaliação quanto a moradia e Condições de segurança, transporte, saneamento básico e assistência social.

		Condições de segurança, transporte, saneamento básico e assistência social			Total
		Bom	Regular	Ruim	
Avaliação quanto a moradia	Bom	14,3%	57,1%	28,6%	100,0%
	Total	14,3%	57,1%	28,6%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Conforme os dados apresentados na tabela 15, todas as pesquisadas avaliaram como “bom” (100%) a sua moradia. Entretanto, observou-se que uma parcela expressiva declarou como “regular” (57,1%), referenciando, diretamente, suas condições de segurança, transporte, saneamento básico e assistência social; somente 14,3% classificou como “bom” esses aspectos, e 28,6% apontou como ruim para esta faceta.

O fator moradia, interpretado no sentido amplo pelas artesãs, diz respeito ao lugar onde elas estabelecem a maioria das suas relações pessoais, principalmente de maior proximidade, com família, amigos e vizinhança; um lugar também onde são construídos os valores que acreditam e norteiam todo seu comportamento.

No sentido mais utilitário do termo, a moradia ainda figura, para essas trabalhadoras, um ambiente que possibilita realizar suas principais atividades diárias, como refeições, descanso, convivência social e lazer.

A satisfação das artesãs pela moradia que possuem corrobora com o entendimento que assegura importância e influência do ambiente sobre a qualidade de vida dos indivíduos. Sobre isso, Almeida, Gutierrez e Marques (2012) discorrem que o ambiente pode se expressar tanto em uma dimensão física quanto social, independente dessa diferenciação, o meio em que o indivíduo está inserido delimita suas possibilidades de desejo, necessidade e realização.

Ainda nessa inter-relação, meio ambiente e qualidade de vida, é válido atentar aos aspectos que satisfazem as necessidades mais elementares da vida humana, destacados neste estudo através das condições de segurança, transporte, saneamento básico e assistência social.

A identificação desses aspectos, bem como as condições a que são dispostas as artesãs no meio em que vivem, é essencial para a análise da qualidade de vida desse público, justificado pelo fato desses elementos serem considerados, segundo Minayo, Hartz e Buss (2000, p.10), um “[...] patamar material mínimo e universal para se falar em qualidade de vida”.

Nesse entendimento, os dados obtidos em campo permitiram identificar insatisfações

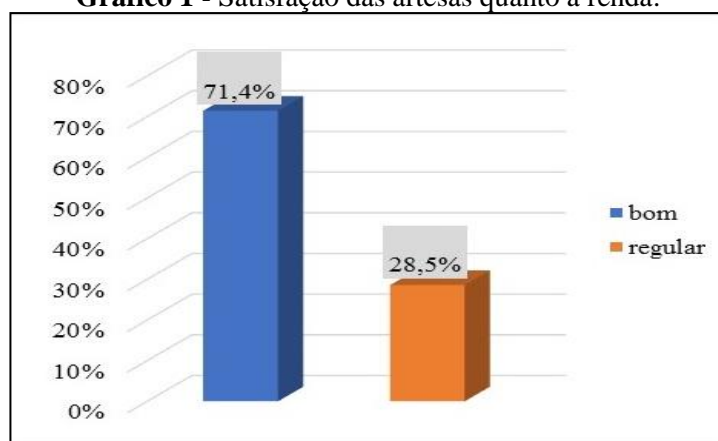
em relação às condições analisadas na comunidade Vila Primavera, o que implica nas necessidades básicas das artesãs. Frente a esse cenário, surge também um descontentamento quanto a atenção do poder público para a comunidade, que sofre pela falta de apoio em diversos âmbitos, como na educação, na infraestrutura, na saúde, na cultura, no trabalho, dentre outros.

Percebe-se um comprometimento da qualidade de vida das artesãs diante das condições elementares que deveriam responder suas necessidades mais básicas. Isso remete a indissociabilidade entre a qualidade de vida e o meio ambiente. Tal assertiva fica evidente no discurso da Entrevistada 3, ao afirmar que a Qualidade de Vida “*é ter saneamento básico ter um saneamento básico, isso aí é precário, segurança também, nós não temos segurança*” (Grifo nosso, informação verbal).

Entender que qualidade de vida presume ter boas condições de saneamento básico e segurança, permite uma reflexão sobre a responsabilização do poder público pelas melhorias nas condições de vida do lugar que as artesãs participam.

Comumente, e de forma errônea, adota-se o discurso que o indivíduo se torna exclusivamente responsável por sua qualidade de vida, buscada por meio de escolhas de hábitos saudáveis diários. No entanto, é indispensável entender “[...] o que é necessário para uma boa vida é estabelecido, num primeiro momento, pelo ambiente físico-social, e, posteriormente, pelas escolhas do sujeito para sua própria vida” (RODRIGUES, 2020, p. 65). Ou seja, a qualidade de vida está condicionada “[...] ao oferecimento de condições de realização e de satisfação das necessidades básicas que a própria sociedade estipula como essenciais, e que o interessado toma e deseja, ou não, como verdade para sua própria vida” (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012, p. 38)

**Gráfico 1 - Satisfação das artesãs quanto a renda.**



Fonte: Elabora pela autora (2020).

A questão financeira foi outro elemento destacado como importante à qualidade de vida das pesquisadas, as quais apontaram como bom (71,4%) sua satisfação quanto ao valor recebido pelo trabalho que realizam.

Todas as artesãs apresentaram o artesanato como atividade principal para obtenção de renda, declarando que a ocupação com essa função proporciona uma importante participação na vida econômica de suas famílias, além de possibilitar usufruir bens e serviços que atendam suas necessidades mais elementares.

Pode-se inferir que o acesso a determinados bens e serviços econômicos permite estabelecer uma relação com a qualidade de vida das artesãs, ao implicar diretamente na satisfação e bem-estar dessas trabalhadoras. Paschoal (2000, p. 45) comenta que "indivíduos abaixo dos patamares minimamente aceitáveis, isto é, carentes de recursos necessários que provem seu acesso a bens e serviços sociais a sua sobrevivência, dificilmente poderão atingir graus satisfatórios de bem-estar".

No entanto, ainda que a qualidade de vida seja impactada pelo alcance de recursos, é válido considerar que "[...] pessoas com condições materiais de recursos semelhantes podem apresentar diferentes percepções de qualidade de vida em função do histórico de vida de cada uma e de suas aspirações em relação aos padrões que julgam ideais" (MAIA; BUAINAIN, 2011, p. 4).

Nessa intenção, um ponto importante identificado neste estudo é que os ganhos envolvidos na produção artesanal transcendem o sentido monetário, advindo da possibilidade de inserção dessas mulheres em uma ocupação diferente das atividades domésticas, comumente desenvolvidas em seus lares.

Percebe-se que a externalização dessa satisfação pela renda, explora também as possibilidades de realizar um trabalho que permite desenvolver autoconfiança, baseado no componente econômico que o artesanato possibilita. Em diálogo com o exposto, considera-se aqui os apontamentos encontrados nos estudos de Barbosa e D'ávila (2014, p. 150), ao afirmarem que o trabalho artesanal "[...] movimenta a economia, gerando empregos, direto e indiretos, além de agregar aspectos como o desenvolvimento, cognitivo, psicológico, e econômico, cruciais para o empoderamento individual e coletivo".

**Tabela 16** - Relação entre Avaliação da Qualidade de Vida e Tempo de lazer.

Avaliação da Qualidade de Vida	Tempo de lazer	Total
	Sim	
Bom	85,7%	85,7%
Regular	14,3%	14,3%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Elabora pela autora (2020).

No tocante a relação tempo de lazer e qualidade de vida, todas as pesquisadas afirmaram possuir um tempo dedicado as atividades de lazer. Observa-se que 85,7% das artesãs atestam positivamente para a qualidade de vida percebida e um resultado ínfimo para avaliação negativa dessa mesma variável (14.3%).

O tempo disponível e favorável para realização de atividades de lazer, conforme apresentado na tabela 16, pode estar associado ao fato de a jornada de trabalho aplicada ao artesanato possibilitar que as artesãs dediquem uma parte do seu tempo para o lazer. Em campo, constatou-se que as participantes dedicam, em média, 4 horas de trabalho nos recintos da associação, geralmente no turno da tarde, prologando esse tempo em períodos de maiores encomendas.

Assim, ao comentarem sobre o que faziam no tempo de lazer, obteve-se os seguintes relatos:

*“Sair pra tomar banho em rio, interior, tomar um chopp com meu marido, é isso” (Entrevistada 1, idade 38 anos) (Informação verbal).*

*“Ah merma, eu gosto é mesmo, dia de domingo então! Se dá pra gente ir vamos pra piscina, vamos viajar, vamos pra outro lugar” (Entrevistada 2, idade 55 anos) (Informação verbal).*

*“Passar o dia na casa dos meus irmãos, minha prima e às vezes viajar, ir em rio, piscina” (Entrevistada 3, idade 57 anos) (Informação verbal).*

*“Eu gosto de viajar.” (Entrevistada 4, idade 30 anos) (Informação verbal).*

*“Ah, a gente vai pro shopping, pra piscina, pra casa de parente, é assim” (Entrevistada 5, idade 32 anos) (Informação verbal).*

*“Curtir a família” (Entrevistada 6, idade 31 anos) (Informação verbal).*

Nota-se que o lazer é algo valorizado no cotidiano de todas as artesãs investigadas, visto como um tempo oposto ao trabalho e que propicia a liberdade de realizar atividades, conforme o seu estilo de vida, o que pode possibilitar desenvolvimento pessoal e social.



Suzana Albornoz (2012, p. 100) já comentava sobre essa interseção, artesanato e lazer, ao escrever que no modelo artesanal, o artesão pode interromper sua aplicação ao ofício no momento em que sente carência de descanso, podendo assim ter um tempo para o lazer sempre que o corpo ou a mente exigirem.

Corroborar-se com a autora a respeito dessa flexibilidade e autonomia encontrada na dinâmica do trabalho artesanal, que preconiza um tempo de lazer. Isso deve-se ao tempo de produção artesanal, em sua essência, ser diferente do tempo do mercado capitalista, o qual é delineado pelo controle da produtividade e alcance da lucratividade.

Ao fazer um paralelo aos achados da presente pesquisa, é perceptível que as participantes, mesmo sobre os determinantes do modo de produção artesanal, buscam, de maneira libertadora, experiências que encontram e compensam suas necessidades sociais e, conseqüentemente melhoram sua qualidade de vida.

Sob a reflexão proposta pela OMS, a qualidade de vida das artesãs pauta-se na percepção que possuem em relação sua posição no contexto da cultural e sistema de valores que vivenciam. Desse modo, a Entrevistada 2 afirma que “*Qualidade de vida é dormir à tarde, assistir televisão*” (Informação verbal). Diante disso, encara-se como necessidade o entendimento mais amplo sobre a qualidade de vida e suas relações com o universo do lazer, principalmente no cerne da sociedade moderna.

Em acordo com Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p. 70), devido ao desenvolvimento da sociedade contemporânea, a indústria cultural confunde-se com o lazer, sendo usados como sinônimos, levando um distanciamento ainda maior das suas manifestações não-consumistas. “[...] O uso da televisão é lazer, como o cinema, a música pop, a dança de salão ou a fotografia”.

Já o Item 2.1 da *Carta Internacional de Educação Para o Lazer*<sup>12</sup> assegura que o lazer abrange formas amplas de expressão e de atividades cujos elementos são tantos de natureza física quanto intelectual, social, artística ou espiritual. Discute ainda no Item 2.2 que o lazer é um recurso importante para o desenvolvimento pessoal, social e econômico, concluindo ser um aspecto primordial de qualidade de vida.

Observa-se uma infinidade de possibilidades de experiências de lazer que as artesãs vivenciam, desde o tempo para repouso, passear, viajar, visitar amigos e familiares, até

---

<sup>12</sup> Esta carta foi subscrita no Seminário Internacional da Associação Mundial de Recreação e Lazer em 1993, com a finalidade de informar aos governos, às organizações não-governamentais e às instituições de ensino a respeito do significado e dos benefícios do lazer e da educação para e pelo lazer (ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 2002).

mesmo atividades rotineiras como assistir TV. Recorrendo a Silva, Hunger e Silva (2017, p. 34-35), “[...] as relações sociais estabelecidas nas vivências das atividades de lazer possibilitam uma aproximação e troca de experiências em um momento lúdico e prazeroso, tornando tais ações significativas na qualidade de vida das pessoas envolvidas”.

Em convergência as reflexões teóricas apresentadas e as possibilidades encontradas no campo de pesquisa deste de estudo, notou-se que o lazer, a partir da perspectiva da qualidade de vida, é compreendido como um fator contributivo para a promoção de saúde e bem-estar das entrevistadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se aqui analisar a qualidade de vida a partir do trabalho da artesã em fibra de buriti no município de São Luís-MA e as repercussões em sua saúde. Conceber essa relação, qualidade de vida e trabalho artesanal, permitiu olhar para a artesã como um ator social importante que, dotado de potenciais psíquicos e biológicos, desenvolve seu saber-fazer como verdadeiras artífices dentro de um contexto com realidades diversas, dinâmicas e complexas.

Os resultados obtidos nesta pesquisa procederam das percepções que os sujeitos envolvidos com o artesanato relataram sobre o próprio trabalho. Foram ouvidas sete artesãs que desenvolvem ativamente o artesanato tradicional em fibra de buriti na Associação Mulheres de Fibra na capital ludovicense, na comunidade Vila Primavera. Verificou-se características pertinentes ao perfil dessas trabalhadoras: a longa experiência com o artesanato em fibra de buriti, presumindo a participação de distintas gerações familiares nesse trabalho; o tipo de um artesanato tradicional realizado dentro de uma comunidade que mantém sua identidade local; a baixa escolaridade das participantes; e o envolvimento com os cuidados do lar que, entre o desafio de ser artesã e as atividades domésticas, continuam a desenvolverem o artesanato.

Este estudo exploratório permitiu, ainda, pelos seus objetivos orientadores e procedimentos metodológicos, confirmar a importância do trabalho artesanal para população estudada e, conseqüentemente, para toda a sociedade, refletida na capacidade transformadora que esse trabalho dispõe. Perante a realidade a qual as artesãs estão sujeitas, apresenta-se como um meio de sobrevivência ou de renda completar para suas famílias, também como um elemento viabilizador das suas realizações teleológicas, nas quais o aprendizado e a prática das técnicas artesanais favorecem a sua estima e a sensação de utilidade na sociedade diante do trabalho que realizam.

A aproximação à realidade investigada possibilitou conhecer as particularidades do processo de trabalho artesanal que os sujeitos desta pesquisa desenvolvem, que é organizado em etapas específicas até chegar à confecção final das peças. Observou-se que todo o processo de trabalho é artesanal, não lançando mão de máquinas para realização de suas principais atividades.

À luz do referencial teórico utilizado sobre o processo de trabalho, advogado por Marx, destaca-se sua aplicabilidade na pesquisa, a partir do qual pode-se vislumbrar os elementos presentes (trabalho, objeto de trabalho e meios de trabalho) no processo de trabalho artesanal realizado pelas pesquisadas. Sob essa mesma dinâmica, o enfoque processo saúde-

doença, discutido por Laurell e Noriega (1989) nas pautas teóricas desta pesquisa, foi levantado e decorreu por meio da análise dos elementos constitutivos e característicos do processo de trabalho artesanal, no qual sua concretude permitiu identificar e evidenciar que as artesãs estão expostas à diferentes cargas de trabalho, dos tipos física, química, fisiológica e psíquica, além de desgastes osteomusculares, psíquicos e visuais.

Conforme apresentado na pesquisa, a carga fisiológica foi de maior preponderância, explicada pela especificidade adotada nos movimentos e posturas das artesãs, bastante típica e recorrente durante a confecção das peças. Já carga a psíquica apresenta-se em menor dimensão nesse contexto laboral, justificada em função da organização do trabalho artesanal, o qual não se estrutura nas formas gerenciais do capitalismo, visto que não é fragmentado, alienado, pois as artesãs têm conhecimento de todo processo do seu trabalho e vivenciam experiências de maior flexibilidade e autonomia quanto ao tempo de trabalho empregado. No entanto, a carga psíquica pode ser acentuada à medida que as condições externas ao processo de trabalho artesanal venham interferir nas dinâmicas das atividades e, conseqüentemente, na saúde das artesãs.

A partir desses resultados, confirma-se que há uma urgente necessidade de atentar às cargas de trabalho que as artesãs estão expostas, que se apresentam como obstáculos para o exercício pleno de suas atividades laborais com qualidade de vida.

Na certeza de que a qualidade de vida contempla diversos fatores, além da saúde propriamente, analisou-se a temática sob distintas dimensões: físicas psicológicas, das relações sociais e meio-ambiente. Para isso, empreendeu-se a aplicação do instrumento metodológico da Organização Mundial de Saúde, o WHOQOL-Bref, com adaptações à realidade deste estudo, no qual foi possível conhecer a percepção das artesãs sobre a qualidade de vida na dinâmica de suas atividades.

Na análise da primeira questão – “O que é qualidade de vida para você?” – do questionário aplicado em campo, os resultados revelam que as artesãs detêm distintas percepções a respeito de sua qualidade de vida.

Notou-se que cada artesã, a partir de suas aspirações, valores e crenças, apresenta distintas interpretações sobre o que é qualidade de vida. Algumas atestam sua relação com a possibilidade de atividades de lazer e participação social em grupo, e a saúde, propriamente; outras relacionam às condições de saneamentos básicos de saúde e segurança, e a experiências de sentimentos, como alegria, fé e perspectiva. Resgatando as discussões teóricas sobre a qualidade de vida expostas nesta dissertação, em destaque a proposta da Organização Mundial de Saúde, confirma-se a subjetividade, a multidimensionalidade e a presença de dimensões

positivas e negativas que esse conceito comporta.

Diante das interpretações de cada artesã, nas quais é certo que essa percepção pode variar de tempo e espaço, observou-se que todas as participantes, de alguma forma, têm algo a falar sobre a temática. Infere-se a importância de ter a qualidade de vida na realidade de cada indivíduo e em proporções ainda maiores, de modo que alcancem um completo bem-estar. Assim, trazer a discussão desse tema ao universo artesanal é necessário.

A compreensão apreendida a partir desta pesquisa possibilitou permutar com as artesãs o conhecimento da qualidade de vida em cada domínio (*físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente*), permitindo identificar os aspectos que a comprometem ou não no cotidiano das pesquisadas. Apesar de uma avaliação positiva para a qualidade de vida em grande parte das participantes (85,7%), observou-se indicativos contraditórios na realidade das artesãs em relação ao resultado dessa avaliação.

No domínio psicológico e relações sociais foram constatados resultados positivos para maioria dos aspectos discutidos nessas dimensões. Notou-se que o trabalho desenvolvido contribui para o seu desenvolvimento mental e emocional, sendo apontado diversas vezes como terapia. Assim, nessas dimensões, demonstraram uma autorrealização no trabalho que desenvolvem, gostam do que fazem e criam uma identidade com esse saber fazer.

No domínio físico, a qualidade de vida das artesãs é comprometida pela dor/desconforto físico durante a realização dos seus trabalhos, corroborando com a análise realizadas sobre as cargas de trabalho e desgaste apresentadas neste estudo; e pelos acessos aos serviços médicos, aspecto de grande insatisfação das pesquisadas. No domínio meio ambiente, pelas condições de segurança, transporte, saneamento básico e assistência social.

Desse modo, questiona-se as ações públicas voltadas para a comunidade Vila Primavera, especialmente para as atividades do setor artesanal. Indaga-se também a responsabilização pela qualidade de vida dos atores envolvidos e corresponsáveis pela promoção desse trabalho (Programa de Artesanato Brasileiro, Superintendência do Centro de Comercialização da Produção Artesanal do Maranhão - CEPRAMA) para as ações individuais das artesãs que, diante da ineficiência das condições estruturais do ambiente que pertencem, tornam-se incapazes de obter em sua totalidade boas condições de vida.

A promoção da qualidade de vida no trabalho artesanal suscita também debates em diferentes esferas: parcerias e instituições fomentadoras desse setor, profissionais (psicólogos, administradores, fisioterapeutas etc.) que possam auxiliar no desenho de inovações que promovam a qualidade de vida nesse trabalho; e espaços de diálogos nas comunidades acadêmicas, em vista de instigar o desenvolvimento de pesquisas científicas sobre essa

temática.

As conclusões desta pesquisa recaem, ainda, em um universo de significações que a pesquisadora permitiu-se adentrar, a qual, ciente dos distintos discursos existentes a respeito do mundo do trabalho artesanal, inclinou sua atenção às apreensões reais acerca do que realmente esse trabalho traduz.

De um lado, deparou-se com uma noção simplória e errônea atribuída ao trabalho artesanal. O predomínio de camadas populares mais pobres envolvidas nesse labor, o fato de adotar a manualidade e, muitas vezes, por ser visto como um trabalho não mental e não valorizado comercialmente são aspectos que podem ser refletidos no simples reclame do cliente em relação ao preço que artesã define para seu produto. Assim, foi possível perceber que se impera uma visão preconceituosa sobre o artesanato.

Por outro lado, ao explorar o mundo do trabalho artesanal de forma mais próxima, notou-se que o artefato finalizado e posto à venda não se aproxima da complexidade que todo esse saber fazer comporta. Logo, faz-se necessário vê-lo com novos olhos.

Perante a realidade em campo, interpreta-se que o trabalho artesanal é algo que une o útil ao belo, buscando manter tradições, identidades e culturas vivas, além de benefícios econômicos e sociais aos trabalhadores envolvidos. Um trabalho que permite, à mulher artesã, encontrar sentido e pertencimento pelo que produz. Compreende-se também que, na função do seu ofício, a artesã demonstra a dinâmica de uma atividade que pode comprometer sua qualidade de vida durante as realizações de cada etapa do processo de trabalho.

As limitações desta dissertação explicam-se pela amostra apresentada, sete artesãs, implicando que os dados não traduzem a realidade de todo o setor artesanal, o qual comporta diversos tipos de artesanato e processos de trabalho distintos, permitindo corroborar ou refutar os resultados aqui encontrados. Essa limitação de amostra inviabilizou também a aplicação de outras ferramentas estáticas (teste de significância, desvio padrão), restringindo a análise quantitativa desenvolvida neste estudo somente à frequência.

Espera-se que esta dissertação tenha despertado o interesse pela qualidade de vida no trabalho artesanal, em especial, da artesã ludovicense, que no contexto contemporâneo, desenvolve e perpetua o artesanato tradicional em fibra de buriti, contando seu passado, presente, e prospectando seu futuro.

## REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L.; MARQUES, R. **Qualidade de vida**: definições, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades- EACH/USP, 2012.
- ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.
- ALVES, K. *et al.* Fotografia como técnica de coleta de dados nas pesquisas qualitativas da área da saúde: scoping review. *Investigação Qualitativa em Saúde*, v. 2, p. 154-163, 2019. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2014/1950>. Acesso em: 18 jul. 2020.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.
- ANTUNES, R. O trabalho, sua morfologia e a era da precarização estrutural. **Revista Theomai/ Theomai Journal On-line**, n. 19, p. 47-57, set. 2009. Disponível em: <http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO19/ArtAntunes.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE RECREAÇÃO E LAZER. Carta Internacional de Educação para o Lazer. Fev., 2002. Disponível em: [http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo\\_frame.asp?cod\\_noticia=195](http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo_frame.asp?cod_noticia=195). Acesso em: 28 ago. 2020.
- BARBOSA, V. L.; D'ÁVILA, M. I. Mulheres e artesanato: um “ofício feminino” no povoado do Bichinho/Prados-MG. **Revista Ártemis**, v. 17, n. 1, p.141-152, jan./jun., 2014.
- BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROSO, H. C.; FROTA, M. H. P. A trama do trabalho artesanal para mulheres cearenses: desvendando códigos de gêneros. *In*: ENCONTRO FAZENDO GÊNERO: DIÁPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2010.
- BATISTA, A. Processos de trabalho: da manufatura à maquinaria moderna. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 209-238, abr./jun., 2014.
- BENDASSOLLI, P. F. **Os ethos do trabalho sobre a insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BENDASSOLLI, P. F. **Trabalho e identidade em tempos sombrios**. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

BORGES, A. **Design + artesanato: o caminho brasileiro**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2019.

BOTTINI, L. M.; BATISTA, R. L. Trabalho da mulher durante a revolução industrial inglesa (1780 a 1850). **Cadernos PDE**, Paraná, v.1, p- 1-19, 2013.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015**. Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências. Brasília, DF, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113180.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113180.htm). Acesso em: 25 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto de 21 de março de 1991**. Institui o Programa do Artesanato Brasileiro e dá outras providências, Brasília, DF, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dnn/anterior\\_a\\_2000/1991/Dnn63.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior_a_2000/1991/Dnn63.htm). Acesso em: 30 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 80.098, de 8 de ago. de 1977. Institui o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 10289, 09 ago., 1977. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-80098-8-agosto-1977-429071-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 nov. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_26.06.2019/art\\_225\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_225_.asp). Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços/Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa. Portaria Nº 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018. Institui o Programa do Artesanato Brasileiro, cria a Comissão Nacional do Artesanato e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed.147, Seção 1, p. 34, 11 jun. 2018a. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34932949/do1-2018-08-01-portaria-n-1-007-sei-de-11-de-junho-de-2018-34932930%E2%A0%80](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34932949/do1-2018-08-01-portaria-n-1-007-sei-de-11-de-junho-de-2018-34932930%E2%A0%80). Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria E Comércio Exterior - MDIC. **Secretaria-executiva do MDIC anuncia medidas para artesãos brasileiros no 10º Salão do Artesanato**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/ultimas-noticias/3201-secretaria-executiva-do-mdic-anuncia-medidas-para-artesaos-brasileiros-no-10-salao-do-artesanato>. Acesso em: 25 abr. 2018b.



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria E Comércio Exterior - MDIC. **Portaria nº 29, de 05 de outubro de 2010**. Programa do Artesanato Brasileiro. Brasília, DF: MDIC, 2012. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=100&data=06/10/2010>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho - EMBRATUR. 1ª Encontro Nacional de Artesanato, 1975, Brasília- DF. **Anais...**, Brasília - DF: Ministério Do Trabalho, 1975.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificações Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>. Acesso em: 30 set. 2019a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Hoje é o dia mundial do artesão**. mar. 2019b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/12516-hoje-é-o-dia-mundial-do-artesão.html>. Acesso em: 01 out. 2019.

CALVETTI, P.; MULLER, M.; NUNES, M. Psicologia da saúde e Psicologia positiva: perspectivas e desafios. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 706-717, 2007.

CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CATTANI, I. M. **Fibra de Buriti (*Mauritia flexuosa Mart.*):** registro em comunidade local (Barreirinhas-MA, Brasil), caracterização físico-química e estudo comnimpregnação com resinas. Dissertação (Mestrado em Têxtil e Moda) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CARCANHOLO, R. A.; PRIEB, S. A. M. O Trabalho em Marx. *In*: CARCANHOLO, R. A. (Org.). **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. v.1, p. 147-161.

CARDOSO, R. **Uma introdução a história do design**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2004.

CARVALHO, D. S. **Atividade artesanal e o processo de significação**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2016.

CASSIN, M.; BOTIGLIERI, M. F. A. A relação trabalho e educação na reprodução das condições de produção e das relações de produção. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. Especial, p.112-120. Disponível: [https://www.researchgate.net/publication/312869419\\_A\\_relacao\\_trabalho\\_e\\_educacao\\_na\\_reproducao\\_das\\_condicoes\\_de\\_producao\\_e\\_das\\_relacoes\\_de\\_producao/fulltext/5891f147a6fdc1b4146a31c/A-relacao-trabalho-e-educacao-na-reproducao-das-condicoes-de-producao-e-das-relacoes-de-producao.pdf](https://www.researchgate.net/publication/312869419_A_relacao_trabalho_e_educacao_na_reproducao_das_condicoes_de_producao_e_das_relacoes_de_producao/fulltext/5891f147a6fdc1b4146a31c/A-relacao-trabalho-e-educacao-na-reproducao-das-condicoes-de-producao-e-das-relacoes-de-producao.pdf). Acesso em: 9 ago. 2019.

CORKHILL, B. *et al.* Knitting for Well-being: The Psychological and Social Benefits of Hand Knitting. **Textile**, v. 12, Issue 1, p. 34–57, 2014. Disponível em: 10.2752/175183514x13916051793433. Acesso em: 9 ago. 2019.

COSTA, R. Q. F. **O mundo do trabalho docente e o esgotamento psíquico**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

CUNHA, T. B.; VIEIRA, S. B. Entre o bordado e a renda: condições de trabalho e saúde das labirinteadoras de Juarez Távora. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n.2, 2009.

DAVEL, E.; CAVEDON, N. R.; FISCHER, T. A vitalidade artesanal da gestão contemporânea. **Rev. Interdisciplinar de Gestão Social**, v.1, n.3, p. 13-21, set./dez., 2012.

DETRREGIACHI FILHO, E. D.; MARTINS, N. O.; HERRERA, V. É. Análise do Sistema Toyota em uma indústria de embalagens plásticas da região de Marília-SP. **R. Gest. Indust.**, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 1-23, jan./mar., 2017.

DUARTE, N. L. G. **Qualidade de vida e capacidade para o trabalho de funcionários de indústrias de cerâmicas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Saúde) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

FERREIRA, M. C. **Qualidade de vida no trabalho: uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores**. Brasília, DF: Edições Ler, Pensar, Agir, 2011.

FERREIRA, T. B. **Desenvolvimento de competências laborais em um ambiente de aprendizagem nacional: um estudo de caso com uma família de rendeiras em Alcaçuz/RN**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FIGUEIREDO, M.D; CAVEDON, N.R. Com açúcar, com afeto? A profissionalização do fazer amador de doces artesanais de Pelotas. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social-RIGS**. v.1, n.3; set./dez., p. 79-99, 2012. ISSN: 2317-2428.

FLECK, M. P. A. *et.al.* Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação em qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 21, n. 1, p. 19-28, 1999.

FLECK, M. P. A. Problemas conceituais e qualidade de vida. *In: FLECK, M. P. A. et al. A avaliação da qualidade de vida: guia para profissionais de saúde*. Porto Alegre: Artmed, 2008. Cap. 1. p.19-28.

FREITAS, A. L. C. **Design e artesanato: uma experiência de inserção da metodologia de projeto de produto**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2017.

FRUTUOSO, J. T.; CRUZ, R. M. Mensuração da carga de trabalho em sua relação com a saúde. **Rev. Bras Med. Trab.**, v. 3. p.29-36, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIMENES, G. F. **Entre a qualidade de vida e uma vida com qualidade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GORDIA, A. L. *et. al.* Qualidade de vida: contexto histórico, definição, avaliação e fatores associados. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**. Ponta Grossa - PR, v. 3, n. 1, p. 40-52, jan./jun., 2011.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

HARNECKER, M. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. 2. ed. São Paulo: Global, 1980.

HERMAN, M. B. **Reflexões sobre o trabalho e a cidadania das artesãs de Jaguarão/RS**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, 2017.

HESKET, J. **Design**: a very short introduction. United States: Oxford University Press, 2005.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p.595-609, set./dez., 2007.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=1&uf=21>. Acesso em: 08 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>. Acesso em: 25 ago. 2020.

JORGE, H. R. **Terceirizar, flexibilizar, precarizar**: um estudo crítico sobre a terceirização do trabalho. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP, 2011.

KEINERT, T. M.; KARRUZ, A. P.; KARRUZ, S. M. Sistemas locais de informação e gestão pública da qualidade de vida nas cidades. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, p-115-132, jan./jun., 2018.

KELLER, P. F. Trabalho artesanal em fibra de buriti no Maranhão. **Cad.Pesq.**, São Luís, v. 18, n. 18, set./dez., 2011.

KELLER, P. F. Trabalho e econômica do artesanato no capitalismo contemporâneo. *In*: 29ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA - GT 034: Etnografia do capitalismo. 2014, Natal. **Anais...**, Natal: UFRN, 2014. p.1-20.

KLEIN, M. M. **Reduzir a jornada para ajudar no planeta**: reflexões sobre o uso do tempo, consumo e meio ambiente. 1. ed. São Paulo: Matrix, 2014.

KLUTHCOVSKY, A. C. G.; TAKAYANAGUI, A. M. M. Qualidade de vida-aspectos conceituais. **Revista Salus**, Guarapuava-PR, v. 1, n. 1, p. 13-15, jan./jun., 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.

LAURENTINO, A. L. **Idea: um modelo de gestão do design aplicado à produção de artefatos**. Tese (Doutorado em Design) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

LIMA, R. G. E. Entrevista: artesanato em debate. [Entrevista cedida a] Paulo Keller. **Revista de Pós Ciências Sociais**, São Luís-MA, v. 8, n. 15, p.1-29, 2011.

LIMA, R. G. **Artesanato e arte popular: duas faces de uma mesma moeda**. Brasília: Ministério da Cultura-Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, 2009. Disponível em: [http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Artesanato/Artesanato\\_e\\_Arte\\_Pop/CNFCP\\_Artesanato\\_Arte\\_Popular\\_Gomes\\_Lima.pdf](http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Artesanato/Artesanato_e_Arte_Pop/CNFCP_Artesanato_Arte_Popular_Gomes_Lima.pdf). Acesso em: 12 maio 2018.

LIMA, R. G. **Artesanato: cinco pontos para discussão**. Palestra Artesanato Solidário / Central Artesol, 2005. Disponível em.

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Artesanato\\_\\_Cinco\\_Pontos\\_para\\_Discussao.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Artesanato__Cinco_Pontos_para_Discussao.pdf). Acesso em: 12 maio 2018.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de vida no trabalho-QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMONGI-FRANCA, Ana Cristina. Qualidade de vida no trabalho. *In*: BENDASSOLLI, P. F.; ANDRADE, J. E. (Orgs.). **Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

MACIEL Victor. Ler e Dort são doenças que mais acometem os trabalhadores, apontam estudo. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. **Agência Saúde**, abr. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/ler-e-dort-sao-as-doencas-que-mais-acometem-os-trabalhadores-aponta-estudo>. Acesso em: 14 jul. 2019.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. Pobreza objetiva e subjetiva no Brasil. **Confins [Online]**, v. 13, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/7301>. Acesso em: 18 ago.2020.

MARTINS, G. A.; PELISSARO, J. Sobre conceitos, definições e constructos nas ciências contábeis. **Revista de Administração e Contabilidade**, v. 2, n. 2, p. 74-84, mai./ago., 2005.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MATOS, D. L.; CARVALHO, K. K. S. Identificação dos riscos ocupacionais em uma associação de mulheres artesãs no Médio Sertão Maranhense. *In*: **VII CONNEPI - CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO**, 2012. Disponível em: <http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/view/3919>. Acesso em: 09 out. 2020.

MATSUSAKI, B. C. **Trajetória de uma tradição: renda de bilros e seus enredos**. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MELLO, C. I. **Território feito à mão: artesanato e identidade territorial no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2016.

MILLS, W. O ideal do artesanato. *In: SOBRE O ARTESANATO INTELECTUAL E OUTROS ENSAIOS*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MINAYO, M. C. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 5, n. 1, 2000.

MELO, C. F. *et al.* Correlação entre religiosidade, espiritualidade e qualidade de vida: uma revisão de literatura. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 447-464, jul. 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812015000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 17 jul. 2020.

MIRANDA, S. L.; LANNA, M. A. L.; FELIPPE, W. C. Espiritualidade, Depressão e Qualidade de Vida no Enfrentamento do Câncer: Estudo Exploratório. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 870-885, set., 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932015000300870&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000300870&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 jul. 2020.

MULLER, M. R.; GUIMARAES, S. S. Impacto dos transtornos do sono sobre o funcionamento diário e a qualidade de vida. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 24, n. 4, p. 519-528, dez. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2007000400011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2007000400011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 30 jun. 2020.

NORONHA, R. **Identidade é valor: as cadeias produtivas do artesanato em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2011.

OLIVEIRA, A. T. S. *et al.* Índice de doenças ocupacionais em artesãos no município de Jaguaruana-CE. **Rev. Estação Científica**, n. 21, p. 1-18, 2019.

OLIVEIRA, C. R. **História do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Ática., 2006.

PANZINI, R. G. *et al.* Qualidade de vida e espiritualidade. **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo, v. 34, supl. 1, p. 105-115, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-60832007000700014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832007000700014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 jul. 2020.

PASCHOAL, S. M. P. **Qualidade de vida do idoso: elaboração de um instrumento que privilegia sua opinião**. Dissertação (Mestrado em Medicina) - Faculdade de Medicina - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PASKULIN, L. M. G. *et al.* Percepção de pessoas idosas sobre qualidade de vida. **Acta Paul Enferm.**, v. 23, n. 1, p. 101-7, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ape/v23n1/16.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PENA, P. G. L.; FREITAS, M. C. S.; CARDIM, A. Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de mariscadeiras na Ilha de Maré, Bahia. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 8, p. 3383-3392, ago. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011000900005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000900005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 04 out. 2019.

PEREIRA, E. F.; TEIXEIRA, C. S.; SANTOS, A. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Rev. Bra. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 241-250, abr./jun., 2012.

PEREIRA, T. B.; BRANCO, V. L. R.. As Estratégias de Coping na Promoção à Saúde Mental de Pacientes Oncológicos: Uma Revisão Bibliográfica. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 8, n. 1, p. 24-31, jun. 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-093X2016000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2016000100004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 24 jul. 2020.

PESSOA, Y. S. R. Q. **Agricultura familiar: uma perspectiva da qualidade de vida do produtor rural orgânico da paraíba**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas: SP, 2014.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PORTO ALEGRE, M. S. **Arte e ofício de artesão: história e trajetórias de um meio de sobrevivência**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

PORTO ALEGRE, M. S. **Mãos de mestres: itinerários da arte e da tradição**. São Paulo: Maltese, 1994.

RHODEN, I. *et al.* Qualidade subjetivas do trabalho do artesão: um estudo sob a perspectiva das experiências de ócio. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n.1, p. 471-487, jan. 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RODRIGUES, F. **O trabalho como elemento transformador do e da natureza: desenvolvimento e sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2009.

RODRIGUES, R. B. **Qualidade de vida: definições e conceitos**. 2. ed. rev. 2020. E-book. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=d9bsDwAAQBAJ&pg=PT40&lpg=PT40&dq=o+que+%C3%A9+necess%C3%A1rio+para+uma+boa+vida+%C3%A9+estabelecido,+num+primeiro+momento,+pelo+ambiente+f%C3%ADsico-social,+e,+posteriormente,+pelas+escolhas+do+sujeito+para+sua+pr%C3%B3pria+vida&source=bl&ots=miSvNTQ0O\\_&sig=ACfU3U2BcBXrPz4t0OP27\\_4v8NS\\_lol-fg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjN-](https://books.google.com.br/books?id=d9bsDwAAQBAJ&pg=PT40&lpg=PT40&dq=o+que+%C3%A9+necess%C3%A1rio+para+uma+boa+vida+%C3%A9+estabelecido,+num+primeiro+momento,+pelo+ambiente+f%C3%ADsico-social,+e,+posteriormente,+pelas+escolhas+do+sujeito+para+sua+pr%C3%B3pria+vida&source=bl&ots=miSvNTQ0O_&sig=ACfU3U2BcBXrPz4t0OP27_4v8NS_lol-fg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjN-)

KqA2dfsAhVfi7kGHXtrDzwQ6AEwAXoECAEQAg#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 01 ago. 2020.

RORIZ, P. C. O. **O trabalho do artesão e suas interfaces culturais- econômicas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2010.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, H. O trabalho da mulher no Brasil. **Perspectivas**. São Paulo, v.5, p. 115-135, 1982.

SAMPAIO, M. B. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do buriti**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2011.80 p.

SANTOS, C. P. Trabalho, controle e subordinação: o taylorismo-fordismo como modo de organização da autoridade do capital no século xx. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, a. 8, ed. 19, p.106-120, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17378>. Acesso em: 01 jun. 2019.

SAUER, G. C.; RODRIGUEZ, S. Y. S. Da qualidade de vida à qualidade de vida no trabalho: resgate histórico e prático. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 6, n. 2, p. 98-106, 2014.

SCARDOELLI, M. G. C.; WAIDMAN, M. A. P. Grupo” de artesanato: espaço favorável à promoção da saúde mental. **Esc Anna Nery (impr.)**, v. 15, n. 2, p. 291-299, abr./jun., 2011.

SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C. M. L. C. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 580-588, abr., 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2004000200027&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000200027&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 jun. 2019.

SENNETT, R. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SERAINÉ, A. B. M. S. **Ressignificação produtiva do setor artesanal na década de 1990: o encontro entre o artesanato e empreendedorismo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, M. A. Discutindo gênero através do trabalho artesanal. In: IX ANPED SUL - SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2012, Caxias do Sul. **Anais...**, Caxias do Sul: UCS, 2012.

SILVA, R. M. **A qualidade de vida como constructo para compreensão do mal-estar docente**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, M. J. S.; SCHRAIBER, L. B.; MOTA, A. O conceito de saúde na Saúde Coletiva: contribuições a partir da crítica social e histórica da produção científica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, e290102, 2019.

SILVA, M. G. A.; HUNGER, D. A. C. F.; SILVA, L. F. Concepções de lazer, formação e intervenção profissional em programas governamentais. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 4, n.2, p.22-37, maio/ago., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/573/391>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SOUSA, R. C.; PERPÉTUO, N. C. F.. Fibra de buriti (*mauritia flexuosa* mart.): características e aplicações. *In: 12 P&D CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE DESIGN*. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/ped2016/0371.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2020.

SOUZA, D. C. *et al.* O desengajamento do trabalho artesão e os rumos da nova geração na comunidade do Alto do Moura-PE. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 623-634, set., 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512020000300623&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512020000300623&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 jul. 2020.

SOUZA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.30, n. 87, p-123-139, mai./ago., 2016.

VERA, L. C. R. G. **A aplicação dos elementos de meio ambiente do trabalho equilibrado como fator de desenvolvimento humano**. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) - FAE Centro Universitário, Curitiba, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION QUALITY OF LIFE GROUP - WHOQOL. The world health Organization quality of life assessment (WHOQOL): development and general psychometric properties. **Soc.Sci.Med.** v. 46, n. 12, p. 1569-1585, 1998. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9672396>. Acesso em: 05 ago. 2019.

WORD CRAFTS COUNCIL. **Sobre**. Disponível em: <https://www.wccinternational.org/about>. Acesso em: 15 set. 2019.



## APÊNDICES

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

**Data da Aplicação do Questionário:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Nº** \_\_\_\_

### I. CARACTERIZAÇÃO DA ARTESÃ

<b>Nome:</b>
<b>Local de Nascimento:</b>
<b>Endereço Atual:</b>
<b>Idade:</b> _____ anos
<b>Estado Civil:</b> <input type="checkbox"/> solteira <input type="checkbox"/> casada <input type="checkbox"/> divorciada/separada <input type="checkbox"/> viúva <input type="checkbox"/> outra
<b>Tem Filhos?</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Número de filhos: _____ anos
<b>Grau de Escolaridade</b>  <input type="checkbox"/> Não sabe ler nem escrever <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio completo <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo <input type="checkbox"/> Outro; Qual? _____
<b>Tempo que exerce o artesanato:</b> _____ anos <b>Tempo que exerce o artesanato com fibra de buriti:</b> _____ anos

### II. ASPECTO DA QUALIDADE DE VIDA DA ARTESÃ

O que é qualidade de vida para você?

---



---



---



---



---

**DOMÍNIO I: FÍSICO**

<p>Sente algum dor/desconforto físico durante a realização do seu trabalho? Que tipo?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>Como é seu tempo para dormir e/ ou para repousar?</p> <p><input type="checkbox"/> Bom</p> <p><input type="checkbox"/> Regular</p> <p><input type="checkbox"/> Ruim</p>
<p>Faz uso de medicação ou de algum tratamento médico? Qual?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>Como é o acesso aos serviços médicos de saúde?</p> <p><input type="checkbox"/> Bom</p> <p><input type="checkbox"/> Regular</p> <p><input type="checkbox"/> Ruim</p>
<p>Como você avalia sua qualidade de vida?</p> <p><input type="checkbox"/> Bom</p> <p><input type="checkbox"/> Regular</p> <p><input type="checkbox"/> Ruim</p>
<p>Como você avalia sua saúde?</p> <p><input type="checkbox"/> Bom</p> <p><input type="checkbox"/> Regular</p> <p><input type="checkbox"/> Ruim</p>

**DOMÍNIO II: PSICOLÓGICO**

<p>Você costuma ter sentimentos positivos em sua vida, como por exemplo, alegria, etc.?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>Como avalia sua capacidade de memória e concentração?</p> <p><input type="checkbox"/> Bom</p> <p><input type="checkbox"/> Regular</p> <p><input type="checkbox"/> Ruim</p>
<p>Em seu dia-dia você tem algum sentimento negativo, como, tristeza, mau humor etc.?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>Você pertence a alguma religião/crença? Qual ?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>

**DOMÍNIO III: RELAÇÕES SOCIAIS**

Como é seu relacionamento com seus familiares, amigos e conhecidos? <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim
Quando você passa por algum momento difícil com quem pode mais contar? <input type="checkbox"/> Cônjuge <input type="checkbox"/> Filhos <input type="checkbox"/> Amigo <input type="checkbox"/> Outros Quem? _____
Participa de alguma instituição, além desta associação? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Qual? _____

**DOMÍNIO IV: MEIO AMBIENTE**

Você gosta de morar aqui (bairro)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Como são as condições de segurança, transporte, saneamento básico e assistência social do lugar (bairro) onde você mora? <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim
Como descreveria a renda obtida por meio do artesanato? <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim
Você costuma ter um tempo de lazer? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

## **APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. Como você define o trabalho artesanal?
2. Como o artesanato surgiu em sua vida?
3. Você gostaria que seu filho (a) trabalhasse na ocupação de artesão? Por quê?
4. Qual a quantidade de tempo que você dedica ao trabalho artesanal?
5. De que modo a sua capacidade de memória e concentração interfere no seu trabalho?
6. Como é seu relacionamento com as outras artesãs dessa associação?
7. O que você costuma fazer em seu tempo de lazer?

## APÊNDICE C - ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO

### PROCESSO DE TRABALHO

- Instrumentos e matérias utilizados para trabalhar.
- Domínio da artesã sobre o processo.
- Como é organizado o trabalho?
- Etapas do processo de produção

### CARGAS DE TRABALHO

<b>Materialidade Externa</b>		
<b>Tipos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Sintomas</b>
Físicas		
Químicas		
Biológicas		
Mecânicas		
<b>Materialidade Interna</b>		
<b>Tipos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Sintomas</b>
Fisiológicas		
Psíquicas		

**APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

(Elaborado de acordo com a Resolução nº 510/2016 – CNS e o Código de Ética Profissional do Psicólogo, nov./2014)

Você está sendo convidado a participar, como voluntário, da pesquisa “*A Qualidade de Vida do Artesão Ludovicense*”, que tem como principal objetivo geral *Analisar a qualidade de vida a partir do trabalho da artesã em fibra de buriti no município de São Luís - MA e as repercussões em sua saúde* realizada pela mestrandia do Programa de Pós-graduação em Psicologia -UFMA - Katyuscia Karla Mendes Arouche, orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Yldry Souza Ramos Queiroz Pessoa.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

A pesquisa consistirá na aplicação de entrevistas e visitas institucionais. No que toca a entrevista, o roteiro será disponibilizado no momento da entrevista, cuja duração pode ser de 15 minutos até 1h. As entrevistas acontecerão em horário e dia previamente definidos com o participante em local cedido pela instituição em que a pesquisa será realizada. É garantido o sigilo de qualquer informação que possibilite sua identificação e os resultados finais serão apresentados na forma de dissertação, artigos científicos e apresentações em eventos acadêmicos. Ressalta-se que você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Destaca-se ainda que a pesquisa apresenta risco mínimo, entretanto, caso você se sinta desconfortável ou incomodado, por qualquer motivo, poderá interromper a sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou penalidade. Caso seja necessário, com vistas a amenizar ou eliminar possíveis desconfortos, a pesquisadora pode oferecer o roteiro da entrevista impresso para conhecimento do conteúdo e responder a perguntas sobre a pesquisa. O benefício que esse trabalho poderá trazer para você não é direto e imediato, mas os resultados podem contribuir para possíveis intervenções para melhoria da qualidade de vida do trabalhador artesão. Pela participação não será fornecido nenhum benefício monetário.

Para maiores esclarecimentos sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo e-mail [katyusciamendes@hotmail.com](mailto:katyusciamendes@hotmail.com) e pelo telefone celular: (98)988324450. Em caso de dúvidas quanto a questões éticas em relação à pesquisa, você poderá entrar em contato com Comitê de Ética UFMA, localizado na Avenida Dos Portugueses S/n, Campus Universitário do Bacanga, Prédio do CEB Velho PPPG, Bloco C Sala 07, São Luís-MA, ou pelo telefone 3272-8708.

Se você não tiver interesse ou disponibilidade para participar da pesquisa não sofrerá nenhuma punição. Caso você esteja de acordo com os critérios necessários e deseja colaborar com a pesquisa, deverá assinar as duas vias deste documento. Uma delas ficará com você e a outra será da pesquisadora responsável.

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019

---

Assinatura do participante

**APÊNDICE E - TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR**

Eu, **Katyuscia Karla Mendes Arouche**, responsável pelo trabalho, portadora do RG. 030443832006-7/SESP/MA e CPF 03269050305 comprometo-me em cumprir integralmente os itens da Resolução 510/2016 do CNS, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Estou ciente das penalidades que poderei sofrer caso infrinja qualquer um dos itens da referida resolução.

Por ser verdade, assino o presente compromisso.

---

**ORIENTADORA**

São Luís- MA, 18 de novembro de 2012



## APÊNDICE F - TERMO AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

APÊNDICE C - SOLICITAÇÃO DO LOCAL PARA REALIZAR A PESQUISA

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado "A PRODUÇÃO ARTESANAL EM FIBRA DE BURITI: QUALIDADE DE VIDA DO ARTESÃO LUDOVICENSE" desenvolvida pela pesquisadora **KATYUSCIA KARLA MENDES AROUCHE**, responsável pelo trabalho.

São Luis, 16 de setembro de 2019.

Sandra Regina Santos da Silva

Presidente da Associação Buriti Arte da cidade de São Luis -MA

**ANEXOS**


## ANEXO A - APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

ov.br/visao/pesquisador/genPesquisa/genPesquisaAgrupador.jsf

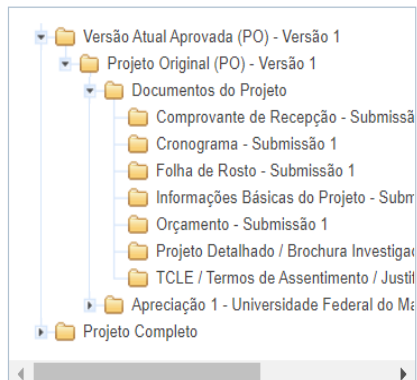
### - DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A PRODUÇÃO ARTESANAL EM FIBRA DE BURITI: Uma Análise da Qualidade de Vida de artesãs ludovicenses  
**Pesquisador Responsável:** KATYUSCIA KARLA MENDES AROUCHE  
**Área Temática:**  
**Versão:** 1  
**CAAE:** 28750920.1.0000.5087  
**Submetido em:** 30/01/2020  
**Instituição Proponente:** PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
**Situação da Versão do Projeto:** Aprovado  
**Localização atual da Versão do Projeto:** Pesquisador Responsável  
**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção:  PB\_COMPROVANTE\_RECEPCAO\_1504211

### - DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA



Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
-------------------	----------	---------	----------	-------

### - LISTA DE APRECIações DO PROJETO

Apreciação	Pesquisador Responsável	Versão	Submissão	Modificação	Situação	Exclusiva do Centro Coord.	Ações
PO	KATYUSCIA KARLA MENDES AROUCHE	1	30/01/2020	27/03/2020	Aprovado	Não	   